



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO

2014

GALERIA DE EX-PRESIDENTES





MESA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA EM 2014

ROMILDO TITON

Presidente

JOARES PONTICELLI

1º Vice-Presidente

PADRE PEDRO BALDISSERA

2º Vice-Presidente

KENNEDY NUNES

1º Secretário

NILSON GONÇALVES

2º Secretário

MANOEL MOTA

3º Secretário

JAILSON LIMA

4º Secretário



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	05
Apresentação dos Números	06
Novas Leis	07
Grandes Temas	15
Debates	22
Eventos	24
Homenagens	29
Cidadania	38
Comunicação	43
Deputados e Suplentes	47





MENSAGEM DO PRESIDENTE

“ A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA FOI PROTAGONISTA AO PROPOR UMA SÉRIE DE DEBATES E AO APROVAR PROJETOS IMPORTANTES PARA O ESTADO. ”



Mesmo em um ano marcado pelas eleições, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 2014, foi protagonista ao propor uma série de debates e ao aprovar projetos importantes para o Estado. Ao assumir a presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o objetivo era garantir a harmonia e o equilíbrio da atividade parlamentar.

Durante o ano, o Parlamento discutiu a proibição do amianto, que ainda é utilizado na fabricação de telhas, pastilhas de freio e fibrocimento, mas o contato direto ou indireto com a substância pode causar, a longo prazo, doenças como o câncer de pulmão, de laringe, do aparelho digestivo, mesotelioma de pleura e de peritônio. O projeto que proíbe o uso do amianto agora está na Comissão de Finanças e pode voltar a ser discutido em 2015.

Além disso, a Assembleia Legislativa também criou uma Frente Parlamentar Mista para acompanhar a obra da duplicação da BR-280. Autor da proposta que criou a frente, o deputado Carlos Chiodini (PMDB) destacou que a ideia é promover reuniões bimestrais, sendo que a primeira será no dia 1º de fevereiro de 2015, e levar as reivindicações ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), cuja ausência de representantes no evento foi lamentada. Ele também irá solicitar ao departamento e à Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) um relatório periódico sobre o andamento das

obras para que possa ser feito um comparativo. Dentro das lutas por mais infraestrutura para o Estado, o parlamento se alinhou à bandeira para a construção do Corredor Ferroviário de ligação do Oeste catarinense e o porto de Itajaí.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina também foi o primeiro Parlamento estadual do Brasil a ter uma bancada feminina institucionalizada. Os deputados aprovaram o Projeto de Resolução nº 5/14, que altera o Regimento Interno, possibilitando a organização da representação feminina. O grupo das deputadas conquista agora mais força na defesa de bandeiras como o fortalecimento da participação feminina na política, o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher e a igualdade no mundo do trabalho.

O Parlamento também fez uma série de homenagens com sessões solenes e especiais. Lembramos o centenário do nascimento do ex-governador Jorge Lacerda, os 15 anos da TVAL, os 150 anos do nascimento de Lauro Muller, bem como, os 180 anos do parlamento estadual. Ao final do mandato como presidente da Casa ainda fizemos o gesto de devolver aproximadamente R\$ 70 milhões aos cofres do Estado. O montante é referente à economia feita pelo parlamento estadual neste ano. Os recursos serão usados para a Saúde, segundo o próprio governador Raimundo Colombo.

Deputado Romildo Titon
Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

APRESENTAÇÃO DOS NÚMEROS

Proposições: 354

Sessões Ordinárias: 118

Sessões Extraordinárias: 33

Projetos de Lei: 313

Projetos de Lei Complementar: 21

Projetos de Resolução: 08

Projetos de Conversão de Lei: 05

Decretos Legislativos: 05

Propostas de Emenda Constitucionais: 02

Mensagens de Veto: 46

Medidas Provisórias: 05



01
NOVAS LEIS

SELO VERDE PARA QUEM PLANTAR ÁRVORES

A aprovação do Projeto de Lei nº 116/13, que cria o selo verde, de autoria da deputada Angela Albino (PCdoB), motivou a autora a defender iniciativas em prol do meio ambiente. O projeto aprovado dispõe sobre a criação de um selo verde para os municípios que tenham na área urbana no mínimo, uma árvore para cada cinco habitantes.

Angela Albino defendeu a adoção de medidas de baixo impacto financeiro que trazem perspectivas promissoras no campo das energias renováveis. Ela sugeriu que a Assembleia Legislativa utilize o potencial do seu prédio para tornar-se autossuficiente em energia elétrica, aproveitando o telhado para captação de energia solar.



APROVADO PLC QUE MUDA CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO E APOSENTADORIA NA PM

O Projeto de Lei Complementar (PLC) que altera o critério para promoção de policiais e bombeiros militares e a aposentadoria nas duas corporações teve aprovação em abril de 2014. O PLC nº 5/2014, de autoria do Poder Executivo, tramitava em regime de urgência.

A proposta altera as leis estaduais nº 6.153/1982 e 6.218/1983. A primeira define como critério para promoção de soldados, cabos e terceiros sargentos da Polícia Militar um comportamento conceituado como “ótimo”. Pela nova redação, os praças poderão obter promoção mediante comportamento classificado como “bom”. A outra lei trata do tempo para aposentadoria. A alteração aprovada amplia a idade-limite de transferência para a reserva remunerada de 55 para 60 anos.

ASSEMBLEIA APROVA CRIAÇÃO DE 28 CARGOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os deputados aprovaram em sessão plenária no mês de abril, o Projeto de Lei Complementar nº 7/2014, enviado pelo Executivo à Casa do Povo em regime de urgência, alterando o Anexo I da Lei Complementar nº 349/06 para criar 28 cargos de analista técnico em gestão de desenvolvimento social na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda (SST). De acordo com a exposição de motivos, ainda assinada pelo ex-secretário João José Cândido da Silva, de saudosa memória, a contratação desses 28 servidores efetivos custará ao tesouro cerca de R\$ 1,15 milhão por ano.

Devido ao fato do concurso para a SST vencer no dia 16 de abril, o PLC nº 7/2014 teve tramitação célere.

ENQUANTO CPI DO MP AVANÇA, DEPUTADOS CRIAM 410 CARGOS COMISSIONADOS PARA O MP

Após o deputado Joares Ponticelli (PP), presidente em exercício da Casa, informar que nenhum parlamentar questionou o fato determinado que motivou o pedido de CPI do MP e estipular prazo de duas sessões para que PMDB, PT, PSOL, DEM, PCdoB e PPS indiquem representantes, uma vez que PSD, PSDB e PP não indicarão membros, o Plenário da Casa aprovou, por 28 votos a 4, o Projeto de Lei Complementar nº 30/13, do Procurador-Geral de Justiça, criando 410 cargos de provimento em comissão, sendo 354 assistentes de promotoria, 50 assistentes de procuradoria, cinco assessores jurídicos e um assessor de comunicação no Ministério Público barriga verde.

Luciane Carminatti (PT) anunciou voto contrário ao projeto e pediu aos catarinenses que distinguíssem a CPI do MP deste projeto de lei criando cargos. “Questionamos a forma de acesso aos cargos”, explicou a deputada, aludindo à possibilidade de criar 410 cargos efetivos ao invés de livre nomeação. “Que não se diga que a gente é contra o MP, é nivelar por baixo, quero o MP forte e atuante”, justificou.

Gelson Merisio (PSD) discordou da parlamentar e argumentou que aprovação do PLC nº 30/13 é coerente com as normas da própria Assembleia, que estipulam 20 cargos comissionados por gabinete parlamentar, totalizando cerca de 800 cargos de livre nomeação no Legislativo. Padre Pedro Baldissera (PT) concordou com Merisio. “É uma questão de coerência com nossa prática dentro do Parlamento. Não tenho dificuldade em votar a favor”, declarou.

Darci de Matos (PSD) ponderou que a aprovação do PLC indicava o “prestígio do MP” e Maurício Eskudlark (PSD) observou que não se trata propriamente de criar novos cargos, mas sim de transformá-los, uma vez que esses assessores já atuavam como terceirizados. “O promotor precisa trabalhar com pessoa de confiança, o concursado vai engessar os trabalhos”, previu Eskudlark.

Dirceu Dresch (PT), por outro lado, criticou a iniciativa e assegurou que a melhor alternativa para o Ministério Público seria transformar os cargos comissionados em efetivos, pois com a aprovação do PLC nº 30/13 o MP terá cerca de 860 cargos comissionados contra apenas 488 efetivos. Além disso, o representante de Saudades ressaltou a alta rotatividade desses servidores, dado que entre janeiro de 2013 e abril de 2014 mais de 90% dos comissionados que atuam no MP foram substituídos. “Essa rotatividade prejudica a sociedade”, garantiu Dresch.

ESTADO PODE DELEGAR À INICIATIVA PRIVADA REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS

Com a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 27/2014, do Poder Executivo, o Estado autoriza a delegação dos serviços de remoção e depósito de veículos automotores envolvidos em infrações de trânsito de competência estadual. De acordo com a exposição de motivos que acompanha o referido projeto de lei, a delegação à

iniciativa privada “é a solução mais conveniente e oportuna de remoção e guarda de veículos”, apreendidos pela autoridade policial.

O líder do governo na Assembleia, deputado Aldo Schneider (PMDB), afirmou que o projeto, na realidade, regulamenta um serviço que já existe. “O objetivo do governo é que esse serviço seja licitado, e que haja preço máximo e limite de cobrança de diárias em pátios pré-estabelecidos pelo Detran”, explicou.

SEGURANÇA CONTRA CRIMES CIBERNÉTICOS

Com o objetivo de evitar a prática de crimes em lan houses, cybercafés e similares foi aprovado o Projeto de Lei nº 143/2013, que proíbe a colocação de películas, adesivos e outros objetos nas fachadas, portas e janelas desses estabelecimentos que impeçam a visualização de suas dependências.

MAIS DINHEIRO À PESQUISA AGROPECUÁRIA

Os parlamentares aprovaram no mês de maio o Projeto de Lei nº 339/12, do governador do Estado, que alterou o artigo 26 da Lei nº 14.328 para destinar mais recursos à pesquisa agropecuária.



De acordo com a redação anterior, metade dos recursos previstos na referida Lei de Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica eram destinados à Fapesc e a outra metade à Epagri. Agora, com a nova redação, o Estado poderá utilizar mais da metade dos recursos, sem limites percentuais, na pesquisa agropecuária.

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 49/13, também do governador, alterando a Lei Complementar nº 575/12 para criar os cargos de consultor jurídico, com salário de R\$ 6,2 mil, de gerente de convênios e gerente de controle interno, com salários de R\$ 4,2 mil, todos na Defensoria Pública do Estado, além de modificar os critérios de escolha do ouvidor-geral da instituição.

ESTATUTO DA MICROEMPRESA É APROVADO EM PLENÁRIO

Entidades que representam as micro e pequenas empresas de Santa Catarina acompanharam a votação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 3/2014, de autoria do Poder Executivo, que institui o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, do Microempreendedor Individual (MEI) e da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Composto por 52 artigos, o estatuto foi elaborado pelas entidades que representam o setor, em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e outros órgãos do governo estadual. Seu objetivo é simplificar as obrigações de natureza administrativas impostas a esse setor da economia pelos diversos órgãos da administração pública, oferecendo o tratamento favorecido e diferenciado às micro e pequenas empresas previsto na Constituição Federal.

O presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedor Individual de Santa Catarina (Fampesc), Diogo Otero, lembrou que a aprovação do estatuto é uma luta antiga do setor, que se intensificou no último ano. “É uma grande conquista. Conseguimos o tratamento diferenciado e favorecido que o setor merece, com ganhos principalmente na diminuição da burocracia”, afirmou.

SAIBA MAIS

Benefícios para as micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais previstos no estatuto:

- *Incentivo à formalização de empreendimentos.*
- *Unicidade do processo de registro, alterações e baixa.*
- *Simplificação e compatibilização dos requisitos para segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios.*
- *Preferência nas compras governamentais.*
- *Fiscalização orientadora.*
- *Promoção do associativismo.*
- *Facilidade no acesso ao crédito.*
- *Estímulo à inovação e à educação empreendedora, com a aplicação de pelo menos 10% dos recursos destinados pelo Estado à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) em programas de estímulo à inovação.*

EXPLOSIVOS COMERCIALIZADOS EM SC DEVERÃO CONTER DISPOSITIVO DE RASTREAMENTO PÓS-EXPLOÇÃO

O Projeto de Lei nº 169/12, de autoria de Manoel Mota (PMDB), que obriga os fabricantes ou importadores de material explosivo, de qualquer tipo, comercializados em Santa Catarina, a inserir no produto mecanismos de identificação que permaneçam intactos após a detonação, foi aprovado em 2014. De acordo com Mota, a iniciativa visa facilitar o rastreamento dos explosivos utilizados em crimes, como nos casos de assaltos a caixas eletrônicas.

POSTOS DE COMBUSTÍVEL DEVEM EXIGIR DOS MOTORISTAS UM SELO DE ABASTECIMENTO DE GNV VÁLIDO

Os motoristas são obrigados a apresentar o selo GNV nos abastecimentos de veículos movidos a gás natural. É o que prevê

o Projeto de Lei nº 337/12, de autoria do deputado José Nei Ascari (PSD), aprovado em 2014. O objetivo da proposta é garantir mais segurança e evitar que carros em situação irregular possam abastecer. Atualmente, em Santa Catarina, aproximadamente 94 mil veículos transitam movidos por esse combustível.

APROVADA ADMISSIBILIDADE DA CHAMADA PEC DO CARTÃO DE CRÉDITO

Os deputados aprovaram a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 01/14, da deputada Angela Albino (PCdoB), que acrescenta as alíneas "a" e "b" ao inciso IV do artigo 132 da Constituição do Estado, para viabilizar a cobrança, pelos municípios catarinenses, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) nas transações efetuadas com cartão de crédito, uma vez que as operadoras recolhem o imposto no município de sua sede, enquanto o correto é recolher no município onde ocorreu a transação.

Segundo a autora do projeto, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é de que o município competente para realizar a cobrança do ISSQN é o do local da prestação dos serviços em que se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. "Isso vai se transformar numa nova fonte de renda para os municípios sem que haja aumento de impostos para o contribuinte".

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APROVA MEIA ENTRADA PARA PROFESSORES

Os professores catarinenses da educação básica, que estejam no exercício da profissão, têm assegurado o direito ao pagamento de meia entrada em eventos culturais e de lazer, por meio do Projeto de Lei nº 13/11, do deputado Sargento Amauri Soares (PSOL). O projeto original assegura o benefício a todos os professores, entretanto Emenda Substitutiva Global subscrita pelo deputado Maurício Eskudlark (PSD) restringiu o benefício aos professores que atuam na educação básica. "De outra forma a norma alcançaria docentes de universidades, muitos doutores", justificou Eskudlark.

PARLAMENTARES APROVAM CRIAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A proposta, de autoria do Poder Executivo, visa dar mais agilidade à execução de projetos na área da Educação.

Conforme o Projeto de Lei nº 132/2014, o fundo será utilizado para investimentos em infraestrutura na educação estadual por meio de apoio de financiamentos obtidos pelo estado junto ao BNDES para o Programa Pacto por Santa Catarina. Na justificativa do projeto, o Executivo explica que o Feduc poderá ser capitalizado com recursos dos financiamentos do BNDES, o que torna mais célere e menos burocrática a execução de projetos do governo estadual na área.

ANIMAIS DOMÉSTICOS GANHAM DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO

De autoria do deputado Antonio Aguiar (PMDB), foi aprovado o PL nº 99/14, fixando a data de 4 de outubro como o Dia Estadual de Conscientização Sobre os Cuidados com os Animais Domésticos.

Antonio Aguiar justificou a escolha de 4 de outubro, dia de São Francisco de Assis, pelo zelo e carinho com que o santo tratava os animais, alimentando-os e cuidando dos feridos. "Os animais têm de ser tratados com respeito", argumentou Aguiar.



PROJETO CRIA SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE ACIDENTES COM CRIANÇAS

O projeto de lei que institui a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com Crianças em Santa Catarina (PL 66/2014) foi aprovado pelos parlamentares. A matéria é de autoria do deputado Narcizo Parisotto (DEM). O elevado número de acidentes envolvendo crianças levou a Sociedade Brasileira de Pediatria a criar, em 1996, o Comitê de Prevenção de Acidentes na Infância. Em 1990 o problema começou a ser tratado em âmbito legal, com a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas (ONU).



UNIÃO VAI CRIAR SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO CIVIL COM BASE EM MODELO CATARINENSE

Desde 2011, todos os 584 cartórios do estado operam com o selo digital, que estabelece um número para todos os atos de registro e notariais realizados em Santa Catarina. Com a inovação, os selos de papel foram abandonados, conferindo-se assim maior segurança contra fraudes e maior transparência, já que as informações que constam nas certidões ficam à disposição na internet.

O sistema tecnológico, desenvolvido integralmente no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e referência no país, agora deve ser utilizado pelo governo federal para a criação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil.

O juiz corregedor Luiz Henrique Bonatelli disse que a intenção do governo federal foi confirmada durante audiência realizada na

semana passada entre o presidente do TJSC, Nelson Martins, e a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti.

“A ministra, ciente da qualidade do selo digital de SC e da referência nacional de sua qualidade, segurança e avanço tecnológico, solicitou ao nosso presidente a disponibilização dos dados para a implantação do sistema nacional. Agora estamos no processo de transmissão desses dados (sistema tecnológico) para o governo federal, um processo burocrático, mas que está avançando de uma forma bastante rápida”, explicou Bonatelli.

Uma das intenções é criar uma rede nacional de dados de registro civil. “Nesta etapa, a ideia é reunir as certidões de nascimento, casamento e óbito”, observa o juiz. Com isso, os órgãos do governo federal poderão cruzar dados instantaneamente, como, por exemplo, no caso de morte, o sistema previdenciário automaticamente excluiria o benefício, baseado nas informações da certidão de óbito do cidadão.

APOIO AOS VEREADORES

De autoria da Mesa Diretora da Assembleia, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 3/2014, que cria, dentro do Parlamento catarinense, o Centro de Apoio às Câmaras Municipais. O objetivo é disponibilizar estrutura de apoio para os vereadores que visitam o Legislativo estadual, semelhante ao que já ocorre em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. O presidente em exercício da Assembleia, Joares Ponticelli (PP), destacou que a proposta não implicará em criação de novos cargos no Legislativo, já que o centro de apoio funcionará com a estrutura já disponível na Casa.

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS É INSTITUÍDA

Sancionada pelo governador, a Lei Complementar nº 01/14 institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMGF). A regulamentação possibilitará a captação de recursos para a solução de problemas comuns aos municípios que integram a região metropolitana em áreas como mobilidade urbana e saneamento básico.

A contribuição da Assembleia Legislativa para o aperfeiçoamento

do projeto de lei, de autoria do Executivo, foi destacada pelo governador. O projeto, aprovado pelo Plenário do Legislativo na semana passada, sofreu modificações nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação. “O projeto recebeu alterações importantes na Assembleia Legislativa que o tornaram mais adequado. A Casa não apenas entendeu a relevância da matéria, mas também soube aperfeiçoá-la”, frisou.

Dentre outras emendas, o Legislativo acrescentou à região metropolitana o município de Governador Celso Ramos e alterou de 15 para 18 o número de representantes no Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Coderf), incluindo um representante de Governador Celso Ramos e dois da sociedade organizada. Na opinião do deputado Edison Andrino (PMDB), que representou a Assembleia Legislativa no ato oficial, a lei possibilitará a resolução de problemas de maneira conjunta, “pois existem recursos para grandes aglomerados urbanos que só se justificam com a existência de uma região metropolitana”.

O prefeito de Palhoça, Camilo Martins, classificou como um “marco histórico” a restituição da estrutura institucional.

“Os municípios da Grande Florianópolis têm problemas comuns. Agora poderemos discutir conjuntamente para buscar recursos de Brasília e de fundos internacionais para ações em mobilidade urbana, resíduos sólidos e água.”
Camilo Martins

De acordo com o secretário de Planejamento, Murilo Flores, a região tem problemas e desafios urgentes como a melhoria da estrutura viária, a integração do transporte público e a preservação das belezas naturais e do potencial turístico, que exigem investimentos em saneamento. A gestão dos resíduos sólidos é outro desafio regional, uma vez que o aterro sanitário de Biguaçu não atende completamente as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Integram a região metropolitana os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos e São Pedro de Alcântara. Outros 13 municípios fazem parte da chamada área de expansão

da região metropolitana – Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Major Gercino, Leoberto Leal, Angelina, Rancho Queimado, Alfredo Wagner, Anitápolis, São Bonifácio, Paulo Lopes e Garopaba.

A ESTRUTURA

Além de regulamentar a composição da região metropolitana, a lei prevê a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudferf), que será responsável pela gestão dos recursos a serem captados e investidos em melhorias conjuntas nos nove municípios. Trata-se de uma autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento, com autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

O PLC institui ainda o Coderf, órgão de caráter normativo e deliberativo, que terá que, entre outras atribuições, promover e aprovar o Plano Integrado de Desenvolvimento da região e deliberar sobre os projetos que serão desenvolvidos no âmbito da RMF. As políticas públicas da RMGF serão supervisionadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APROVA PROGRAMA DE MICROFINANÇAS

O Projeto de Lei nº 220/14, do Executivo, que cria o Programa Estadual de Microfinanças foi aprovado pela Assembleia Legislativa. O programa permite acesso desburocratizado a créditos que vão de R\$ 200 a R\$ 20 mil. O objetivo é fornecer crédito a empreendedores populares, incentivando a geração de emprego e



renda e a formalização. Segundo estipula o artigo 2º, o valor e as condições do empréstimo serão definidos após análise da capacidade de endividamento do tomador. Além disso, o projeto autoriza o Badesc a criar um fundo garantidor e a injetar nele R\$ 2 milhões.

Para o deputado José Milton Scheffer (PP), o Programa de Microfinanças será importante principalmente para aqueles que estão na economia informal e têm dificuldade para oferecer garantias aos bancos. “Atualmente 19 cooperativas operam o acesso ao crédito, feito para quem tem talento e sonha com um negócio”, argumentou Scheffer. Já o deputado Manoel Mota (PMDB) ponderou a relevância do programa “para aqueles que querem começar uma luta”.

ENSINO A DISTÂNCIA PARA SERVIDOR É INSTITUÍDO NO ESTADO

O Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) foi instituído em 2014. De acordo com o parágrafo único do artigo 3º, o Proedis tem a finalidade de uniformizar os procedimentos de capacitação e educação continuada do servidor público estadual. Também foi aprovado o PL nº 102/12, do deputado Darci de Matos (PSD), que institui o Selo Jovem para premiar projetos dirigidos à ressocialização de jovens drogados ou envolvidos com violência.

PLANO PLURIANUAL 2012/15 É ALTERADO PARA VIABILIZAR PRESÍDIO DE JARAGUÁ DO SUL

O Projeto de Lei nº 257/14, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça altera o PPA 2012/15, reduzindo em R\$ 2 milhões a previsão financeira para a construção do presídio de São Lourenço do Oeste e suplementando em igual valor a sub-ação que prevê a construção de unidade prisional em Jaraguá do Sul. Conforme justificou o secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, a mudança visa “atender uma ação civil pública que está tramitando” no judiciário estadual.

PLS SOBRE TRABALHO ESCRAVO E FISCALIZAÇÃO EM PLAYGROUNDS SÃO APROVADOS

As principais propostas tratam de vetos a empresas que utilizam mão de obra em condições análogas ao trabalho escravo e de normas de segurança

e de fiscalização em brinquedos de playgrounds.

O PL nº 238/2012, do deputado Darci de Matos (PSD), cria normas de segurança, fiscalização e a manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, playgrounds, parques infantis e praças, instalados em espaços públicos e em buffets infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas. Segundo o parlamentar, o objetivo é evitar que se repitam tragédias como a ocorrida em Joinville, quando uma criança morreu por causa de um problema em um brinquedo. “A fiscalização desses equipamentos é de fundamental importância para evitarmos novas tragédias”, afirmou Darci.

Já o PL 76/2014, do ex-deputado Dado Chereim (PSDB), proíbe que os órgãos e entidades ligadas à administração pública estadual contratem empresas que utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços. Para isso, a empresa deve constar na chamada Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.

DEPUTADOS UNIFICAM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS PÚBLICAS

De autoria de Valdir Cobalchini (PMDB), o Projeto de Lei nº 113/14 com emenda substitutiva global de José Nei Ascari (PSD), prevê a unificação do licenciamento ambiental para obras públicas (construção, reforma, revitalização, recuperação, ampliação) em apenas um processo. Além disso, o projeto de lei isenta do licenciamento as obras de revitalização, recuperação e restauração de rodovias.

LEI ANTIFUMO

Ismael dos Santos (PSD) comemorou a vigência da nova lei antifumo. “A cada cinco minutos um brasileiro morre vítima do fumo, nesses 10 minutos da minha fala, dois morrerão”, lamentou Ismael, ponderando que as pessoas conhecem os malefícios.

Segundo Ismael, a proibição dos fumódromos, bem como as restrições de vendas, atingirão cerca de um milhão de estabelecimentos. “Terão de observar a nova norma”, alertou o representante de Blumenau, lembrando, em seguida, que os fumantes não serão alvo da fiscalização e sim os estabelecimentos



comerciais, que deverão garantir um ambiente livre de tabaco. Maurício Eskudlark (PSDB) lembrou que a proibição se estende até às áreas comuns dos condomínios.

“A cada cinco minutos um brasileiro morre vítima do fumo, nesses 10 minutos da minha fala, dois morrerão”.

Ismael dos Santos

TRANSPORTE DE TORCEDORES DEVERÁ SER COMUNICADO À PM TRÊS DIAS ANTES DA VIAGEM

O Projeto de Lei nº 14/14, do deputado suplente Sandro Silva (PPS), de Joinville, com emenda substitutiva global de Mauro de Nadal (PMDB), dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de transporte comunicarem à Polícia Militar e Civil sobre o transporte de torcedores três dias antes da viagem. A lista de passageiros deverá conter nome, identidade e endereço completo do torcedor.

CORTE DE LUZ INDEVIDO

O PL nº 82/14, de Nilson Gonçalves (PSDB), com emenda substitutiva global do deputado Silvio Dreveck (PP), proíbe à Celesc ou outra concessionária de energia elétrica de cortar o fornecimento naquelas unidades habitadas por doentes cujo tratamento depende de uso continuado de energia.

DEPUTADOS MUDAM REGRAS DO ICMS PARA EXPORTAÇÃO E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

Os parlamentares catarinenses aprovaram mudanças nas regras do ICMS para exportação de produtos industrializados e proibiram a cobrança desse imposto das instituições hospitalares filantrópicas. No caso das exportações, o Projeto de Lei nº 448/13, do deputado Marcos Vieira (PSDB), aprovado com emenda substitutiva global de autoria de Gilmar Knaesel (PSDB), prevê que 90% do valor efetivo da exportação retornará ao município de origem e 10% permanecerá com o município que embarca os produtos exportados.

Também foi aprovado o PL nº 591/13, do deputado José Milton Scheffer (PP), que proíbe a cobrança de ICMS dos hospitais filantrópicos nas contas de água, luz, telefone e gás. As duas matérias seguem agora para sanção, veto ou silêncio do chefe do Poder Executivo.



PROJETO ALTERA CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NA DETERMINAÇÃO DO IPM

O PL nº 448/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, altera os critérios para apuração do valor adicionado na determinação do Índice de Participação dos Municípios (IPM), no ICMS.

O projeto compensa os municípios produtores cujas empresas possuem entreposto alfandegário nos municípios portuários. O ICMS, antes agregado ao município exportador, agora será dividido

no percentual de 90% para o município de origem e 10% para o município por onde o produto foi exportado.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

De autoria do deputado Antonio Aguiar (PMDB), o Projeto de Lei nº 26/2014 determina que apenas profissionais de educação física com licenciatura possam dar aulas nas escolas de ensino regular.



ANIMAIS SÃO DESTAQUE NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Dois projetos aprovados tratam de questões relacionadas aos animais. O PL nº 541/2013, do deputado Darci de Matos (PSD), trata do controle de natalidade de cães e gatos e também estabelece critérios para a eutanásia desses animais.

Já o PL nº 277/2014, do deputado Mauro de Nadal (PMDB), estabelece um procedimento padrão para a retirada de animais mortos das propriedades rurais e sua adequada destinação. Conforme o autor, o objetivo é evitar que a decomposição desses animais polua o solo e os lençóis freáticos.

Ambas as propostas seguem para sanção ou veto do governador.

ASSEMBLEIA APROVA ORÇAMENTO IMPOSITIVO E LOA PARA 2015

Após mais de sete anos de tramitação, a Assembleia Legislativa aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 01/2007, que torna obrigatória a execução das prioridades elencadas durante

as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, realizadas anualmente pelo Parlamento, o chamado orçamento impositivo. A PEC será promulgada pelo presidente do Legislativo, deputado Romildo Titon (PMDB), para entrar em vigor.

A proposta, de autoria da bancada do PP e posteriormente assinada pelos demais deputados, inicialmente pretendia tornar obrigatória a execução de todas as ações constantes no orçamento estadual. Uma emenda substitutiva global do deputado Marcos Vieira (PSDB), aprovada no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, entretanto, restringiu o caráter impositivo apenas às ações estabelecidas durante as consultas regionais promovidas pela Assembleia Legislativa.

ORÇAMENTO 2015

Os parlamentares aprovaram a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015, Projeto de Lei (PL) nº 261/2014. Foi mantido o parecer do relator, deputado Gilmar Knaesel, que incorporou 36 emendas à proposta. Dessas, 34 são de autoria do próprio relator, sendo 28 relacionadas às prioridades levantadas pelos municípios durante as audiências do Orçamento Regionalizado e seis visando garantir apoio financeiro às entidades culturais, estaduais, municipais e privadas, em especial à Academia Catarinense de Letras, à Academia Catarinense de Letras e Artes, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, à Associação Cultural Cinemateca Catarinense e à Federação Catarinense de Teatro.

“Priorizamos as emendas do Orçamento Regionalizado, num trabalho em parceria feito com o Poder Executivo e os deputados, que abriram mão de suas emendas individuais e de bancada para atenderem os pedidos feitos nas audiências públicas do orçamento”

Gilmar Knaesel

De acordo com o projeto, o orçamento do Governo de Santa Catarina para 2015 será de R\$ 24,81 bilhões, montante 16,55% superior em relação ao de 2014.

AUXILIO ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES INATIVOS

Foram aprovados, com emenda modificativa de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, os Projetos de Lei nºs 318/14, do Ministério Público, e 319/14, do Tribunal de Justiça, que preveem o pagamento de parcela adicional do auxílio alimentação aos servidores ativos e inativos.

PARLAMENTARES RECEBERÃO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Também foi aprovado o Projeto de Lei nº 321/14, de Kennedy Nunes (PSD), que institui o Plano de Previdência Complementar para deputados e servidores exclusivamente ocupantes de cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa.

DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS ELEITORAIS NO ESTADO É VEDADA

O PL nº 265/2014, dos deputados Joares Ponticelli (PP) e Gilmar Knaesel (PSDB), veda a divulgação no território catarinense das pesquisas eleitorais, mesmo aquelas registradas na Justiça Eleitoral, em qualquer veículo de comunicação. A proposta foi apresentada pelos parlamentares logo após as eleições de 5 de outubro, sob a alegação de que houve “divergências graves” entre os levantamentos divulgados.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SÃO AMPLIADOS

No ano de 2014 foram aprovadas propostas que ampliam os direitos das pessoas com deficiência. Entre elas, o PL nº 93/2011, que assegura aos cegos o acesso a contas de serviços impressas em Braille, e o PL nº 02/2014, que fornece aos candidatos cegos provas em Braille nos concursos públicos realizadas pelo Estado.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL RECEBE BENEFÍCIOS EM 2014

O ano legislativo de 2014 registrou uma série de projetos voltados ao serviço público estadual. Os deputados aprovaram a criação de mais 60 cargos de defensor público na estrutura da Defensoria Pública Estadual. Criada em 2012, a Defensoria oferece orientação

e proteção jurídica aos catarinenses de baixa renda.

Também foi aprovada a criação de uma gratificação para servidores de diversos órgãos do Poder Executivo estadual, como Fundação do Meio Ambiente, Departamento de Transportes e Terminais e Departamento de Infraestrutura. Já policiais e bombeiros militares conseguiram ampliar a idade-limite de transferência para a reserva remunerada, passando de 55 para 60 anos.



SAÚDE EM PAUTA

Na área da Saúde, o aumento foi no valor das gratificações por desempenho de atividades. O percentual máximo passou de 50% para 100%, incidindo sobre o vencimento e beneficiando os servidores do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde.

MINISTÉRIO PÚBLICO AMPLIA SUA ESTRUTURA

A ampliação da estrutura do Ministério Público de Santa Catarina também esteve em pauta na Assembleia Legislativa. Os deputados aprovaram a criação de mais de 400 cargos no MP, sendo 354 cargos comissionados de assistente de promotoria de justiça. O objetivo era atender às crescentes demandas do setor.

DEFICIENTES FÍSICOS TIVERAM DIREITOS GARANTIDOS EM 2014

Os parlamentares aprovaram um Projeto de Lei que assegura aos deficientes físicos a prioridade de vaga em escola pública próxima

das suas casas, com o objetivo de facilitar o acesso à educação.

Outra proposta aprovada e transformada em lei foi a que instituiu o dia 26 de julho como Dia Estadual do Tradutor e Intérprete de Libras, a Língua Brasileira de Sinais, utilizada por deficientes auditivos.

EDUCAÇÃO RECEBEU FUNDO ESTADUAL E REAJUSTE PARA PROFESSORES

O ano de 2014 também foi produtivo para a área da Educação, com vários projetos aprovados pelos parlamentares. O setor ganhou um fundo estadual, com o objetivo de agilizar os investimentos na infraestrutura educacional do Estado. O financiamento viria através dos projetos do Programa Pacto por Santa Catarina. Outras medidas beneficiaram diretamente os docentes.

Já os vencimentos dos professores da rede pública estadual de ensino foram reajustados pelo Governo em 8,5%, representando um impacto de 160 milhões de reais ao longo deste ano.





02
GRANDES
TEMAS

FRENTE FARÁ REUNIÕES BIMESTRAIS PARA ACOMPANHAR DUPLICAÇÃO DA BR-280

Revindicação antiga da população do Norte do Estado, a obra da duplicação da BR-280 terá o acompanhamento e a cobrança de vereadores, deputados estaduais, federais e senadores, por meio de uma Frente Parlamentar Mista, lançada oficialmente pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina no dia 1º de dezembro, na sede da Aciag (Associação Comercial de Guaramirim).

Autor da proposta que criou a Frente, o deputado Carlos Chiodini (PMDB) destacou que a ideia é promover reuniões bimestrais, sendo que a primeira será no dia 1º de fevereiro de 2015, e levar as reivindicações ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), cuja ausência de representantes no evento foi lamentada. Ele também irá solicitar ao departamento e à Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) um relatório periódico sobre o andamento das obras para que possa ser feito um comparativo.

“Queremos potencializar a cobrança e levar sugestões de melhorias. Milhares de pessoas já morreram e o setor produtivo sofre com a falta de competitividade, só isso já justificaria a agilidade na conclusão da obra”, cobrou Chiodini, que, com o apoio da Diretoria de Comunicação Social da Assembleia, pretende periodicamente produzir reportagens sobre o andamento das obras para informar a população.

A Frente Parlamentar pela Duplicação da BR-280 tem o apoio institucional do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romildo Titon (PMDB). “Trata-se de uma rodovia fundamental para a economia do Estado, para o escoamento da sua produção, bem como para a população em geral, pois permite mais segurança aos motoristas e pedestres”, destacou Titon, em entrevista recente. O presidente do Parlamento não pôde comparecer ao evento.

O deputado Kennedy Nunes (PSD) falou da importância de acompanhar a evolução e também a qualidade das obras. “Em seis anos ocorreram mais de cinco mil e trezentos acidentes, com três mil e seiscentos feridos e 140 mortes”, lamentou Nunes, que cobrou a presença do DNIT.

O deputado federal Mauro Mariani (PMDB) destacou que o Norte catarinense é a região que mais cresce no Brasil em função do potencial

de logística portuária e pela quantidade de empresas de grande porte instaladas. “Tudo isso demanda uma infraestrutura ainda melhor. Esperamos que essa obra da BR-280 não se torne uma nova novela como foi a obra da BR-101. Para isso vamos pedir relatórios mensais ao DNIT sobre essa obra”, ressaltou Mariani, sugerindo que o Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, seja também um parceiro na cobrança dessa duplicação.

“*Trata-se de uma rodovia fundamental para a economia do Estado, para o escoamento da sua produção, bem como para a população em geral, pois permite mais segurança aos motoristas e pedestres.*”

Romildo Titon

ESTADO DEVE DUPLICAR TRECHO URBANO

O trecho urbano de nove quilômetros da BR-280, entre Jaraguá do Sul e Guaramirim, deve ser duplicado pelo Governo do Estado. Contudo, segundo o secretário de Infraestrutura, João Carlos Ecker, Santa Catarina só pode assumir esta parte da duplicação da estrada, que é federal, assim que a União delegar a rodovia ao governo estadual.

“É uma obra prioritária para o Estado e que deve ser iniciada em 2015. A obra já está licitada. Estamos encaminhando a documentação ao governo federal para a delegação nos próximos 25 anos ao governo catarinense. Depois de concluída essa parte, poderemos emitir a ordem de serviço”, destacou Ecker.

SETOR PRODUTIVO RECLAMA

O empresário Vicente Donini destacou que a região sofre um verdadeiro caos com a falta de mobilidade urbana. “Essa frente é fundamental para acelerar o processo, que é moroso”, disse ele. Já o presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul, Paulo Matos, lembra que a luta da duplicação é antiga. “A obra é fundamental para o escoamento da produção e o transporte de



produtos que são comercializados na região, por isso a criação da frente é louvável”.

DETALHES

A BR-280 é considerada a principal ligação entre o Planalto, o Oeste e o Porto de São Francisco do Sul. Esperada há pelo menos duas décadas, a duplicação da BR-280 passou por uma série de entraves jurídicos e ambientais antes de começar a sair do papel, em junho deste ano.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no planejamento dos trabalhos, o trecho foi dividido em três lotes. O primeiro fica entre São Francisco do Sul e a BR-101, o segundo vai do trevo de acesso à Jaraguá do Sul até Guaramirim e o terceiro será o contorno viário que vai desviar o trânsito do Centro de Jaraguá do Sul.

O superintendente do DNIT em Santa Catarina, Vissilar Pretto, explica que as obras de duplicação da rodovia têm o custo estimado em R\$ 970 milhões. “Os recursos estão garantidos pelo governo federal”, afirma. O trecho que liga a BR-101 à São Francisco do Sul está sem obras ainda, porém já licitado. “Estamos em fase de contratação com a construtora para a emissão da Ordem de Serviço”. A conclusão dos serviços está prevista para meados de 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RECEBE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL IMPRESSA EM BRAILLE

A Assembleia Legislativa recebeu um exemplar em Braille da Constituição Estadual de Santa Catarina. A iniciativa de oferecer acesso à lei máxima do Estado aos deficientes visuais foi da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, atendida pela Gráfica do Senado. As leis orgânicas de Florianópolis e Joinville também ganharam uma versão no sistema utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão.

Florian Madruga, diretor da Gráfica do Senado e presidente da Abel (Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas), explicou que desde 1998 a instituição federal vem produzindo material no sistema Braille, contabilizando cerca de 150 títulos distribuídos em todo país.

“É uma carência no Brasil obras impressas em Braille, seja de literatura ou de legislação. É nosso dever cidadão atender essa demanda e oferecer acesso à leitura às pessoas com deficiência visual.”

Florian Madruga

O diretor geral da Assembleia, Carlos Alberto de Lima Souza, em nome do presidente, deputado Joares Ponticelli (PP), agradeceu o gesto do Senado e elogiou a parceria da Escola do Legislativo catarinense com o órgão federal. “Vamos encaminhar o material à biblioteca da Casa e oferecer acesso a quem tem essa necessidade”, resumiu. A Constituição de Santa Catarina foi impressa em três volumes e também disponibilizada ao Tribunal de Contas do Estado.

ACESSO PARA TODOS

O primeiro título impresso pela Gráfica do Senado foi a Constituição Federal. “As principais leis, que atingem mais diretamente a população, também são impressas em Braille”, disse Florian

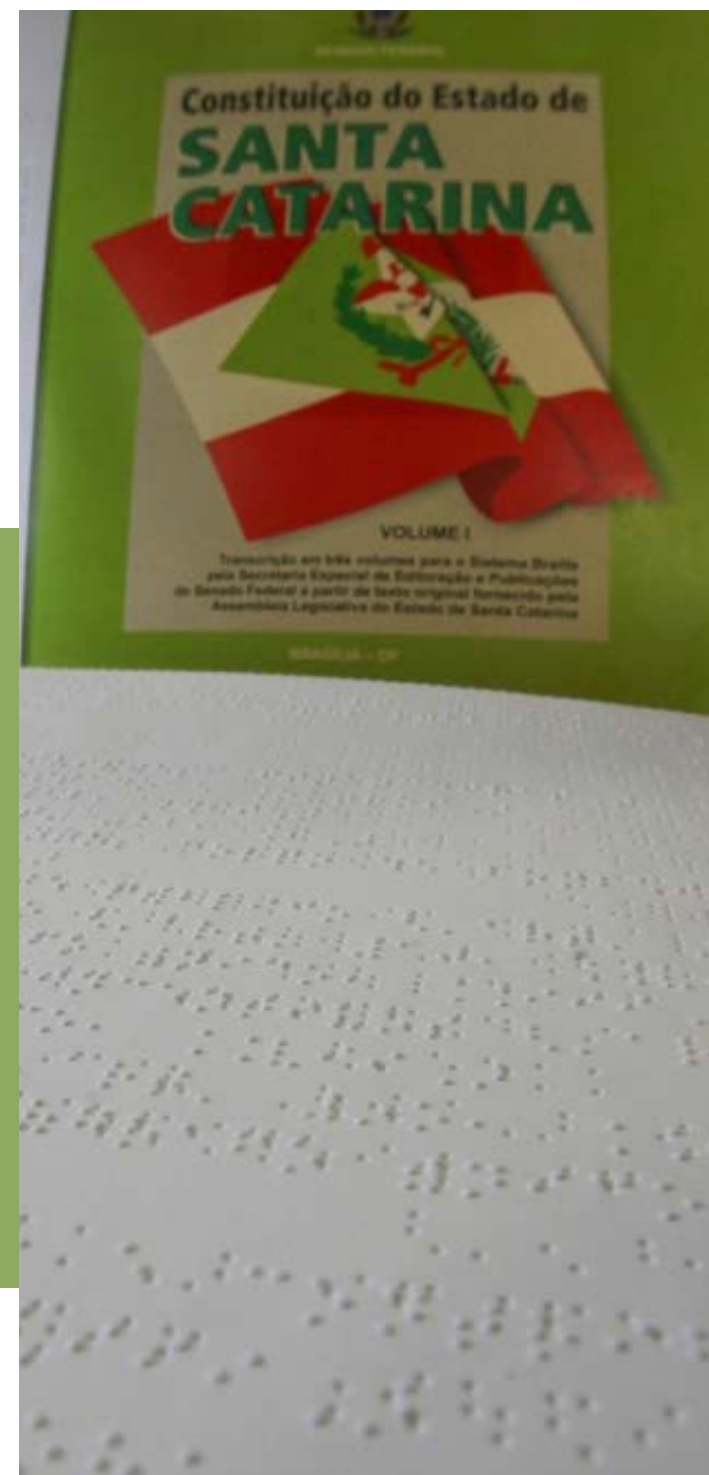
Madruga. Exemplos são a Lei Maria da Penha, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dicionário da Língua Portuguesa e uma cartilha com os hinos brasileiros também estão à disposição no sistema Braille.

A coordenadora da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, Carla Pedrozo, destacou o trabalho desenvolvido do Parlamento com as pessoas com deficiência. “Nossas atividades também são voltadas a esse público. E queremos que todos tenham acesso à informação. Por isso a importância desse material para a Assembleia Legislativa”, pontuou Carla.

SAIBA MAIS SOBRE O BRAILLE

O sistema Braille é um processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação. Ele é utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão, e a leitura é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo.

O código foi criado pelo francês Louis Braille (1809 - 1852), que perdeu a visão aos três anos e criou o sistema aos 16. O Brasil conhece o sistema Braille desde 1854, data da inauguração do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, chamado, à época, Imperial Instituto dos Meninos Cegos.



criação da bancada feminina é oficializada

Em iniciativa pioneira no Brasil, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina se tornou em 2014 o primeiro parlamento estadual a ter uma bancada feminina institucionalizada. A proposta é apoiar as mulheres que exercem mandato no Poder Legislativo catarinense na discussão dos temas que permeiam as questões de gênero e contribuir para a consolidação de políticas públicas.

O Projeto de Resolução nº 5/2014, que alterou o Regimento Interno da Casa para possibilitar a organização de representação feminina em bancada, teve a redação final aprovada pelos parlamentares no dia 3 de dezembro. Resultou na Resolução nº 6/2014, publicada no Diário da Assembleia em 11 de dezembro.

Para a coordenadora da Bancada Feminina, deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), trata-se de um marco na história do parlamento catarinense, que sai na frente de outras casas legislativas. “A formalização da bancada é um passo importante na luta pelo empoderamento das mulheres. Nos dará mais estrutura e oportunidade de trabalhar em conjunto com vereadoras e outras lideranças que atuam nos movimentos de mulheres.”

A Bancada Feminina da 17ª Legislatura foi composta por cinco deputadas: Ada de Luca (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Angela Albino (PCdoB), Dirce Heiderscheidt (PMDB) e Luciane Carminatti (PT).

“*A formalização da bancada é um passo importante na luta pelo empoderamento das mulheres.*”

Dirce Heiderscheidt

NOVAS LEIS

A Assembleia Legislativa aprovou em 2014 Projeto de Lei de autoria da deputada Angela Albino (PCdoB) que garante o direito de as mães amamentarem seus filhos nos recintos coletivos de acesso público dos estabelecimentos comerciais situados em Santa Catarina, como casas de espetáculos, bares e restaurantes. A proposição foi transformada na Lei nº 16.396, de 4 de junho de 2014. O descumprimento da legislação sujeita o infrator



Deputadas que compõem a Bancada Feminina da 17ª Legislatura

a penalidades como advertência e multa, esta no caso de estabelecimento privado.

A deputada também é autora do projeto que resultou na Lei Estadual nº 16.596/2015, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes do Estado, a ser celebrada anualmente na semana do dia 15 de agosto.

Outro projeto de origem parlamentar sancionado trata da prioridade de vagas nas escolas para crianças e adolescentes cujas mães foram vítimas de violência doméstica em Santa

Catarina. A Lei Estadual nº 16.602/2015 teve como base a proposição do deputado Darci de Matos (PSD).

Também foi sancionada a Lei nº 16.362/2014, que estabelece a data de 8 de março como o Dia Estadual de Debates Sobre o Bem-Estar da Mulher. De iniciativa do deputado Neodi Saretta (PT), a proposta busca instituir em escolas estaduais ações de promoção e conscientização sobre temas como os direitos das mulheres, combate à violência doméstica e inserção no mercado de trabalho.

CPI DAS ÁGUAS INVESTIGA SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO EM PALHOÇA

A Comissão Parlamentar de Inquérito criada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para investigar possíveis irregularidades na municipalização e terceirização dos serviços de água e esgoto em Palhoça, na Grande Florianópolis, conhecida como CPI das Águas, divulgou o relatório de conclusão dos trabalhos em 17 de dezembro de 2014.

Um dos encaminhamentos do colegiado foi o envio do documento ao Ministério Público estadual, órgão que tem competência para apurar e propor medidas administrativas ou judiciais. Ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) foi encaminhado um pedido para que realize auditoria em todos os editais de concessões dos serviços de água e esgoto realizados pelos municípios catarinenses. Outra sugestão da CPI é que a instituição apure a responsabilização de agentes e servidores públicos que contratam empresas para desempenharem obras e serviços de saneamento de água e esgoto por meio da prática de dispensa de licitação com a alegação de caráter emergencial.

A CPI das Águas foi instalada no início do ano de 2014, após o escândalo de pagamento de propina para a renovação de contratos na autarquia Águas de Palhoça. A presidente e o relator do colegiado, deputados Angela Albino (PCdoB) e Dirceu Dresch (PT), destacaram, em coletiva de imprensa para apresentação do relatório final, que foram encontradas evidências quanto a supostos ilícitos e mau uso de recursos públicos nos contratos estabelecidos entre a empresa Raiz Soluções Inteligentes e a Prefeitura de Palhoça.

De acordo com o TCE/SC, as irregularidades estão no pagamento de mão de obra não utilizada, mas mesmo assim cobrada pela Raiz Soluções Inteligentes, empresa que assumiu as prestações de serviços de água e esgoto após o rompimento de Palhoça com a Casan. "A Águas de Palhoça foi o caso mais emblemático e acabou sendo o objeto da nossa CPI, pois demonstrou através de parecer do Tribunal de Contas do Estado um desvio de mais de R\$ 10 milhões", disse Angela.

Como destaque da investigação, a deputada falou sobre os prejuízos que Palhoça teve ao municipalizar o serviço de água e esgoto. "No

ano de ruptura do contrato, a Casan comprometeu-se a investir R\$ 62 milhões em melhorias do sistema municipal. Atualmente o montante arrecadado com os serviços vai para o caixa geral e, segundo o próprio prefeito, subsidia a folha de pagamento do Executivo. Ou seja, nada é feito com o dinheiro para melhorar a qualidade da água e esgoto de Palhoça. Quem menos ganhou com isso foram os palhocenses", enfatizou.

ENCAMINHAMENTOS

O relator da CPI das Águas, deputado Dirceu Dresch (PT), destacou três pontos no relatório final:

- A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado ao TCE, com fundamento no artigo 59 c/c o artigo 113 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para que realize auditoria em todos os editais de concessões dos serviços de água e esgoto realizados pelos municípios catarinenses, bem como apure a responsabilização de agentes e servidores públicos que contratam empresas para desempenharem obras e serviços de saneamento de água e esgoto através da endêmica prática de dispensa de licitação sob alegado caráter emergencial e apure a legalidade do direcionamento dos recursos auferidos pela tarifa de água ao caixa da prefeitura de Palhoça.

- A CPI deliberou pelo encaminhamento, endereçado às prefeituras e câmaras de vereadores, Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (Agesan), Agência Nacional de Águas (ANA), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), solicitando que acessem o sítio eletrônico da Alesc para tomarem conhecimento integral do Relatório Final da CPI das Águas de Palhoça.



- A cópia dos autos deverá ser encaminhada ao governador do Estado a fim de que o Poder Executivo tome conhecimento das falhas e irregularidades comentadas, conforme ficou demonstrado pela auditora do TCE e pela CPI das Águas, uma vez que os processos de municipalização do sistema de água e esgoto têm causado prejuízo ao erário e a precarização dos serviços públicos em questão, o que contraria o interesse público.

COMO FOI DESENCADEADA A OPERAÇÃO ÁGUAS DE PALHOÇA

A Promotoria da Moralidade Administrativa de Palhoça recebeu a denúncia em 2013 e solicitou o apoio do Gaeco (força tarefa composta pelo Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria da Fazenda e Polícia Rodoviária Federal) no sentido de apurar a veracidade das informações repassadas à promotoria.

O promotor Alexandre Graziotin, coordenador do Gaeco, informou que, após uma investigação de curto espaço de tempo, foi gerada a prisão em flagrante de quatro envolvidos (entre agentes públicos e empresários) nos contratos celebrados pela empresa Águas de Palhoça, uma autarquia municipal, por conta da avaliação de pagamentos de valores indevidos a agentes públicos por parte de pessoas contratadas pelo município. "O processo avalia condutas de administração pública, de formação de quadrilha envolvendo atividades ligadas ao repasse irregular do dinheiro público para particulares, ou seja, vantagens indevidas", relatou o promotor em reunião da CPI ocorrida em junho de 2014.

CPI DO MINISTÉRIO PÚBLICO ANALISA COMPRA DE IMÓVEL

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), apresentado em 24 de novembro de 2014, pediu a anulação imediata do contrato de compra do prédio para a ampliação da sede do órgão estadual, celebrado com a dispensa de licitação pelo valor de R\$ 123.419.930,00, e a responsabilização dos agentes envolvidos na transação.

O relator da CPI do Ministério Público de Santa Catarina, deputado Jailson Lima (PT), em seus argumentos, disse que foram feridos os princípios constitucionais da administração pública. Na leitura do voto, justificou as possíveis irregularidades no contrato, citando cada um dos princípios.

Ao final da leitura, indicou o encaminhamento do relatório final ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), Secretaria da Receita Federal, ao Executivo estadual, à Comissão de Moralidade Pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Corregedoria do MPSC.

O relator da CPI ainda pediu abertura de processo administrativo contra os servidores do Ministério Público envolvidos na compra do prédio. Solicitou, também, o indiciamento criminal do dono da construtora que vendeu o empreendimento ao MP, a Becker Construção Civil Ltda., Paulo Roberto Becker, e dos envolvidos na avaliação do imóvel, processo que teria envolvido irregularidades, segundo a relatoria da CPI.

Em 12 de dezembro de 2013, o Ministério Público de Santa Catarina assinou o contrato de compra com a Becker Construção Civil Ltda. pelo valor de R\$ 123.419.930,00, com dispensa de licitação. O contrato negociado apresenta o terreno com 2,36 mil metros quadrados e o prédio, já em construção, com área total de 20,9 mil metros quadrados, que abrigará a ampliação da sede da instituição.

CONCLUSÕES

Em vários momentos, Jailson Lima afirmou que os interesses pessoais pela compra do imóvel com dispensa de licitação

prevaleceram sobre os interesses públicos, com a justificativa de o terreno estar ao lado da atual sede do MP na Capital. “Sempre houve a vontade pessoal dos administradores de adquirir esse imóvel lindeiro da atual sede do MP.”

O deputado ainda reclamou da falta de negociação para um valor menor do empreendimento, fato que teria determinado favorecimento pessoal do dono da construtora que negociou o imóvel com o órgão estadual. No relatório, o valor foi considerado

Relator da CPI, deputado Jailson Lima, disse que foram feridos os princípios constitucionais da administração pública.



superfaturado, o que não justificaria a dispensa de licitação, baseado no artigo 10 da Lei nº 8.666, a Lei das Licitações.

O relator encerra o voto afirmando que o procedimento administrativo “violou os princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade, eficiência, legalidade e moralidade administrativa, com evidente e demonstrada ação e omissão contrárias ao comando Artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com graves consequências e repercussão ao erário, impondo-se a anulação imediata de todo o processo e a responsabilização dos agentes públicos identificados”.

Jailson Lima e os demais componentes da CPI ressaltaram a função fiscalizadora do Parlamento. “Essa CPI teve começo, meio e fim, diferente de outras tantas no país”, salientou o deputado, lembrando que esta foi a primeira comissão parlamentar criada no país para investigar possíveis irregularidades do Ministério Público. “Quem fiscaliza também deve ser fiscalizado. Aqui a gente escreve um capítulo da história pública do Brasil”, finalizou.

A CPI, instalada em 23 de maio de 2014, foi presidida pelo deputado

Mauro de Nadal (PMDB), com a participação de Volnei Morastoni (PT), Sargento Amauri Soares (PSOL) e Edison Andrino (PMDB). Foram 15 reuniões, 24 testemunhas ouvidas, gerando um processo com quase 4 mil páginas.

“Quem fiscaliza também deve ser fiscalizado. Aqui a gente escreve um capítulo da história pública do Brasil”

Jailson Lima

RELATÓRIO 2014 - ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO DO TCE

Em sessão extraordinária realizada em 15 de julho, a Assembleia Legislativa elegeu o então deputado Luiz Eduardo “Dado” Cherem (PSDB) para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC).

A vaga, aberta com a aposentadoria de Salomão Ribas Junior, foi disputada por 31 pessoas, selecionadas por uma Comissão Especial criada pela Mesa Diretora da Assembleia. Ela foi composta por sete parlamentares: Moacir Sopelsa (PMDB), Aldo Schneider (PMDB), Gilmar Knaesel (PSDB), Valmir Comin (PP), Neodi Saretta (PT), Jean Kuhlmann (PSD) e Narcizo Parisotto (DEM).

Foram computados 30 votos favoráveis à indicação de Dado Cherem, duas abstenções e um voto nulo. A deputada Angela Albino (PCdoB) foi a única parlamentar que escolheu outro candidato, o cidadão Alessandro Jorge Pickcius. Os deputados Dirceu Dresch (PT) e Luciane Carminatti (PT) se abstiveram e Sargento Amauri Soares (PSOL) anulou o voto.

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E VOTAÇÃO

A Comissão Especial designada para a seleção dos candidatos ao TCE deve seguir os parâmetros estabelecidos pela Constituição Estadual. “Os conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados dentre os brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional”.



Já o processo de votação tem por base o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. O documento estabelece que os nomes aprovados pela Comissão Especial devem ser encaminhados à Mesa para publicação no Diário Oficial. A escolha do conselheiro é feita pelos deputados, em votação aberta. É indicado à vaga o candidato que obtiver o maior número de votos. Em caso de empate, é escolhido o concorrente mais idoso.

MARIA DA PENHA, QUE INSPIROU LEI DE MESMO NOME, PROMOVE PALESTRA NO PARLAMENTO



A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa promoveu, em 1º de dezembro, uma palestra com a ativista cearense Maria da Penha, que inspirou a elaboração da Lei Federal nº 11.340/2006, considerada um marco histórico no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.

A farmacêutica bioquímica aposentada contou a história que a transformou em um símbolo de luta das mulheres contra a violência doméstica. Maria da Penha foi vítima de constantes agressões e ameaças no período em que permaneceu casada com Marco Antonio Heredia Viveros. No ano de 1983, sofreu duas tentativas de homicídio por parte do então marido. No primeiro atentado, foi atingida por um tiro nas costas, que a deixou paraplégica. Duas semanas depois, ele tentou eletrocutá-la durante o banho. Foi então que decidiu denunciá-lo e se separar.

Em 1998, após anos de luta na Justiça pela punição do agressor, Maria da Penha encaminhou uma petição contra o Estado brasileiro

relativa ao caso de violência doméstica sofrido por ela à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em parceria com o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL).

A denúncia resultou na condenação do Brasil pela tolerância e omissão estatal com que os casos de violência contra a mulher eram tratados pela justiça de maneira sistemática. Dessa forma, o país foi obrigado a promover mudanças na legislação que permitissem a prevenção e proteção da mulher em situação de violência doméstica e a punição do agressor. A partir de então, foi elaborado o projeto que deu origem à Lei Maria da Penha.

Maria costuma compartilhar sua experiência de vida na tentativa de contribuir para a conscientização das mulheres sobre os seus direitos e alertar as vítimas de violência doméstica para a gravidade do problema. Ela também publicou o livro “Sobrevivi... Posso Contar”, que relata o caso.

De acordo com a ativista, uma série de dificuldades impedem a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha. “As mulheres continuam sendo vítimas da violência porque não conseguem suporte para a denúncia.

“Não adianta ter a lei no papel, é fundamental que os agentes políticos criem políticas públicas para sanar o problema.”

Maria da Penha

Assim que essa responsabilidade for assumida pela administração pública efetivamente, teremos mulheres seguras”, disse.

A Lei nº 11.340/2006 considera a violência doméstica e familiar contra a mulher uma violação aos direitos humanos. Ela prevê, além de medidas punitivas aos agressores, proteção à integridade física e assistência jurídica, social e psicológica à vítima.

O evento alusivo ao Dia Internacional de Luta das Pessoas com Deficiência (comemorado anualmente em 3 de dezembro) também foi marcado pelo lançamento do 2º Prêmio Catarinense de Moda Inclusiva.



03
DEBATES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DISCUTE PROIBIÇÃO DO AMIANTO

Apesar de ter sido amplamente analisado e discutido pelos parlamentares catarinenses em 2014, o Projeto de Lei nº 179/2008, que trata da proibição do uso do amianto em Santa Catarina, não foi votado em Plenário.

A matéria, de autoria dos deputados petistas Jailson Lima e Ana Paula Lima, começou a tramitar na Casa em 2008. Após receber dois pareceres pela rejeição, foi arquivada com o encerramento da legislatura anterior. Foi desarquivada em 2011, no início da 17ª Legislatura.

A proposição tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi aprovada em setembro de 2014, com emenda modificativa. Em seguida, o projeto parou na Comissão de Finanças e Tributação. O pedido de diligência a diversos órgãos e entidades apresentado em novembro pelo relator da matéria, deputado Darci de Matos (PSD), inviabilizou a votação em Plenário na Legislatura 2011-2015. O parlamentar alegou que precisava reunir mais informações para concluir o seu relatório.

O Supremo Tribunal Federal (STF) será consultado se já houve o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) relativas às leis estaduais que tratam do banimento do amianto. A corte judicial também será questionada se está em vigor a Lei Federal nº 9.055/1995, que disciplina a extração, industrialização, transporte e comercialização do produto.

A discussão sobre o projeto, considerado polêmico, foi acompanhada de perto por representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), sindicatos trabalhistas e associações de classe.

O debate levantou questões como o potencial cancerígeno do amianto e suas variantes, a falta de limites seguros na utilização desses materiais e a possibilidade de serem substituídos na indústria por outras matérias-primas.

Segundo o procurador regional do Trabalho, Luciano Leivas, 68 países e seis estados brasileiros já baniram o uso do amianto. “De acordo com informações do Sistema Único de Saúde, o amianto provocou nada menos do que 47 mortes apenas em Santa Catarina durante o período de 1998 a 2013”, destacou.

Conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o PL nº 179/2008 será arquivado, mas poderá ter sua tramitação retomada, caso haja interesse da autora ou de alguma comissão permanente da Casa.



Parlamentares catarinenses voltam a discutir a proibição do uso do amianto no Estado.

IDENTES



04
EVENTOS



FERROVIA DA INTEGRAÇÃO, ENTRE O OESTE E O PORTO DE ITAJAÍ, COMEÇA A SAIR DO PAPEL

Santa Catarina deu no dia 15 de outubro um importante passo rumo a um novo ciclo de desenvolvimento amparado não só no transporte rodoviário, mas em uma alternativa mais barata e segura: as ferrovias. O governador Raimundo Colombo (PSD), a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o ministro dos Transportes, Paulo Sergio de Oliveira Passos, assinaram em Chapecó a ordem de serviço para a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e o projeto básico de engenharia do Corredor Ferroviário de ligação do Oeste catarinense e o porto de Itajaí.

Com um prazo de 22 meses para conclusão do estudo, a obra deve sair do papel na sequência. Serão mais de 860 quilômetros de linha férrea, que têm investimento inicial de mais de R\$ 46 milhões.

Com 76% de suas cargas transportadas por caminhão, o Estado passará a ter uma via de transporte de produção cerca de 28% mais barata pelas linhas férreas. Hoje, apenas 25% das cargas são transportadas por trem em Santa Catarina. Segundo o governador Raimundo Colombo, a chamada Ferrovia da Integração era o que faltava para agregar ainda mais competitividade à produção catarinense.

“É um momento histórico para o Estado e nunca estivemos em um momento tão favorável ao agronegócio. Competitividade é fazer mais com menos e mais rápido, e neste sentido a ferrovia é um modelo de transporte mais barato e eficiente”, destacou Colombo em discurso.

Também participaram da cerimônia, que ocorreu no Centro de Cultura e Eventos de Chapecó, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romildo Titon (PMDB), os deputados estaduais Dirceu Dresch (PT), coordenador da Frente Catarinense das Ferrovias, Luciane Carminatti (PT)

e Gelson Merísio (PSD). “É uma obra fundamental para o Estado, o Oeste e Meio-Oeste, regiões que são referência no agronegócio. A Ferrovia da Integração irá valorizar este importante meio de transporte e melhorar o processo de escoamento da nossa produção”, destacou Titon.

O traçado da Ferrovia da Integração inicia em Itajaí, passando pelo Vale, cidades do Meio-Oeste como Ponte Alta, Herval d’Oeste, chegando a Chapecó e com ligação à Dionísio Cerqueira, possibilitando negócios internacionais, pela proximidade com a Argentina.

“A Ferrovia da Integração irá valorizar este importante meio de transporte e melhorar o processo de escoamento da nossa produção”

Romildo Titon

Ordem de Serviço e projeto básico do Corredor Ferroviário começam a se tornar realidade.



CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CHEGA À QUARTA EDIÇÃO

Empresas privadas e entidades com fins não econômicos que têm a responsabilidade socioambiental incluída em suas políticas de gestão foram homenageadas em sessão especial promovida pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina no dia 9 de dezembro, no Plenário Deputado Osni Régis.

Ao todo, 83 instituições receberam a Certificação de Responsabilidade Social 2014, sendo 35 empresas e 48 entidades. Dentre as empresas certificadas, as cinco que tiveram melhor desempenho no desenvolvimento de ações socioambientais foram agraciadas com o Troféu Destaque SC. Elas foram escolhidas conforme as categorias de pequeno, médio e grande porte, nos segmentos indústria e comércio/serviços/turismo (Confira a seguir a relação completa dos certificados e premiados).

Criada pelo Poder Legislativo em 2004 por meio da Lei nº 12.918, a premiação tem o objetivo de valorizar as empresas e entidades que contribuem para o desenvolvimento sustentável do Estado. A edição de 2014 teve como tema "Uma atitude de valor catarinense - o equilíbrio social sustentável em suas mãos".

Durante a solenidade, as 14 entidades parceiras que integraram a Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social no ano de 2014 também foram homenageadas. A equipe foi composta por



representantes do parlamento estadual, da Associação Catarinense de Rádio e Televisão (Acaert), da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC), da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina (Cejesc), do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência (Conede), do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), da Federação das Associações Empresariais de Santa (Facisc), da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc), da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), da Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecomércio), da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), da Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), do Observatório Social de Florianópolis (OSF) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae).

DIVULGAÇÃO

Com o propósito de divulgar a premiação e orientar as entidades interessadas a participarem do processo seletivo, a Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social realizou, ao longo do ano, workshops regionais em sete municípios (São José, São Miguel do Oeste, Joinville, Lages, Chapecó, Itajaí e Criciúma).

ENTIDADES COM FINS NÃO ECONÔMICOS E EMPRESAS PRIVADAS CERTIFICADAS

GRANDE FLORIANÓPOLIS

Associação Catarinense de Supermercados, representada por Atanázio dos Santos Netto.

Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, representada por Milton Barcellos Junior.

Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, representada por José Roberto Leal.

Associação Brasileira de Portadores de Câncer, representada por Leoni Margarida Simm.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Florianópolis, representada por Elizabeth Teresa Donato das Neves.

Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, representada por João Leopoldo Silva Petry.

Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina, representada por Humberto Floriano Mendes.

Associação Floripamanhã, representada por Antonio Barbosa.



Banco do Empreendedor, representada por Luiz Carlos Floriani.

Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça, representado por Roberto de Souza Chenk.

Conselho Comunitário da Ponte do Imaruim, representado por Mario Seolin.

Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina, representado por José Valdir Da Silva.

Creche e Orfanato Vinde a Mim às Criancinhas, representada por Rubens Feijó.

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas De Santa Catarina, representada por Ivan Roberto Tauffer.

Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito, representado por José Leles de Souza.

Instituto Comunitário Grande Florianópolis, representado por Renata Machado Pereira da Silva.

Instituto Guga Kuerten, representado por Larissa Libert Gerônimo.

Instituto Voluntários em Ação, representado por Ana Maria Warken do Vale Pereira.

Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, representada por José Carlos Pacheco.

Serviço Social do Comércio, representado por Selma Junkes.

Sociedade Espírita de Assistência e Promoção Social Tereza de Jesus, representada por Leandro Ramos de Souza.

Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, representada por Eder Borges.

Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina, representada por Marco Antonio Mendes Sbissa.

Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina, representada por Luiz Vicente Suzin.

Liderança Limpeza e Conservação Ltda, representada por Francisco Lopes de Aguiar.

M&M Assessoria Contábil SS, representada por Marlise Alves Silva Teixeira.

Nexxera Tecnologia e Serviços S/A, representada por Andrea Silva.

Ondrepsb - Limpeza e Serviços Especiais Ltda, representada por Luiz Ermes Bordin.

Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda, representada por Rithielly Cristina Raimundo.

Tractebel Energia S/A, representada por Luciane Pinheiro Pedro.

Unimed Grande Florianópolis Cooperativa de Trabalho Médico, representada por Éber Rossi.

REGIÃO SUL

Associação Beneficente Abadeus, representada por Gerço Gomes Monteiro.

Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente, representada por Maria Aparecida Alves Caprestano.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - São Ludgero, representada por Helena Faust Schlickmann.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Tubarão, representada por Noilda Fogaça.

Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas, representado por Anézio Luiz de Souza.

Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina, representada por Mauri Luiz Heerdtd.

Cooperativa Pioneira de Eletrificação, representada por Carlos Alberto Arns.

Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda, representada por Luiz de Noni.

Librelato S/A Implementos Rodoviários, representada por Thayni da Silva Librelato.

Rampinelli Alimentos Ltda, representado por Thiago Rampinelli.

REGIÃO SERRANA

Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família - Banco da Família, representada por Paulo César da Costa.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - São Joaquim, representada por José Maccari.

Associação Lageana de Assistência aos Menores, representada por Eneo Novaes.

Fundação Carlos Joffre do Amaral, representada por Agostinho Abatti.

Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda, representada por Claudete Fabris.

REGIÃO NORTE

Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa, representada por Rosicler Meyer Dedekind.

Associação de Transportes do Norte Catarinense, representada por Walcir Gravi Gonçalves

Fundação Pró Rim, representada por Hercílio Alexandre Da Luz Filho.

Instituto Arxo Pró Educação e Cultura, representado por Sergio Ambrosio Marçaneiro.

Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul, representada por Cátia Maria Bisewski Hoeft.

Unimed Alto Vale - Cooperativa de Trabalho Médico Vale do Iguaçu, representada por André Marques Vieira.

GR Soluções Ambientais Ltda, representada por Sheyla Vilela Sachweh.

Itapoá Terminais Portuários S.A., representada por Patrícia Dall Onder.

Termotécnica Ltda, representada por Nivaldo Fernandes.

REGIÃO VALE DO ITAJAÍ

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Blumenau, representada por Lorena Starke Schmidt.

Associação Empresarial de Rio do Sul, representada por Remo Carlo Bortoluzzi.

Associação Itajaiense de Kung-Fu, representada por Airlon da Silva Jaques.

Centro de Recuperação Nova Esperança, representado por Marcos Mey.

Fundação Universidade do Vale do Itajaí, representada por Mário Cesar dos Santos.

Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí, representada por Bianca Reimão.

Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidariedade, representada por Dalila Maria Gonzaga.

Bontur S/A Bondinhos Aéreos, representado por Alfredo Kuhn.

Cooperativa dos Transportadores do Vale, representada por Vilmar José Rui.

Pamplona Alimentos S/A, representada por Elvis Justen.

Portonave S/A Terminais Portuários de Navegantes, representada por Osmari de Castilho Ribas.

Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto Ltda, representada por Eliana Vogel Jaeger.

Unimed Brusque - Cooperativa de Trabalho Médico, representada por Camile Rebeca Bruns.

Unimed Alto Vale - Cooperativa de Trabalho Médico, representada por André Marques Vieira.

REGIÃO OESTE

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Curitibaanos, representada por Esther Marquenze Pozzebon.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Joaçaba, representada por Waldemar Rossen Junior.

Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, representada por Sandoval Caramori.

Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste, representada por Ricardo Fantinelli.

Verde Vida Programa Oficina Educativa, representado por Valdemar Stoll e Lorena Caramori Bonzani.

Cooperativa Central Aurora Alimentos, representada por Rodrigo Basso.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de São Miguel do Oeste (Sicoob), representada por Edegar Fronchetti.

Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados, representada por Gilberto Belatto.

Cooperativa de Transporte de Cargas do Estado de Santa Catarina, representada por Osni Roman.

Indústria de Portas Dois Tempos Ltda, representada por Gilson Lucas Bugs.

Nord Electric S/A Soluções em Engenharia Elétrica, representado por Nelson Eiji Akimoto.

Unimed Chapecó - Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense, representada por Bruna da Silva.

Unimed Extremo Oeste Catarinense Cooperativa de Trabalho Médico, representada por Thaís Pires da Rocha.

Unimed Joaçaba Cooperativa de Trabalho Médico, representada por André Marques Vieira.

TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL - DESTAQUE SC-2014:

Categoria Comércio/Serviços e Turismo de Micro e Pequeno Porte: M&M Assessoria Contábil, representada pela sua presidente, Marlise Alves Teixeira.

Categoria Comércio/Serviços e Turismo de Médio Porte: Unimed Brusque Cooperativa de Trabalho Médico, representada pela senhora Camile Rebeca Bruns.

Categoria Comércio /Serviço/Turismo de Grande Porte: Cooperativa de Transporte de Cargas do Estado de Santa Catarina, representada por seu presidente, Osni Roman.

Categoria Indústria de Médio Porte: Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto Ltda, representada por sua diretora, Eliana Vogel Jaeger.

Categoria Indústria de Grande Porte: Termotécnica Ltda, representada por seu diretor, Nivaldo Fernandes.

ENTIDADES INTEGRANTES DA COMISSÃO MISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL HOMENAGEADAS PELO LEGISLATIVO:

Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), representada por Saul Brandalise Junior.

Associação Catarinense de Imprensa (ACI), representada por Pereira Da Silva Nunes.

Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC), representada por Rita de Cássia Lombardi.

Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, representado por Raquel de Cássia Souza Souto.

Federação das Associações Empresarias de Santa Catarina, representada por Adelita Adiers.

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), representada por Andressa Mongruel Martins Vicenzi.

Fundação do Meio Ambiente (Fatma), representada por Eduardo Zimmermann e Silva.

Observatório Social de Florianópolis (OSF), representado por Salvador Geremias Junior.

Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), representada por Elvio Silveira.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae), representado por Kátia Regina Rausch.

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, representada pelo servidor Neroci da Silva Raupp.



RELATÓRIO 2014 - 180 ANOS DA ALESC

Os 180 anos de criação do Poder Legislativo catarinense foram celebrados em uma sessão especial, com homenagens a deputados, ex-deputados e servidores da Casa que fazem parte da história do parlamento estadual. A solenidade, proposta pela Mesa Diretora, foi realizada no Plenário Deputado Osni Régis, no dia 5 de agosto. A sessão também foi marcada pelo lançamento de um selo e um carimbo personalizados em comemoração à data.

No encontro, o Título de Mérito Legislativo Catarinense foi concedido a parlamentares e ex-parlamentares que exerceram mandato por no mínimo quatro legislaturas, consecutivas ou alternadas. A honraria foi instituída por meio do Ato da Mesa nº 384, de 17 de julho de 2014.

SOLENIIDADE

Em nome das bancadas com assento na Casa, o deputado Gilmar Knaesel (PSDB) afirmou que “não se cogita a democracia sem a tripartição dos poderes ou com um Legislativo débil e subalterno aos interesses do Executivo.”

O parlamentar, que ostenta seis mandatos consecutivos, propôs aproximar ainda mais o Parlamento do povo e defendeu o orçamento regionalizado como forma de concretizar essa aproximação. “Ele materializa a descentralização, vinculando o Poder Executivo à vontade do povo através das audiências públicas.”

Knaesel lembrou que a Assembleia foi fechada várias vezes nesses quase dois séculos, mas ponderou que a redemocratização da década de 1980 reforçou a voz do povo. Ele homenageou Antonieta de Barros, “a primeira mulher eleita deputada, negra e revolucionária”; Nereu Ramos, “que começou sua carreira na Casa e representou Santa Catarina na Presidência da República”; Paulo Stuart Wright, “que, mesmo cassado, continuou sua militância contra o regime militar e ainda hoje figura como desaparecido político”; e seu pai, Ralf Knaesel, que segundo Gilmar, ensinou-lhe a “respeitar e honrar o Legislativo catarinense.”

Representando os homenageados, o ex-deputado Gilson dos Santos confessou que sente “muitas saudades da tribuna”. Referindo-se aos ex e atuais deputados com quatro ou mais

mandatos, declarou que todos que participaram “da edificação da política catarinense são a memória viva do Parlamento”. O ex-líder do PDS enfatizou a importância de escutar a voz das ruas e de colocar o interesse público em primeiro plano. “Devem ser as prioridades de quem ocupa uma cadeira neste Plenário”, disse. Santos também fez uma deferência especial à servidora aposentada Jamile Machado, um “baluarte da imprensa da Casa”.

O presidente interino da Assembleia Legislativa, Joares Ponticelli (PP), destacou a figura do ex-deputado Ivo Silveira. “Ele nos deu esta Casa”, ressaltou, fazendo referência à construção da atual sede do parlamento estadual, o Palácio Barriga Verde, erguido quando Ivo foi governador do Estado.

“Todos que participaram da edificação da política catarinense são a memória viva do Parlamento.”

Gilson dos Santos

HISTÓRIA

A Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, pode ser considerada o embrião do parlamento catarinense e, por consequência, dos demais

legislativos estaduais. Nele, a Regência Trina Permanente, que governava o Império no intervalo entre a abdicação de Dom Pedro I e a posse de Dom Pedro II, fazia a reforma da primeira Constituição do país, redigida em 1824, e dava mais autonomia às províncias, possibilitando a criação das assembleias legislativas provinciais, compostas por membros eleitos pelo chamado voto censitário (permitido apenas aos homens livres, com mais de 25 anos e renda superior a 100 mil réis por ano).

Conforme o livro “A Construção da Democracia”, publicado pela Alesc em 2009, em Santa Catarina, as eleições para a escolha dos membros da primeira Legislatura do Parlamento catarinense ocorreram em novembro de 1834. Nomes como Anacleto José Pereira da Silva, Henrique Marques de Oliveira Lisboa, João Antônio Terres, Joaquim Caetano da Silva e Tomaz Silveira de Sousa foram eleitos deputados provinciais. As primeiras sessões ocorreram no começo de 1835, na Catedral da Florianópolis. O primeiro presidente foi Manoel Paranhos da Silva Veloso.

Nesses quase dois séculos de história, o Parlamento acompanhou as modificações da economia, da sociedade e da política estaduais, enfrentando diversos percalços até se consolidar como o Poder que representa de fato o povo catarinense. A participação popular,



Sessão especial homenageou os 180 anos da Casa do Povo

comum nos dias atuais, foi uma realidade distante em momentos diversos da história da Assembleia. Além das dificuldades estruturais nos primórdios, em várias oportunidades, a Casa do Povo teve suas atividades suspensas, seja por impasse entre os grupos políticos que atuavam à época, seja por força de governos ditatoriais.

EXPOSIÇÃO

A Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho e o Hall da Assembleia Legislativa abrigaram uma exposição temática em comemoração aos 180 anos do parlamento estadual. Integraram a mostra documentos do acervo do Centro de Memória, banners com a relação de deputados das últimas 17 legislaturas (desde 1945) e publicações especiais comemorativas que contam a história de municípios catarinenses. Além disso, fotos e fatos históricos foram exibidos em um telão.

HOMENAGEADOS COM O TÍTULO DE MÉRITO LEGISLATIVO CATARINENSE:

Affonso Ghizzo (in memoriam) - deputado no período de 1955 a 1975.

Aldo Pereira de Andrade (in memoriam) –deputado de 1959 a 1987.

Altair Guidi –deputado de 1987 a 1991 e de 2003 a 2015.

Antonio Aguiar –deputado desde 1999.

Antônio Ceron - legislou de 1991 a 1995 e de 1999 a 2010.

Braz Joaquim Alves (in memoriam) –deputado entre 1947 a 1963.

Clésio Salvaro –legislou entre 1995 e 2009.

Celso Ivan da Costa (in memoriam) –Parlamentar de 1963 a 1983.

Cesar Souza –deputado de 1987 a 1991 e de 1995 a 2007.

Eugydio Lunardi (in memoriam) –Parlamentar de 1959 a 1963 e de 1967 a 1974; foi presidente da Assembleia em 1969.

Epitácio Bittencourt (in memoriam) - deputado nos períodos de 1955 a 1959 e de 1963 a 1983; presidiu a Casa em duas ocasiões (1975-1976 e 1981-1982).

Fausto Lobo da Silva Brasil (in memoriam) –deputado de 1959 a 1963 e de 1967 a 1979.

Fioravante Massolini (in memoriam) –parlamentar entre 1963 e 1979.

Francisco de Assis Küster - deputado nos períodos de 1975 a 1987 e de 1995 a 1999; presidiu o Parlamento no ano de 1997.

Gelson Sorgato –parlamentar entre 1991 e 2007.

Gentil Bellani (in memoriam) –deputado entre 1959 e 1979.

Gervásio José Maciel –parlamentar de 1975 a 1983 e de 1991 a 1999.

Gilmar Knaesel - deputado desde 1991, presidiu a Assembleia no biênio 1999-2000.

Otávio Gilson dos Santos –deputado de 1979 a 1999, presidiu a Casa no biênio 1991-1992.

Heitor Luiz Sché - parlamentar de 1979 a 1991 e de 1999 a 2003; foi presidente do Legislativo nos anos de 1988 e 1990.

Herneus João de Nadal –deputado de 1991 a 2009.

Ivan Cesar Ranzolin –deputado de 1979 a 2003, sendo presidente em 1993.

Ivo Silveira (in memoriam) –parlamentar de 1951 a 1967, presidiu a Assembleia no biênio 1963-1964 e no ano de 1965.

João Estivalet Pires (in memoriam) –deputado de 1947 a 1963, presidiu a Casa no biênio 1961-1962.

João Henrique Blasi –deputado entre 1995 e 2011.

Joares Ponticelli –deputado desde 1999, presidiu o Parlamento em 2013.

Jorge Gonçalves da Silva –parlamentar entre 1975 e 1991.

Jorginho Mello –deputado entre 1995 e 2011, comandou a Casa em 2009.

Julio Garcia –deputado nos períodos de 1987 a 1995 e de 1999 a 2009, presidiu a Assembleia por quatro anos consecutivos, em duas ocasiões: 2005 a 2006 e 2007 a 2008.

Lauro Locks (in memoriam) –parlamentar de 1955 a 1971.

Lecian Slovinski –deputado de 1951 a 1971, sendo presidente por três

anos (1966-1967 e 1968).

Lício Mauro da Silveira (in memoriam) –deputado de 1995 a 2010, morreu no exercício do mandato, dias após ser eleito para a Legislatura 2011-2015.

Manoel Mota –deputado desde 1991.

Mário Olinger (in memoriam) –parlamentar entre 1955 e 1971.

Martinho Herculano Ghizzo –deputado de 1975 a 1991.

Moacir Sopelsa –deputado desde 1999.

Narcizo Parisotto –deputado desde 1995.

Nelson Pedrini - legislou no período de 1963 a 1979 e presidiu a Casa no biênio 1971-1972.

Nilson Gonçalves –deputado desde 1999.

Octacílio Pedro Ramos (in memoriam) –deputado de 1971 a 1987.

Odete de Jesus Nascimento –deputada entre 1999 e 2011.

Onofre Santo Agostini –deputado entre 1991 e 2011, foi presidente no biênio 2001-2002.

Pedro Bittencourt Neto - deputado no período de 1983 a 1999, presidiu a Casa no biênio 1994-1995 e no ano de 1996.

Reno Caramori –deputado de 1991 a 2015.

Romildo Titon –deputado desde 1995. Presidiu a casa em 2014.

Sebastião Netto Campos –deputado de 1967 a 1983.

Valmir Comin –deputado desde 1999.

Volnei Morastoni –parlamentar entre 1995 e 2007 e desde 2011, presidiu o Parlamento no biênio 2003-2004.

Volney Collaço de Oliveira –deputado de 1951 a 1967, comandou a Casa em 1953.

Walter Vicente Gomes (in memoriam) –deputado de 1959 a 1974.

Wilson Wan-Dall –deputado de 1987 a 2003.

Jamile Machado, servidora aposentada, 36 anos de serviços prestados.



COMENDA DO LEGISLATIVO CATARINENSE RECONHECE PERSONALIDADES DO ESTADO

A Comenda do Legislativo Catarinense, considerada a mais importante honraria concedida pela Assembleia Legislativa, foi outorgada em 2014 a duas empresas, 13 entidades e 25 personalidades que se destacaram no cenário estadual. A entrega da Comenda foi realizada no dia 25 de novembro, em sessão solene no Plenário Deputado Osni Régis.

A premiação foi instituída por meio da Resolução nº 2/2008, que unificou todas as homenagens concedidas pelo parlamento estadual. Anualmente, cada parlamentar, efetivo ou suplente no exercício do mandato, pode indicar uma pessoa, entidade, empresa ou instituição para ser homenageada em reconhecimento ao compromisso social e empreendedorismo em prol do Estado.

DEPUTADOS E SEUS HOMENAGEADOS:

Deputada Ada Faraco De Luca (PMDB) - **Luiz Carlos Luiz (in memoriam).**

Deputado Aldo Schneider (PMDB) - **Professor Viegand Eger.**

Deputado Altair Guidi (PPS) - **Mário Sônego.**

Deputada Ana Paula Lima (PT) - **Urda Alice Klueger.**

Deputada Angela Albino (PCdoB) - **União Catarinense dos Estudantes (UCE).**

Deputado Antônio Aguiar (PMDB) - **Eraldo Luiz de Carvalho.**

Deputado Carlos Chiodini (PMDB) - **Werner Ricardo Voigt.**

Deputado Darci de Matos (PSD) - **Osnilo Osmar Silveira.**

Deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB) - **Valério Gomes.**

Deputado Dirceu Dresch (PT) - **Federação dos Trabalhadores de Santa Catarina (Fetram-SC/CUT).**

Deputado Dóia Guglielmi (PSDB) - **Rubens Sérgio Salfer.**

Deputado Edison Andrino (PMDB) - **Moacir Pereira.**

Deputado Gelson Merísio (PSD) - **Jurema Ramos dos Santos.**

Deputado Gilmar Knaesel (PSDB) - **Tiago Splitter.**

Deputado Ismael dos Santos (PSD) - **Michael Aboud.**

Deputado Jailson Lima (PT) - **Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC).**

Deputado Jean Kuhlmann (PSD) - **Padre João Bachmann.**

Deputado Joares Ponticelli (PP) - **Fundação Hermon.**

Deputado Jorge Teixeira (PP) - **Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).**

Deputado José Milton Scheffer (PP) - **Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge.**

Deputado José Nei Ascari (PSD) - **Julio Garcia.**

Deputado Kennedy Nunes (PSD) - **Bianca Castellar de Faria.**

Deputada Luciane Carminatti (PT) - **Sérgio Luís Theisen.**

Deputado Marcos Vieira (PSDB) - **Edésio Justen.**

Deputado Maurício Eskudlark (PSD) - **Paulo César Stürmer.**

Deputado Mauro de Nadal (PMDB) - **Associação Catarinense dos Motoristas de Ambulância (ACMA).**

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) - **Elisete Pessatti Ern.**

Deputado Narcizo Parisotto (DEM) - **Conselho de Pastores Evangélicos de Chapecó (Copec).**

Deputado Neodi Saretta (PT) - **Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS).**

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) - **Maria Angélica da Silva Ponciano.**

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT) - **Pastoral da Juventude Santa Catarina.**

Deputado Renato Hinnig (PMDB) - **Professor Newton Carneiro Affonso da Costa.**

Deputado Reno Caramori (PP) - **Associação dos Bombeiros Voluntários (ABVESC).**

Deputado Romildo Titon (PMDB) - **Francisco Lopes de Aguiar.**

Deputado Sargento Amauri Soares (PSOL) - **Adilson Eliseu Pereira.**

Deputado Serafim Venzon (PSDB) - **Recicle Catarinense de Resíduos LTDA.**

Deputado Silvio Dreveck (PP) - **Universidade da Região de Joinville (Univille).**

Deputado Valdir Cobalchini (PMDB) - **Primo Tedesco S.A.**

Deputado Valmir Comin (PP) - **Grupo de Pais e Amigos pela Unidade Infantojuvenil de Onco-Hematologia (Guido).**

Deputado Volnei Morastoni (PT) - **Dario Luiz Vitali.**

EM TUBARÃO, PARLAMENTO HOMENAGEIA UNISUL POR 50 ANOS DE FUNDAÇÃO

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a Câmara de Vereadores de Tubarão promoveram no dia 25 de novembro sessão solene em homenagem ao cinquentenário de fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). O evento foi realizado no Auditório do Espaço Integrado de Artes, no campus universitário de Tubarão.

A solenidade foi proposta pelos deputados Joares Ponticelli (PP) e José Nei Ascari (PSD), a partir da iniciativa do vereador suplente professor Felipe Filisbino. “A intenção é conferir à universidade os méritos e créditos construídos ao longo desses 50 anos. A UNISUL está presente em todas as áreas de conhecimento, dando suporte para o desenvolvimento comunitário e garantindo a sustentabilidade do crescimento da nossa região”, ressaltou Filisbino.

A história da instituição teve início em 25 de novembro de 1964, com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas por meio da sanção da Lei nº 353, assinada pelo prefeito Dilney Chaves Cabral. Era a segunda faculdade implantada no interior de Santa Catarina. “Destacamos a atitude visionária daqueles que tiveram a iniciativa de distribuir o ensino superior pelo interior do Estado”, enfatizou Ponticelli. “Na maioria dos outros estados, ficou concentrado no entorno das capitais. Conseguimos o desenvolvimento hegemônico de toda Santa Catarina graças ao pioneirismo desses homens e mulheres que tornaram universidades como a Unisul verdadeiras referências”, complementou o 1º vice-presidente do parlamento catarinense.

Ao longo de cinco décadas, a Unisul expandiu a sua atuação. Além da unidade localizada em Tubarão, a universidade está presente nos municípios de Aranguá, Palhoça, Florianópolis, Içara, Braço do Norte e Ibituba. Nesse período, formou mais de 150 mil profissionais. “A

Unisul cumpre um papel importante na formação de empreendedores. Ela caminha lado a lado com a comunidade, irmanada com outras instituições em busca de soluções que possam contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região”, destacou Ascari.

A importância da interiorização do ensino superior em Santa Catarina também foi ressaltada pelo reitor da Unisul, Sebastião Salésio Herdt. “A homenagem que a Assembleia Legislativa e a Câmara de Vereadores de Tubarão prestam é significativa do ponto de vista de consolidação desse trabalho que a Unisul e outras instituições desenvolvem no Estado. Cinquenta anos para uma universidade é um período ainda curto, mas significativo para toda a região.”

Atualmente, a Unisul oferece mais de 100 cursos presenciais e virtuais a 30 mil acadêmicos. A instituição conta com cerca de mil colaboradores e mais de 1,5 mil professores. Tem como missão a formação integral de cidadãos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão que sejam capazes de contribuir na construção de uma sociedade humanizada, em permanente sintonia com os avanços da ciência e da tecnologia.

O ato solene foi prestigiado por membros da comunidade acadêmica e autoridades, como o deputado federal Edinho Bez (PMDB); o secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Jairo dos Passos Cascaes; o presidente da Câmara Municipal de Tubarão, Luiz Gonzaga dos Reis; o prefeito de Tubarão, João Olávio Falchetti; e a juíza Cleusa Maria Cardoso. Também participaram da sessão o presidente da Fundação Unisul, professor Ailton Nazareno Soares; o presidente da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel), Moacir Rabelo da Silva; e o presidente da Associação Empresarial de Tubarão (Acit), Murilo Bortoluzzi.



“A UNISUL está presente em todas as áreas de conhecimento, dando suporte para o desenvolvimento comunitário e garantindo a sustentabilidade do crescimento da nossa região.”

Felipe Filisbino

RELATÓRIO 2014 - CENTENÁRIO DE JORGE LACERDA

O ano de 2014 foi marcado por uma série de eventos em homenagem ao centenário de nascimento do ex-governador e ex-deputado federal Jorge Lacerda (1914-1958). Solenidades foram realizadas em Florianópolis, Capivari de Baixo e Brasília. A trajetória do político ganhou destaque em exposição inédita montada pela Assembleia Legislativa com curadoria do museólogo Max José Muller. Além disso, foram lançados um livro e um documentário dedicados à memória de Jorge Lacerda.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina promoveu uma sessão especial em Florianópolis, no Palácio Barriga Verde, e uma sessão solene em Capivari de Baixo, município do Sul do Estado que sedia o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. As solenidades foram realizadas nos dias 29 de outubro e 11 de dezembro, respectivamente.

A sessão ocorrida na Capital do estado, no Plenário Deputado Osni Régis, reuniu familiares e amigos do ex-governador, além de autoridades, colaboradores e admiradores do homenageado. Marcaram presença as filhas de Jorge Lacerda, Zoê e Cristina, e o neto Roberto Lacerda Westrupp. Ele leu, na tribuna, trechos de discursos do avô e lançou o longa-metragem "Centenário de Jorge Lacerda". Trata-se da readaptação de um documentário do mesmo autor, que conta a trajetória do político em cenas, imagens e áudios de época e apresenta depoimentos inéditos.

Também compareceram à cerimônia o presidente da Academia Catarinense de Letras, Salomão Ribas Junior; o presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Ademir Arnon; o então secretário de Estado da Comunicação, Nelson Santiago, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Augusto César Zeferino, o ex-deputado Fernando Bastos e a ex-prefeita Ângela Amin.

Na ocasião, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou o selo comemorativo ao centenário do nascimento de Jorge Lacerda. Também foi lançado o livro "Jorge Lacerda: jornalista, humanista e estadista", do jornalista Moacir Pereira. A obra é uma coletânea de discursos, artigos, críticas do ex-governador, bem como



Exposição inédita mostrou a trajetória do político.

depoimentos de intelectuais, políticos e empresários da época, além de amigos, colegas e membros do primeiro escalão do governo.

A Câmara dos Deputados também prestou sua homenagem ao centenário do nascimento de Jorge Lacerda com uma sessão solene proposta pelo deputado federal Esperidião Amim (PP/SC) em 16 de dezembro, em Brasília. O evento, realizado no auditório Nereu Ramos, foi prestigiado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB/SC), pelos deputados federais Onofre Santo Agostini (PSD/SC) e Edinho Bez (PMDB/SC) e pelo ex-ministro do Planejamento dos governos Ernesto Geisel e Emílio Médici, João Paulo dos Reis Velloso, que foi secretário particular de Lacerda entre os anos de 1951 e 1952.

Os discursos feitos em homenagem a Lacerda destacaram o caráter humanista e visionário do político, que privilegiou questões estruturais para o desenvolvimento do Estado e da nação, principalmente em setores como Educação, Cultura e Infraestrutura.

EXPOSIÇÃO

O parlamento catarinense montou uma exposição em homenagem ao centenário de Jorge Lacerda na Galeria Ernesto Meyer Filho, no



Hall do Palácio Barriga Verde. A mostra, com curadoria do museólogo Max José Muller, apresenta a trajetória de vida de Jorge Lacerda por meio de fotos, citações, dados históricos e discursos reproduzidos em 20 painéis de 1,70m de altura, além de objetos e lembranças pessoais cedidos pelos familiares.

A história de Lacerda é narrada desde a chegada de seus pais em Paranaguá (PR) até o fatídico acidente de avião em 1958 que vitimou, além do governador, o ex-presidente Nereu Ramos, o deputado Leoberto Leal, tripulantes e passageiros do Convair 440, em São José dos Pinhais (PR).

Os painéis que compõem a mostra também foram expostos no Espaço do Servidor da Câmara dos Deputados, em Brasília.

COMISSÃO ESPECIAL

Os preparativos para as comemorações do centenário de Jorge Lacerda tiveram início em outubro de 2013, quando a Presidência da Assembleia criou uma comissão especial responsável pela organização dos eventos referentes à data. A equipe foi composta por servidores da Casa, jornalistas e parentes do homenageado.

A iniciativa das homenagens partiu do deputado Edison Andrino (PMDB). Para ele, a comemoração representa o resgate do legado

de uma figura importante da história catarinense. “O centenário de nascimento de Jorge Lacerda é um fato importante. Como político e intelectual, ele fez história em Santa Catarina e no Brasil. Precisamos divulgar essa história para as futuras gerações”, disse.

QUEM FOI

Jorge Lacerda nasceu em 20 de outubro de 1914, em Paranaguá (PR). Filho de um casal de imigrantes gregos, mudou-se com a família para Florianópolis para iniciar os estudos. Formou-se em Medicina em Curitiba (PR) e depois foi para o Rio de Janeiro, onde iniciou a carreira de jornalista, no jornal A Manhã. Na capital fluminense, além de se formar em Direito, destacou-se pelo envolvimento com as Artes e a Literatura.

Lacerda foi deputado federal por Santa Catarina entre 1950 e 1955 e governou o Estado de janeiro de 1956 até 16 de junho de 1958, quando faleceu, aos 43 anos, em um desastre aéreo nas proximidades de Curitiba, em São José dos Pinhais (PR). No mesmo acidente, morreram o ex-presidente da República e ex-senador catarinense Nereu Ramos e o então deputado federal catarinense Leoberto Leal. Na época, projetava-se como um dos homens públicos mais promissores de sua geração.

No governo, lutou pela construção de estradas, pela integração do Oeste, pela promoção do parque industrial, pela instalação da Faculdade de Medicina, pela implantação de uma universidade em Santa Catarina no bairro Trindade, em Florianópolis. Entre as várias ações à frente do Executivo, destacam-se a construção da primeira rodovia asfaltada feita com recursos estaduais ligando Itajaí à Blumenau, além da constituição da Sociedade Termelétrica de Capivari (Sotelca), que posteriormente seria incorporada à Eletrosul.

“Como político e intelectual, ele fez história em Santa Catarina e no Brasil. Precisamos divulgar essa história para as futuras gerações.”

Edson Andrino



150 ANOS DE LAURO MÜLLER

Os 150 anos de nascimento de Lauro Müller foram celebrados pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em sessão especial realizada na noite de 17 de novembro, no Plenário Osni Régis. A trajetória do catarinense que governou o Estado e comandou os Ministérios de Relações Exteriores e dos Transportes foi lembrada durante a solenidade que reuniu familiares do homenageado, historiadores e autoridades.

Ao conduzir a sessão proposta pela Mesa e aprovada por todos os parlamentares, o deputado Joares Ponticelli (PP) enalteceu o trabalho exemplar de Lauro Müller, que marcou a história política do estado. “Republicano convicto, Müller contribuiu efetivamente no processo de construção da nossa República, ocupando cargos de deputado, governador, senador, ministro, entre outros feitos, como sua participação ativa na Assembleia Nacional Constituinte de 1890 e seu reconhecimento como homem das letras e da cultura. São feitos que orgulham os catarinenses até os dias de hoje”, enfatizou.

O professor Edison D’Ávila fez uma breve explanação sobre a vida de Lauro Müller, nascido a 8 de março de 1864, em Itajaí. “Filho de ex-colonos alemães, oriundos de São Pedro de Alcântara, primeira colônia germânica do Estado, Müller realizou seus estudos em Santa Catarina até os 14 anos, quando então se mudou para o Rio de Janeiro para cursar a Escola Militar, antes mesmo de completar 18 anos”, lembrou.

Segundo D’Ávila, foi a partir deste momento que o catarinense aderiu firmemente aos ideais republicanos, tendo como mentor Benjamin Constant. “Com este ideal, Müller foi um dos responsáveis por deflagrar o movimento que resultou na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, ano em que foi nomeado o primeiro Governador Republicano de Santa Catarina, pelo então presidente do Brasil na época, Deodoro da Fonseca.”

Ao prestigiar o evento, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Augusto César Zeferino, ressaltou que Lauro Müller é, sem dúvida alguma, o maior expoente na historiografia catarinense, por ter ocupado diferentes pastas importantes no país, sendo governador do Estado por mais de uma vez, além de ter sido o único catarinense a ter ocupado uma cadeira



Bisneto de Lauro Müller, Sérgio Trindade Müller, também foi homenageado.

na Academia Brasileira de Letras. “Desenvolveu um extraordinário trabalho, não apenas como governador, mas como ministro, inclusive com relação ao Rio de Janeiro, onde muitas das grandes obras feitas no tempo em que foi ministro dos Transportes estão lá até hoje, revelando o quanto foi significativo o trabalho dele. Foi responsável por reformar e ampliar a malha ferroviária do país, além de remodelar portos brasileiros, incluindo os do Rio de Janeiro e de Itajaí. Em seu estado também deu impulso à exploração de carvão,” revelou.

Dentre os homenageados da noite agraciados com uma medalha em nome do Parlamento pela contribuição do catarinense ao país, Sérgio Trindade Müller, bisneto do homenageado, falou em nome da família.

“Sinto-me muito grato por estar aqui hoje representando uma parte deste homem que contribuiu com os catarinenses.”

Sérgio Trindade Müller

Na ocasião também foram homenageados o presidente da Academia Catarinense de Letras, Salomão Ribas Júnior; o prefeito municipal de Lauro Müller, Fabrício Kusmin Alves; a presidente do Instituto Carl Hoepcke, Anita Hoepcke da Silva; e o professor Jalin Meirinho.

SELO LAURO MÜLLER

Durante a cerimônia, o funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Genésio Agenício da Silva, fez o lançamento do selo alusivo ao sesquicentenário de nascimento de Lauro Müller. “O selo é composto por duas partes. A primeira, localizada à esquerda, possui a imagem da bandeira brasileira, sob a qual está a imagem do mapa do Brasil preenchido com ipês amarelos. Já a segunda parte é composta pela imagem de Lauro Müller.”



Secretário de Estado de Administração, Derly Massaud de Anunciação, recebeu título de cidadão catarinense.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CONCEDE TÍTULOS DE CIDADÃO CATARINENSE

Em 2014 a Assembleia Legislativa reconheceu, com a concessão do título de Cidadão Catarinense, a contribuição de duas personalidades gaúchas ao Estado de Santa Catarina: Caspar Erich Stemmer (in memoriam) e Derly Massaud de Anunciação.

O professor Caspar Erich Stemmer, falecido em 2012, recebeu homenagem póstuma do Parlamento em sessão solene realizada em 25 de junho, proposta pelo deputado Joares Ponticelli (PP). Natural de Novo Hamburgo (RS), Stemmer foi reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre 1976 e 1980.

Administrou a instituição de forma marcante. Durante sua gestão, diversos cursos foram criados, como Arquitetura, Computação, Psicologia, Jornalismo, Nutrição, Engenharia Sanitária, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Produção. Também foi instituído o primeiro programa de doutorado da UFSC, em Engenharia Mecânica.

Stemmer foi professor titular do curso de Engenharia Mecânica na Universidade Federal de Santa Catarina de 1979 a 1997. Em 1999, já aposentado, o Conselho Universitário outorgou-lhe o título de Professor Emérito. Recebeu outras honrarias, como os graus de Comendador e de Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. Em 2009, foi agraciado pelo Governo do Estado de Santa Catarina com a condecoração Anita Garibaldi.

Empresta seu nome ao Prêmio Inovação Catarinense, criado em 2008 pela Lei nº 14.328, referente a incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no estado. Trata-se de uma homenagem à atuação de Stemmer em favor da competitividade da indústria brasileira, da inovação tecnológica e da melhoria dos processos produtivos e de gestão institucional.

O Parlamento também concedeu o título de Cidadão Catarinense ao secretário de Estado da Administração, Derly Massaud de Anunciação. A solenidade ocorreu em 1º de dezembro, no Plenário Deputado Osni Régis, com a presença do governador Raimundo Colombo (PSD). A homenagem foi proposta pelo deputado Marcos

Vieira (PSDB), autor do projeto aprovado pelos parlamentares em junho do ano passado que deu origem à Lei nº 16.405/2014.

Nascido em Porto Alegre (RS), Anunciação conheceu Santa Catarina na adolescência, aos 16 anos de idade. Veio disputar uma partida de futebol em Praia Grande, no Sul do estado, com a equipe sub-17 do Internacional em 1967. A mudança definitiva para Santa Catarina ocorreu no dia 21 de junho de 1987.

Formado em Administração de Empresas, Anunciação direcionou sua carreira para o segmento da Comunicação, atuando na gestão de veículos independentes e no Grupo RBS. Trabalhou por 35 anos na iniciativa privada.

A carreira na administração pública teve início em 2003, quando assumiu a Secretaria de Estado da Comunicação do Governo do Estado de Santa Catarina na gestão de Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Permaneceu como titular da pasta até 2012, quando passou a chefiar a Casa Civil. No ano seguinte, foi nomeado secretário estadual da Administração.





06
CIDADANIA



Em 2014, a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira realizou mais duas edições do programa Parlamento Jovem Catarinense, beneficiando 80 estudantes de escolas públicas e privadas do Estado. A iniciativa possibilita a jovens estudantes uma vivência da atividade parlamentar e ampliação de conhecimentos sobre política, cidadania e participação democrática. Durante três dias, os estudantes selecionados, eleitos pelos próprios colegas, dentro das escolas sorteadas para participar do programa, vivenciam a rotina de um deputado estadual na Assembleia Legislativa.

Como preparação para o Parlamento Jovem, as escolas sorteadas receberam o programa Caravana da Educação para a Cidadania para o letramento político infanto-juvenil. Em 2014, cerca de 7,5 mil estudantes foram beneficiados. A caravana foi dividida em duas etapas. Na primeira, referente à 17ª edição do Parlamento Jovem, realizada no primeiro semestre de 2014, sete cidades catarinenses foram atendidas, num total de 3 mil alunos. Na segunda etapa, promovida para a 18ª edição do Parlamento

Jovem, no segundo semestre, a caravana passou por sete cidades, visitou nove instituições de ensino e contribuiu para a formação de 3,5 mil estudantes.

Além de receberem capacitação para o Parlamento Jovem, os estudantes participaram de outros três projetos desenvolvidos dentro do programa: Escola Cidadã, Política e Democracia – Construindo um Novo Olhar e A Constituição Federal da Casa Amarela.

O projeto Escola Cidadã, voltado ao público infantil, apresentou o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos da Criança por meio da atividade intitulada “Música da escola: todas as crianças têm os seus direitos”. No projeto, Política e Democracia, Construindo um Novo Olhar, os estudantes do Ensino Médio debateram sobre política, com referências que passeiam da filosofia grega à música popular.

CIDADES VISITADAS PELA CARAVANA EM 2014

- São Miguel do Oeste
- Curitiba
- São João do Sul
- Correia Pinto
- Porto União
- Tijucas
- São Francisco do Sul
- Morro Grande
- Mafra
- Alfredo Wagner
- Rio Rufino
- Petrolândia
- Lebon Régis
- Coronel Freitas



VEREADORES MIRINS

Em setembro, a Escola do Legislativo promoveu o 5º Encontro Estadual de Vereadores Mirins. Os estudantes integraram programas de vereadores mirins em 18 Câmaras de várias regiões do Estado. O objetivo do evento foi ampliar os conhecimentos sobre política,



sobre o papel do Poder Legislativo e a troca de experiências entre as câmaras de vereadores que possuem vereadores mirins.

Já em novembro, juntamente com a Câmara Municipal de Florianópolis, foi realizado o 1º Encontro de Vereadores Mirins da Capital. O objetivo foi proporcionar aos jovens que participaram do programa desenvolvido pelo legislativo florianopolitano interação e troca de informações para o processo de formação política desses jovens e principalmente dos trâmites que envolvem as políticas públicas.

Com o apoio do parlamento estadual, a Câmara Municipal de Criciúma implantou, em outubro, a sua própria Escola do Legislativo. Além de oferecer formação política aos jovens, a nova escola surgiu para aperfeiçoar a relação das comunidades com os governantes, promover ações de qualificação, onde líderes comunitários poderão desenvolver o espírito crítico e de comando.

CENSO LEGISLATIVO

Com o objetivo de conhecer o perfil e a formação dos vereadores, dos servidores legislativos e das câmaras municipais, o Parlamento

estadual, por meio da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e em parceria com a UFSC, realiza o 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense. O levantamento abrange as Câmaras das 295 cidades do Estado. O levantamento permitirá que a Escola do Legislativo desempenhe com maior eficiência uma de suas principais atribuições: oferecer capacitação para os legislativos municipais.

Juntamente com o censo, a Escola manteve as ações de capacitação voltadas aos servidores de Câmaras de Vereadores. Em dezembro, vereadores e servidores da Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina (Acanor) participaram, em Florianópolis, de um curso de formação e receberam orientações sobre o processo Legislativo.

DEBATES

Em abril, a Escola do Legislativo promoveu a quinta edição do Encontro de Mulheres Parlamentares de Santa Catarina. Dessa vez, Chapecó sediou o evento que reuniu vereadoras e deputadas catarinenses, na construção de políticas públicas pela valorização da mulher e aprovaram uma Carta de Compromissos.

Entre as prioridades listadas na Carta de Compromissos está a luta pela criação de Conselhos dos Direitos das Mulheres, de Delegacias da Mulher e de núcleos de atendimento especializados na Defensoria Pública.

A campanha pela implantação de organismos de políticas para as mulheres em todos os municípios consta do documento, entrando em debate o alcance da Casa da Mulher Brasileira instalada pelos governos federal e estadual em Florianópolis.

SEMINÁRIOS E FÓRUNS

A Escola do Legislativo também foi parceira da Assembleia em vários eventos realizados no decorrer de 2014. Uma das iniciativas foi a série de seminários regionais que disseminaram informações sobre a gestão municipal do Fundo para a Infância e Adolescência Estadual (FIA), realizada em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os seminários foram realizados ao longo do ano em várias cidades, entre elas Canoinhas e Criciúma.

Outro importante evento realizado em parceria foi o 2º Fórum Catarinense de Doenças Raras, no mês de fevereiro, com a participação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e das Associações Catarinenses de Doenças Raras. Profissionais da área da Educação, Saúde, Assistência Social, pesquisadores e autoridades discutiram as principais doenças raras e as políticas de atenção aos seus portadores, com foco na prevenção.



10 ANOS DO PAB

IMPORTÂNCIA DE ANTONIETA DE BARROS É DESTACADA NOS 10 ANOS DO PAB

As homenagens à personalidades e entidades ligadas ao movimento negro e o resgate da importância da ex-deputada Antonieta de Barros na luta pela inclusão social marcaram o evento que comemorou, na noite do dia 5 de novembro, os 10 anos do Programa Antonieta de Barros (PAB). A solenidade foi encerrada com uma palestra do rapper Emicida, ícone do movimento hip hop brasileiro.

Durante o evento, pessoas envolvidas com o programa relataram suas experiências e ressaltaram a importância dessa ação afirmativa no combate ao racismo e à exclusão. “O PAB me transformou, me ajudou a viver em coletividade, a me tornar mais humana e social. Comemorar esses 10 anos é colocar esse programa mais à frente, abrindo portas, fazendo com que eu queira ser cada vez melhor, sempre fazendo o melhor”, afirmou a estagiária Camila dos Santos.

Primeira coordenadora do programa, Jeruse Romão fez uma menção especial às pessoas que ajudaram a criá-lo, no começo da década passada. Ela também cobrou dos jovens que participaram e participam do PAB o compromisso de manter as ações afirmativas e aprimorá-las. “Vocês são os próximos a construir as políticas públicas que vão beneficiar as futuras gerações. Esse é um compromisso de vocês”, disse.

O ato comemorativo foi marcado por homenagens aos presidentes do parlamento estadual durante a última década, a representantes de instituições de ensino parceiras e a entidades ligadas ao movimento negro. Também foram lembrados servidores, colaboradores e estagiários do PAB.

“O PAB me transformou, me ajudou a viver em coletividade, a me tornar mais humana e social.”

Camila dos Santos

COMBATE AO RACISMO

A importância de ações como o PAB no enfrentamento à discriminação racial também foi destacada durante o evento. Dora Lúcia Lima, procuradora-geral da Fundação Palmares, lembrou que o desenvolvimento do Brasil não se dará “se nós não combatermos o racismo, fator determinante para a baixa qualidade de vida de parte da população.”



Já a atual coordenadora de Estágios Especiais da Assembleia, Marilu Lima de Oliveira, afirmou que o PAB contribui para uma sociedade mais democrática. “Essa é uma luta da coletividade, dos movimentos sociais. Todos contribuíram para esse momento”, declarou.

PALESTRA

Com base em sua trajetória, o rapper Emicida deixou várias mensagens importantes para os jovens que acompanharam a sua palestra. “É a teimosia, a curiosidade que torna possível o impossível. Acho que eu fiz isso através da música e vocês fazem isso quando estudam, quando estão num estágio, quando entram na universidade”.

O rapper enfatizou a importância de ações como o PAB no combate ao racismo. “É importante mostrar para as pessoas como esse atraso que representa o racismo destrói logo na escola, com as primeiras piadinhas sobre a cor, sobre o cabelo. O Brasil precisa se conhecer como um país de três grandes etnias: negros, índios e brancos”, afirmou.

BUSTO

Durante o ato solene, o prefeito em exercício de Florianópolis, Tiago Silva, entregou um busto de Antonieta de Barros para a coordenação do programa. Segundo ele, a representação da imagem da ex-deputada é fruto de um projeto de sua autoria na Câmara de Florianópolis e deveria ficar exposta na Praça XV de Novembro, mas estava escondida em um depósito.

“Infelizmente o que fizeram com o busto de Antonieta de Barros é o que fazem com a população negra e mais humilde dessa cidade”, lamentou Silva. Temos que resgatar a história de Antonieta de Barros, mostrar sua importância para a juventude, para o movimento negro,” finalizou.



HISTÓRICO

O PAB é um programa de ação afirmativa que oportuniza estágio no Poder Legislativo a jovens em situação de vulnerabilidade social. Os estagiários são selecionados por mais de 20 entidades sociais de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça, de acordo com critérios específicos.

Na seleção são levados em conta aspectos étnicos e de gênero, renda familiar (não superior a 2,5 salários mínimos), frequência escolar (nível médio ou superior) e vulnerabilidade habitacional. Os estagiários podem permanecer no programa por até dois anos, período no qual recebem bolsa-auxílio.

Desde 2004, 251 jovens já passaram pelo programa, sendo 60% mulheres e 40% homens. Os negros representam a maioria, totalizando 74%. Cerca de 60% dos estagiários têm menos de 18 anos quando ingressam no programa e 70% estão cursando o ensino médio. Mais de 70% dos jovens têm renda familiar de até um salário mínimo e 5% não têm renda alguma. Em média, 10% dos estagiários já é pai ou mãe e 5% têm algum tipo de deficiência física.

BLOG

Em 2014, também em comemoração aos 10 anos do programa, foi lançado o blog Estagiários em Ação (<http://estagiariosemacaopab.blogspot.com.br>), que retrata, sob o ponto de vista dos jovens, as experiências vividas durante o estágio na Assembleia Legislativa.

HOMENAGEADOS

- Deputado estadual Volnei Morastoni (presidente da Alesc no período de 2003 a 2004).
- Júlio Garcia (presidente da Alesc no período de 2005 a 2008)
- Deputado estadual Jorginho Mello (presidente da Alesc no ano de 2009).
- Deputado estadual Gelson Merísio (presidente da Alesc no período de 2010 a 2012).
- Deputado estadual Joares Ponticelli (presidente da Alesc no ano de 2013).
- Deputado estadual Romildo Titon (presidente da Alesc no ano de 2014).
- Deputado estadual Sandro Silva.
- ARCA Mãe África Pai Brasil.
- Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif).
- Associação Horizontes.
- Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB).
- Associação Pró-Brejaru.
- Conselho Comunitário Ponte do Imaruim (CCPI).
- Agremiação Amigos do Bom Viver.
- Instituto Liberdade.
- Instituto Padre Vilson Groh.
- União de Negros pela Igualdade de Santa Catarina (Unegro).

CIDADANIA

PAB PROPORCIONOU ESTÁGIO PARA 251 JOVENS EM NOVE ANOS DE EXISTÊNCIA.

O Programa Antonieta de Barros (PAB) completou nove anos em 2013 e já proporcionou estágio remunerado para 251 jovens carentes da Grande Florianópolis. Em 2013, o PAB obteve reconhecimento nacional ao ser contemplado com o "Prêmio Camélia da Liberdade Ação Afirmativa, Atitude Positiva (2013)", na categoria Poder Público. A premiação foi promovida em abril, no Rio de Janeiro, pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap).

Segundo a coordenadora do PAB, Marilú Lima de Oliveira, 20 egressos do programa entraram na universidade, sendo que cinco deles já estão formados. "São dois advogados, dois administradores e uma bibliotecária", comemora.

São 40 estagiários do PAB que atuam no legislativo catarinense, sendo que 25% frequentam o 1º ano do Ensino Médio, 47% o segundo e 25% o terceiro. Eles têm entre 16 a 22 anos e 13% são pardos, 5% indígenas, 28% brancos e 55% são negros.

Os estagiários são indicados pelas 19 entidades parceiras e cumprem carga horária de 20 horas semanais. Todas as sextas-feiras, ao invés de se dirigirem aos locais habituais de trabalho, os estudantes vão para a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, onde têm aulas de formação e vivência. Para Marilú, o objetivo do programa é proporcionar ao jovem carente oportunidade de sair da comunidade em que vive para ter diferentes experiências de vida. "Você não vai formar pessoas diferentes se elas continuarem vivenciando as mesmas coisas. Para ser diferente é preciso um referencial diferente", explica.





07
COMUNICAÇÃO

ASSEMBLEIA HOMENAGEIA 16 PERSONALIDADES COM PRÊMIO DESTAQUE ESPORTIVO

Promovida pela Assembleia Legislativa com o objetivo de evidenciar ações significativas para o desenvolvimento do desporto em Santa Catarina, a premiação "Destaque Esportivo - Padrão Excelência de 2014" foi entregue a 16 personalidades, entre treinadores, atletas profissionais e amadores de diversas modalidades, além de jornalistas e dirigentes esportivos.

A cerimônia de entrega da homenagem foi realizada no dia 5 de dezembro, no Plenarinho Paulo Stuart Wright da Assembleia Legislativa. A solenidade contou com o apoio do Fórum Parlamentar do Esporte.

A seleção dos homenageados foi coordenada por uma equipe de jornalistas da Diretoria de Comunicação Social da Assembleia e levou



em conta critérios como trajetória de vida e dedicação ao esporte, destacou o coordenador da Rádio AL, Nikolas Stefanovich, responsável pela operacionalização do evento. "Abrimos espaço para o esporte de rendimento, mas também para o amador, que juntos compõem o mundo esportivo de Santa Catarina, um dos mais gloriosos do país."

O presidente do Fórum Parlamentar do Esporte, deputado Neodi Saretta (PT), destacou o viés social da premiação. "Ela vai além da quantidade de troféus e medalhas conquistadas, refletindo também o caráter do esporte como atividade contribuidora para o desenvolvimento humano. Isso, para a Assembleia Legislativa, é fundamental."

ESCOLHA ECLÉTICA

Agraciado com a placa Destaque Esportivo Padrão Excelência, o presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim de Pádua Peixoto Filho, afirmou que a premiação chega em um momento importante para o futebol catarinense, que em 2015 terá quatro clubes participando do Campeonato Brasileiro da Série A e dois na Série B. "Em quase 35 anos à frente da federação, podemos dizer que este é o de maior sucesso, com o Estado crescendo de forma consistente no cenário esportivo nacional."

O jogador Marquinhos Santos, do Avaí, considerou que a sua escolha como Destaque Esportivo valorizou todo o conjunto de atletas e a torcida do seu clube. "Esta solenidade é o desfecho de um ano vitorioso e retribui todo o esforço feito dentro e fora de campo por jogadores e torcedores para que o Avaí pudesse integrar a elite do futebol brasileiro."

Já o mineiro Rui Guimarães, que recebeu a Estrela de Bronze por sua atuação como técnico e comentarista esportivo, lembrou o caráter eclético da solenidade. "Talvez eu seja o mais grato por esta homenagem que os outros, pois não sou natural de Santa Catarina. Com ela me sinto ainda mais motivado a continuar o trabalho por este povo maravilhoso que nos prestigia no dia a dia."

PROGRESSO SOCIAL

Criado no ano de 2013, o Destaque Esportivo Padrão Excelência foi idealizado pelo jornalista Eduardo Rocha dentro do #Esporte AL, projeto tido como pioneiro entre os legislativos estaduais. A proposta da iniciativa é prestar um serviço público por meio da

divulgação de informações esportivas, dando visibilidade a fatos e personalidades de diversas áreas do segmento. "Este projeto foi criado dentro do conceito de que o esporte é uma alavanca do progresso social, o que também deu ensejo a essa premiação, que a cada ano traz novos exemplos de luta e vitória que servem de norte para a nossa sociedade e a juventude."

“O esporte é uma alavanca do progresso social.”

Eduardo Rocha

HOMENAGEADOS - PLACA DESTAQUE ESPORTIVO PADRÃO EXCELÊNCIA

Tiago Splitter (Basquete – Blumenau)
Fernandes (Futebol – Figueirense)
Marquinhos Santos (Futebol – Avaí)
Delfim de Pádua Peixoto Filho (Presidente FCF)
Valci Moreira (Futsal – Florianópolis)
Luís Tedesco (Rally – Florianópolis)
Maria Helena Kraeski (Ginástica – Florianópolis)
Salézio Kindermann (Futebol e Futsal Feminino – Caçador)
Projeto Sócio-Esportivo "Eu Faço a Minha Parte" (Florianópolis)
Polidoro Jr. (Imprensa)

HOMENAGEADOS - ESTRELA DE BRONZE

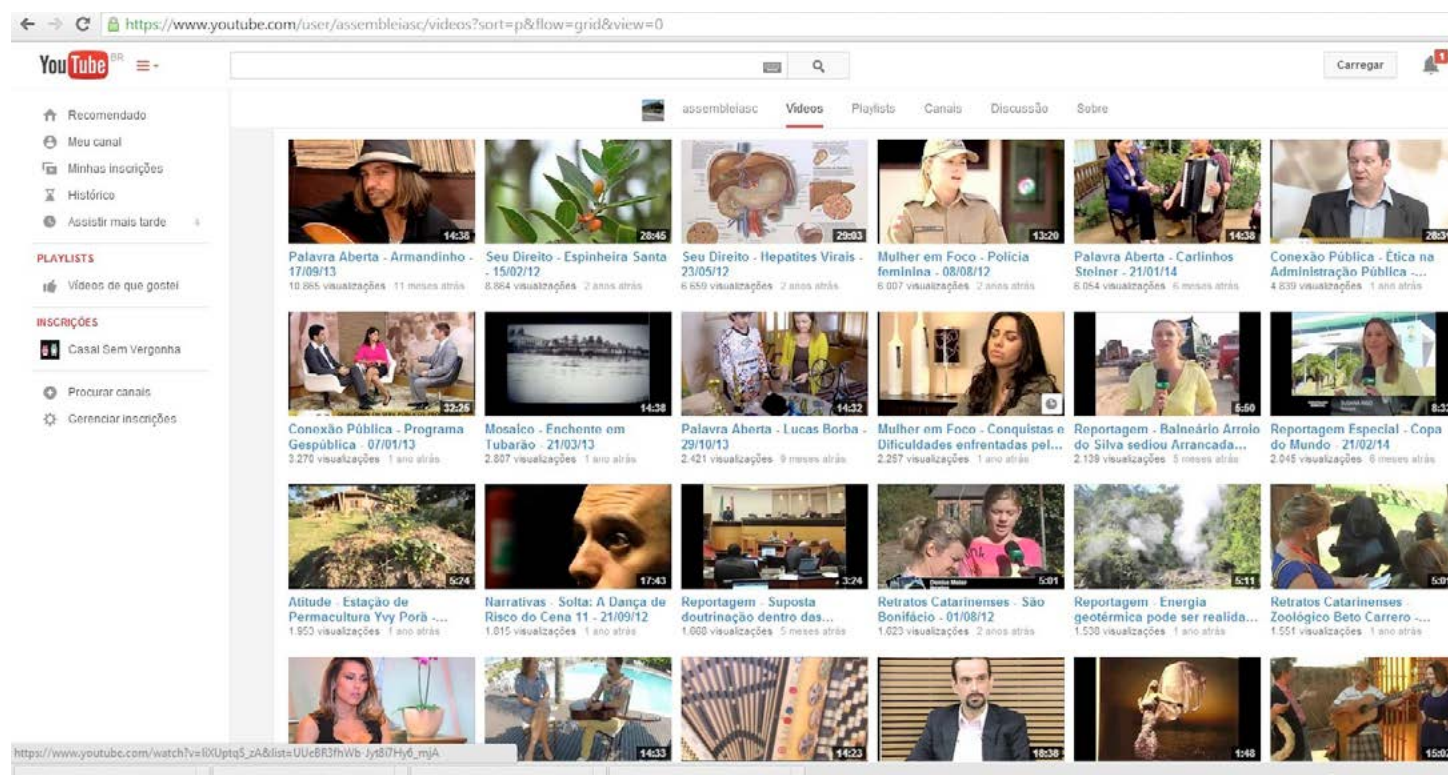
Marco Aurélio Tocha (BMX – Araranguá)
Igor Amorelli (Ironman – Balneário Camboriú)
Rui Guimarães (Imprensa e ex-técnico)

HOMENAGEADOS - ESTRELA DE PRATA

Guilherme Cascaes (Rally – Tubarão)
Nicole Librizzi (Taekwondo – Florianópolis)

HOMENAGEADO - ESTRELA DE OURO

Hemerson Maria (Técnico – Joinville)



CANAL DO YOUTUBE DA ALESC SUPERA AS 250 MIL VISUALIZAÇÕES

No ano em que a TVAL completou 15 anos, o canal de vídeos do Youtube, mantido pela emissora legislativa, superou a marca de 250 mil visualizações. Criada em setembro de 2011, a ferramenta registrou mais de 300 inscritos, os quais recebem automaticamente notificação das atualizações.

(WWW.YOUTUBE.COM/ASSEMBLEIASC)

Os vídeos publicados são reportagens produzidas pela equipe da TVAL sobre as atividades legislativas, eventos ocorridos na Casa e temas relacionados ao dia a dia da sociedade. Os programas exibidos na grade de horários da TV também são postados para visualização online.

REDE FORTALECE DIVULGAÇÃO DO TRABALHO DAS CASAS LEGISLATIVAS

Desde o mês de setembro de 2014, com a aprovação do Projeto de Resolução nº 14/2013, o parlamento estadual está autorizado a implantar nas câmaras municipais catarinenses a Rede Legislativa de TV Digital, criada pela Câmara dos Deputados. A Resolução 5/2014 foi publicada no Diário da Assembleia nº 6.732.

A iniciativa tem o objetivo de universalizar o acesso da população às transmissões multiprogramação dos sinais das emissoras legislativas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa e de Câmaras de Vereadores. Dessa forma, contribui para aproximar o Parlamento do cidadão.

As transmissões já ocorrem na Grande Florianópolis desde dezembro de 2013. Um Ato da Mesa vai definir quais localidades deverão integrar a Rede Legislativa de TV Digital. A implantação em cada localidade vai depender de acordos de cooperação

técnica firmados entre a Câmara de Vereadores interessada e o parlamento estadual.

A proposta é que a instalação nos municípios seja feita em duas etapas. Na primeira, cada legislativo municipal terá de providenciar uma infraestrutura interna de televisão para transmissão de sessões e envio de matérias para a TVAL. No segundo estágio será montada a estrutura para a transmissão do sinal da TVAL e da TV da Câmara local em sinal aberto de TV digital.

RECONHECIMENTO

A TVAL conquistou o segundo lugar na categoria mídia eletrônica do 7º Prêmio Fatma de Jornalismo Ambiental pela reportagem da jornalista Nara Cordeiro sobre Biodigestores. O trabalho contou com a participação do cinegrafista Luis Guilherme Sella, do editor Lucas Giron e do produtor Léo Borba. A premiação foi entregue no dia 9 de dezembro de 2014, em Florianópolis.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CELEBRA 15 ANOS DA TVAL EM SESSÃO ESPECIAL

Parlamentares e funcionários que construíram a história da televisão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina foram homenageados na solenidade de comemoração aos 15 anos da TVAL, na noite do dia 19 de novembro. Fatos marcantes na trajetória da segunda emissora de TV do Legislativo estadual criada no Brasil foram lembrados durante a sessão especial.

A TVAL foi oficialmente implantada no dia 25 de outubro de 1999. No início, contava com uma equipe pequena e utilizava equipamentos alugados. As sessões e reuniões de comissões eram gravadas e exibidas na sequência.

Hoje a TVAL conta com 14 programas, exibe três telejornais diários ao vivo, transmite as sessões, reuniões de comissões, seminários e audiências públicas. Até dezembro de 2013, transmitia via TV a cabo e internet.

Em maio de 2013, a Mesa da Assembleia Legislativa assinou um acordo de cooperação técnica com a Câmara dos Deputados na chamada Rede Legislativa Nacional e hoje a TVAL transmite em sinal aberto, em caráter experimental, para a região da Grande Florianópolis.

Na rede legislativa catarinense, dez TVs Câmaras compartilham sinal com a TVAL: Blumenau, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Florianópolis, São José, Balneário Camboriú, Joaçaba e Lages.

EXPOSIÇÃO

O Hall da Assembleia Legislativa recebeu em 2014 uma exposição composta por painéis fotográficos e equipamentos que retratavam as atividades da TVAL, a evolução tecnológica e as pessoas que participaram dessa história.

HOMENAGEADOS

Durante a sessão especial comemorativa foram homenageadas diversas personalidades que contribuíram para a implantação e consolidação da TV da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.



EX-PRESIDENTES DA ALESC (ÚLTIMOS 15 ANOS):

Gilmar Knaesel

Onofre Agostini

Volnei Morastoni

Júlio Garcia

Jorginho Mello

Gelson Merisio

Joares Ponticelli

Romildo Titon

Ex-diretores (as) de Comunicação:

Eloá Miranda

Samir Machado

Marise Ortiga Rosa (Diretora e Coordenadora TVAL)

Maria Ivonete Lessa (Diretora e Coordenadora TVAL)

Lúcia Helena Vieira

Thamy Soligo (Diretora e Coordenadora TVAL)

Deka May

Chico Alves

Ex-coordenadores (as) da TVAL:

Ibson Chaves

Cláudio Schuster

Maria Helena Pereira

Walter Souza

Alencar Tiepo

Fabiano Marques

Suelen Costa

Câmaras de Vereadores parceiras:

Florianópolis

São José

Balneário Camboriú

Itajaí

Jaraguá do Sul

Joinville

Blumenau

Lages

Representante dos funcionários:

Valdir Maurício (servidor mais antigo)



**DEPUTADOS
E SUPLENTE**

Í N D I C E

ADA LILI FARACO DE LUCA	49	JOSÉ MILTON SCHEFFER.....	74
APARECIDO VOLTOLINI (Suplente).....	50	JOSÉ NEI ASCARI	75
ALDO SCHNEIDER.....	51	KENNEDY NUNES	76
ALTAIR GUIDI.....	52	LUCIANE MARIA CARMINATTI	77
ANA PAULA LIMA.....	53	MANOEL MOTA	78
ANGELA ALBINO.....	54	MARCOS LUIZ VIEIRA.....	79
ANTÔNIO AGUIAR.....	55	MAURICIO ESKUDLARK	80
ANTÔNIO SERAFIM VENZON	56	MAURO DE NADAL.....	81
CARLOS ALBERTO CHIODINI.....	57	MOACIR SOPELSA	82
CARLOS STÜPP (Suplente).....	58	NARCIZO PARISOTTO	84
CIRO MARCIAL ROZA (Suplente).....	59	NEODI SARETTA	85
DANIEL TOZZO (Suplente)	60	NILSO BERLANDA (Suplente).....	86
DARCI DE MATOS	62	NILSON GONÇALVES.....	87
DIRCE HEIDERSCHIEDT.....	63	PAULO FRANÇA (Suplente).....	88
DIRCEU DRESCH	64	PADRE PEDRO BALDISSERA	89
DÓIA GUGLIELMI.....	65	RENATO LUIZ HINNIG.....	90
EDISON ADRIÃO ANDRINO DE OLIVEIRA	66	RENO LUIZ CARAMORI.....	91
GELSON LUIZ MERISIO	67	ROMILDO TITON	92
GILMAR KNAESEL	68	SANDRO SILVA (Suplente)	93
ISMAEL DOS SANTOS.....	69	SARGENTO AMAURI SOARES.....	94
JAILSON LIMA DA SILVA.....	70	SILVIO DREVECK.....	95
JEAN KUHLMANN.....	71	VALDIR COBALCHINI	96
JOARES CARLOS PONTICELLI.....	73	VALMIR COMIN	97
		VOLNEI MORASTONI	98



ADA LILI FARACO DE LUCA PMDB

Idade: **65 anos**

Formação/Profissão: **Advogada**

Base Eleitoral: **Laguna (Região Sul)**

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e
2015/2019**



MULHER TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ADA DE LUCA É MARCADA POR LUTAS PELAS MULHERES

Com a carreira pública sempre pautada pelo empoderamento da mulher, a deputada estadual Ada De Luca participou, ativa e efetivamente, em 2014, de momentos marcantes para as causas das mulheres catarinenses.

A bancada feminina da Alesc – criada neste ano, com o compromisso de abrir caminhos para um novo estágio na promoção dos direitos e interesses das mulheres – passou a contribuir de maneira mais sistemática e organizada nas discussões do Plenário, e noutras instâncias do Parlamento Catarinense, com mais consistência e propriedade, nos aspectos e interesses do gênero.

Esta é a primeira bancada feminina institucionalizada do Brasil, formada pelas deputadas Ada De Luca (PMDB), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Luciane Carminatti (PT) e Angela Albino (PCdoB).

“Nós queremos que nosso Estado tenha tolerância zero com a violência contra as mulheres, problema que afeta, silenciosamente, centenas delas e suas famílias”, enfatiza Ada, e ainda ressalta que esse embate deve acontecer todos os dias, e que a luta deve ser de todas as mulheres, homens, classes sociais, enfim, de todas as gerações.

Com o objetivo de intensificar o debate e a conscientização das mulheres em relação ao tema, a deputada participou do evento “Mulher, viver sem violência”, realizado em Criciúma, na primeira semana de dezembro.



Uma iniciativa do Governo do Estado, por meio das SDRs de Criciúma e Araranguá, da Coordenadoria Estadual da Mulher e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o evento reuniu mais de duas mil mulheres das regiões AMREC e AMESC, detentoras de elevados índices de violência contra as mulheres.

RESSOCIALIZAÇÃO EXPOSIÇÃO APRESENTA PRODUTOS FABRICADOS POR APENADOS EM SANTA CATARINA

Pela primeira vez, o sistema prisional catarinense realizou uma exposição dos produtos fabricados por apenados catarinenses e das atividades laborais executadas nas unidades prisionais. A abertura da 1ª Mostra Laboral do Sistema Prisional de Santa Catarina aconteceu em março deste ano, no Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis.

“Nosso Estado é o que tem a maior proporção de apenados em atividade laboral no país. São mais de 200 convênios, envolvendo 8.300 apenados, ou seja, 48% do total de reeducandos estão em linhas de produção”, destacou a deputada estadual Ada De Luca, na ocasião exercendo o cargo de secretária de Estado da Justiça e Cidadania.

Mais de 80 empresas estiveram presentes na mostra, exibindo produtos fabricados por detentos, dentro das Unidades Prisionais do Estado. São móveis, estofados, roupas,

eletrodomésticos, motores e telefones. Tudo resultado de parcerias que oferecem oportunidade de trabalho e renda aos apenados, aumentando consideravelmente as chances de sua adequada reinserção na sociedade.

SOCIOEDUCATIVO CASE GRANDE FLORIANÓPOLIS É CONCEITO NA RECUPERAÇÃO DE JOVENS INFRATORES

A deputada Ada De Luca acompanhou o governador Raimundo Colombo e o secretário da Justiça e Cidadania, Sady Beck Junior, em visita ao Case – Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis, antigo São Lucas.

O Centro tem capacidade para receber até 98 jovens e é uma unidade de referência na recuperação e reinserção dos menores na sociedade. Com 24 mil m² de área total e 8.400 m² de área construída, conta com quadra de esportes, ginásio coberto, oficinas, anfiteatro, centro de saúde, refeitório e área para banho de sol. A deputada manifestou grande alegria em ver concluído este projeto, iniciado enquanto era secretária da Secretaria de Justiça e Cidadania.



APARECIDO VOLTOLINI (Suplente)

PPS

Idade: **70 anos**

Formação/Profissão: **Taxista**

Base Eleitoral: **Médio Vale do Itajaí**



AÇÕES PARA O MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Depois da carreira de mais de 30 anos como taxista, Voltolini volta a assumir cadeira como suplente na Assembleia Legislativa

Aparecido Voltolini, terceiro suplente do Partido Popular Socialista (PPS), assumiu uma cadeira no Parlamento catarinense em 2013 e 2014, por motivo de saúde, do titular da vaga, deputado Altair Guidi. Durante o período de permanência na Assembleia

Legislativa, o taxista Voltolini destacou-se pela participação assídua nas discussões em plenário e por seu estilo simples.

O representante de Benedito Novo atuou como taxista por 30 anos. Representante da categoria, sempre lutou por melhorias e criação de políticas públicas em benefício daqueles que dirigem diariamente pelas ruas catarinenses prestando relevante serviço. Durante a passagem pela Assembleia Legislativa, o deputado Taxista Voltolini

participou ativamente das reuniões das Comissões Permanentes da Casa, com relatoria em diversos projetos de lei. Atuou ainda em audiências públicas sobre temas como saúde, educação e segurança.

Entre as iniciativas de Voltolini está a solicitação de diligências. Encaminhou documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Casa da Criança do Morro da Penitenciária, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.



ALDO SCHNEIDER

PMDB

Idade: **53 anos**

Formação/Profissão: **Analista da Receita Estadual**

Base Eleitoral: **Vale e Alto Vale do Itajaí**
Mandatos: **2010/2014 e 2015**



ESTATUTO DO DESARMAMENTO

O deputado estadual Aldo Schneider, líder do Governo na Alesc, teve um ano bastante intenso, de muitos atendimentos no seu gabinete e de comparecimentos aos municípios que representa, no Alto e Médio Vale do Itajaí.

Mas um assunto que o parlamentar está fazendo questão de abordar, inclusive em Plenário, é o projeto que Revoga o Estatuto do Desarmamento. Tema esse defendido amplamente pelo deputado federal Rogério "Peninha" Mendonça, que é parceiro do deputado Aldo nas ações realizadas nos municípios dos quais representam.

"Sou parceiro do deputado Peninha na divulgação, em Santa Catarina, para a Revogação do Estatuto do Desarmamento. Precisamos de uma lei para controlar, não para impedir que o cidadão tenha acesso a uma arma. Não defendo que cada pessoa compre uma arma, ponha na cintura e saia brincando de bang bang. Há uma série de quesitos que ela precisa cumprir para comprar e portar uma arma", destacou o deputado Aldo.

O PL 3722/2012 revoga a lei atual, popularmente conhecida como Estatuto do Desarmamento. De acordo com o deputado Peninha, *"a proposta está alinhada à realidade e, sobretudo, ao resultado do Referendo de 2005, quando 60 milhões de eleitores rejeitaram a ideia de se extinguir o comércio de armas e munições no Brasil".*



A proposta surgiu no início de 2011. De lá pra cá, ele analisou a legislação em vigor, estudou casos semelhantes que aconteceram em outros países e se pôs a redigir o Projeto.

Aqui na Alesc o deputado Aldo fez uma moção parabenizando o deputado Peninha pela atuação parlamentar em defesa do Brasil e de Santa Catarina. A tribuna da casa também foi usada para explicar aos catarinenses qual o principal objetivo de se Revogar o Estatuto do Desarmamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Entre os inúmeros projetos relatados, analisados e discutidos pelo deputado Aldo Schneider, na condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça da Alesc, merece destaque, inicialmente, o projeto que trata do Estatuto da Microempresa.

Este projeto objetiva regulamentar uma política de tratamento diferenciado a um importante segmento da sociedade catarinense, beneficiando os microempresários e empresários individuais, bem como as empresas de pequeno porte aqui estabelecidas.

Este projeto já foi transformado em Lei Estadual. O deputado Aldo, entusiasta da iniciativa, defendeu convictamente o projeto em Plenário, na condição de líder do Governo na Alesc.

Além desse, porém, e não menos relevante para a economia e o desenvolvimento



do Estado de Santa Catarina, também um outro projeto estratégico foi ampla e profundamente discutido pela Comissão. Trata-se do Projeto que institui o Programa Microfinanças, a partir do qual se viabiliza uma linha especial de crédito para as microempresas, empresários individuais, e empresas de pequeno porte. Este projeto, tal como o da Microempresa, já é Lei Estadual, e também foi defendido na Comissão pelo deputado Aldo, em reconhecimento ao seu mérito e importância.

REELEIÇÃO

ALDO SCHNEIDER É REELEITO DEPUTADO ESTADUAL COM MAIS DE 58 MIL VOTOS

No último dia 5 de outubro, superando os 58,6 mil votos, o deputado estadual Aldo Schneider (PMDB) foi reeleito para mais um mandato. Foi o 6º mais bem votado do Estado e o 2º do PMDB, partido ao qual é filiado.

Com sua base eleitoral no Alto e Vale do Itajaí, Aldo Schneider comemorou mais um vitorioso desempenho nas urnas.

"Este resultado é fruto de muito empenho, trabalho e dedicação para com muitas cidades de Santa Catarina. Vou representar cada voto recebido na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Desde que fui eleito em 2010, não parei de trabalhar mesmo nos finais de semana. O resultado está aí" destacou o deputado reeleito.



ALTAIR GUIDI

PPS

Idade: **78 anos**

Formação/Profissão: **Arquiteto e Urbanista**

Base Eleitoral: **Região Sul**

Mandatos: **1987/1988, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



ALTAIR GUIDI TEM FOCO NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Na presente legislatura, a atividade parlamentar do deputado Altair Guidi destacou-se pelo intransigente posicionamento na defesa do meio ambiente, notadamente nos aspectos relacionados à preservação do Patrimônio Ambiental já constituído e à recomposição daquele já degradado.

Em 2014 não foi diferente, o deputado prosseguiu com seu empenho para ver regulamentada a Lei estadual 15.133, de 19 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamentou o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. O art. 20 da Lei determina a obrigatoriedade do Poder Executivo de regulamentá-la, no prazo de 90 dias, contados da sua vigência. Esse prazo venceu no dia 19 abril de 2010, sem que o Poder Executivo evidenciasse qualquer manifestação no sentido de dar cumprimento ao dispositivo legal.

No entender do deputado Altair Guidi, o pagamento por serviços ambientais não é apenas uma modalidade de engajamento da Sociedade, especialmente dos pequenos agricultores, na Preservação Ambiental. É também uma atitude de “Parceria Educativa”

e, mais que isso, uma clara demonstração do Poder Público de privilegiar aqueles segmentos sociais engajados na Preservação Ambiental.

Os esforços do deputado Altair foram compensados: no dia 15 de maio de 2014, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentado emitiu uma nota técnica denominada “Subsídios para a alteração da Lei Estadual 15.133 de 2010, que estabelece a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais de Santa Catarina”. A partir desse documento, o Poder Executivo demonstra que todos os aspectos relacionados à matéria foram devidamente estudados e equacionados, não restando mais qualquer óbice ao cumprimento do dispositivo legal.

ESSÊNCIAS NATIVAS

Em 2013 o deputado Altair Guidi apresentou Projeto de Lei estabelecendo que, nos projetos de arborização dos próprios públicos do Estado seriam utilizadas, preferencialmente, Essências Nativas de Santa Catarina. Aprovado pela Assembleia, o projeto foi vetado pelo Executivo.

Dado o empenho do deputado Altair na Recomposição do Ambiente Natural do Estado, ele encaminhou sugestão, acompanhada de

minuta de Projeto de Lei para as prefeituras municipais, sugerindo a utilização de Essências Nativas nos os projetos de arborização de próprios públicos do município.

Em 2014 o deputado prosseguiu com o trabalho de conscientização dos Prefeitos Municipais quanto à necessidade de serem utilizadas espécies de Essências Nativas na arborização dos espaços públicos. Em reuniões, visitas e contatos pessoais com prefeitos o deputado buscou convencê-los de que a utilização de Essências Nativas é também uma demonstração de respeito pelas origens do município.

MISSÃO CUMPRIDA

Com o encerramento da atual Legislatura – 31 de janeiro de 2015 – o deputado Altair Guidi se despede da Atividade Pública. Prefeito de Criciúma por duas vezes e deputado estadual por cinco mandatos, ele deixa como legado a marca da coerência política, e da luta obstinada e constante em favor do Bem Estar da população.

Ao lado da mais autêntica representatividade política e da incessante fiscalização das ações do Poder Público, o deputado desenvolveu estudos estratégicos para o Estado, a exemplo daquele submetido ao Conselho Estadual de Educação versando sobre a Qualidade da Educação em Santa Catarina.





ANA PAULA LIMA

PT

Idade: **51 anos**

Formação/Profissão: **Enfermeira**

Base Eleitoral: **Blumenau e Vale do Itajaí**

Mandatos: **2003/2006, 2007/2010, 2011/2014 e 2015/2018**



ATUAÇÃO

Encontrar soluções para questões de interesse estratégico para as comunidades, com a ampla participação de todos. Este foi um dos desafios do mandato da deputada Ana Paula Lima em 2014.

Por meio de audiências públicas na regiões e também nos debates realizados nas reuniões das Comissões Técnicas das quais participa na Assembleia Legislativa, a parlamentar trabalhou para que a população fosse ouvida.

Um exemplo de audiência pública da Alesc em 2014, que aconteceu por solicitação da deputada Ana Paula, é a que reuniu a comunidade de Bom Jardim Serra, no dia 27 de novembro. No encontro, mais de 200 pessoas debateram o Projeto de Lei 110/2014 para autorizar o uso remunerado de área pública do município para a instalação do empreendimento denominado Rio do Rastro Aventura.

“O diálogo possibilitou uma expectativa positiva na comunidade e representantes do setor empresarial com interesse em investir numa das mais belas regiões de Santa Catarina”, declarou a deputada.

Como presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, a deputada Ana Paula coordenou uma audiência pública sobre a situação da Lagoa do Sombrio e da Lagoa do Caverá, localizadas no Sul do estado.

“É função da Assembleia Legislativa ouvir a comunidade e intermediar soluções para um problema que se arrasta há muitos anos”,

disse a deputada. Ana Paula defende a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável estadual, ou um consórcio de municípios.

A DUPLICAÇÃO DA BR 470 E COMPROMISSOS SOCIAIS

O acompanhamento do processo de duplicação da BR-470, obra estratégica para o Vale do Itajaí, tem sido uma das prioridades do mandato de Ana Paula, que preside Fórum Parlamentar para Acompanhamento da Duplicação.

“Há um esforço coletivo para dar respostas à sociedade e para que a tão sonhada duplicação seja concretizada. Continuaremos a fazer o nosso papel, que é fiscalizar o andamento do que está sendo realizado e exigir celeridade”, declarou a deputada.

AS CAUSAS

A redução da violência contra a mulher também tem o engajamento de Ana Paula, cujo lema principal é a defesa da vida.



Enfermeira por formação, Ana Paula tem comprometimento direto com a área da saúde e com a sua categoria. Garantir que a jornada de 30 horas semanais se torne uma realidade para a Enfermagem no país é um compromisso histórico da parlamentar.

Melhores condições salariais e de trabalho para profissionais da saúde em Santa Catarina, também estiveram entre as bandeiras presentes em 2014. Outras categorias como o magistério e profissionais que atuam na área da segurança pública receberam atenção do mandato.

Entre os projetos aprovados no último ano, está o que proíbe a prestação de serviços de vigilância de cães de guarda com fins lucrativos em Santa Catarina (assinado junto com a deputada Angela Albino).

UFSC É UMA REALIDADE EM BLUMENAU

O acesso de todos à educação pública de qualidade é uma bandeira permanente da deputada Ana Paula. Um dos fatos que marcou a atuação política da deputada no último ano foi a participação da Aula Magna que deu início às atividades acadêmicas do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Blumenau.

O dia 17 de março foi histórico para o Vale do Itajaí e, segundo a deputada, “uma vitória sobre o ceticismo, uma vitória do nosso povo. A chegada da UFSC na nossa região vai contribuir para a superação de um entrave histórico ao desenvolvimento humano em nosso país”.

Reconhecida pela sua luta para a ampliação de vagas públicas no ensino superior, Ana Paula foi umas das homenageadas pela reitora Roselane Neckel com uma placa pelos relevantes serviços prestados na instalação do campus da UFSC na cidade.



ANGELA ALBINO

PCdoB

Idade: **45 anos**

Formação/Profissão: **Bacharel em Direito
- Servidora Pública Federal**

Base Eleitoral: **Estadual**

Mandatos: **2010/2014**



DIREITOS ANGELA LUTA PELAS MULHERES.

Uma das marcas do mandato da deputada Angela Albino tem sido a luta pelo empoderamento feminino, a igualdade de gênero, o enfrentamento da violência e a garantia dos direitos das mulheres.

Um levantamento da AgenciAL, realizado por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em março, a deputada foi indicada como a parlamentar com o maior número de projetos com a temática feminina apresentados nesta legislatura.

Destaque para a proposta que cria o “Programa Mulher na Política”, com medidas que promovam a consciência política, e participação igualitária nos partidos políticos e nas eleições.

“Precisamos encontrar um justo equilíbrio em vários temas. Nosso Estado precisa de mais mulheres na política”, ressalta a deputada.

Uma das proposições que já foi transformada em Lei garante o direito das mães amamentarem seus filhos em recintos públicos coletivos dos estabelecimentos comerciais do Estado, como casas de espetáculos, bares e restaurantes.

Para Angela, *“por incrível que pareça, embora formalmente exista o incentivo*



à amamentação, muitas mulheres sofrem preconceito e se sentem constrangidas ao alimentar seus filhos em determinados lugares”.

Outra matéria proposta pela deputada estabelece medidas de informação e proteção às gestantes contra a violência obstétrica praticada pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, durante ou no pós-parto. Tais como tratar a gestante de forma agressiva; fazer graça ou recriminá-la por características físicas e atitudes como chorar e gritar; ou submetê-la a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes.



A proposta, de iniciativa da deputada, prevê a elaboração de uma cartilha com informações necessárias para um atendimento hospitalar digno e humanizado, visando a erradicação da violência obstétrica.

LEI PEC AUMENTA ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

A Emenda Constitucional nº 01/2014, proposta pela deputada Angela Albino altera a Constituição Estadual e permite que os municípios catarinenses firmem convênio com a Fazenda Estadual e recolham o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) de operações com cartão de crédito.

É direito de cada município exigir o ISS sobre os valores dos serviços prestados na cobrança das contas de terceiros sediados em seu território. A medida aumenta a arrecadação dos municípios sem onerar o contribuinte.

A deputada Angela explica que cada vez que alguém coloca no seu veículo R\$ 100,00 de combustível e paga com cartão, o município onde fica o posto perde R\$ 0,25 de receita. Isto por que as administradoras de Cartões, por registrarem sedes virtuais, predominantemente em municípios paulistas, recolhem o ISS não à Fazenda do Estado onde está o posto de combustível, mas sim ao Estado onde está localizada a sede operadora do cartão.

SUSTENTÁVEL ESTÍMULO AO USO DE ENERGIA SOLAR E EÓLICA.

Projeto aprovado de autoria da deputada Angela Albino visa estimular os investimentos e a implantação dos sistemas de energia solar e eólica como forma de diminuir impactos no meio ambiente e diversificar a matriz energética de Santa Catarina.

De acordo com a deputada, há diversas tecnologias para utilização dessas energias e os custos de geração e instalação vêm caindo continuamente, o que torna cada vez mais atrativa a utilização racional e eficiente dessas fontes alternativas e renováveis.



ANTÔNIO AGUIAR

PMDB

Idade: **62 anos**

Formação/Profissão: **Médico**

Base Eleitoral: **Planalto Norte**

Mandatos: **1999/2003, 2003/2007, 2007/2011 e 2011/2014**



PRECISÃO CIRÚRGICA NO ENCAMINHAMENTO DE REIVINDICAÇÕES REGIONAIS PARLAMENTAR MANTÉM FOCO PERMANENTE PARA ATENDIMENTO AOS INTERESSES DO PLANALTO NORTE.

Trânsito como médico ajuda na apresentação de pleitos da Saúde, mas Aguiar também tem olhar sempre atento à Infraestrutura.

O médico Antonio Aguiar é cirúrgico quando age como deputado em defesa dos interesses da Saúde, especialmente dos hospitais do Planalto Norte. No último ano, foram muitas as oportunidades em que fez uso de suas relações no meio, desde quando ainda atuava em tempo integral como ortopedista.

O parlamentar conhece a fundo as necessidades dos profissionais e das unidades hospitalares e postos de saúde, bem como as carências enfrentadas pela população. Isso o faz apresentar reivindicações pertinentes e endossadas pela comunidade, quando se dirige ao Governo com pleitos locais. E os benefícios



com equipamentos e recursos revertem em benefício à comunidade.

Aguiar não descuidava, todavia, das demais demandas regionais, e pode encerrar 2014 comemorando a inauguração da nova linha de alta tensão de 138 kW (quilowatts) entre Papanduva e Canoinhas, o maior investimento que a Celesc fez no Estado, na ordem de R\$ 30 milhões. Essa melhoria, somada a novas subestações deu novo padrão ao Planalto Norte, que pode, inclusive, abrigar novas indústrias. E garante, assim, maior segurança aos produtores de fumo durante a secagem da safra, em suas estufas.

A Infraestrutura também mereceu atenção especial. A BR-280 que foi federalizada, com a participação decisiva de Aguiar, tornou-se realidade, totalmente recuperada no trecho entre Canoinhas e Porto União. E saiu a ordem de serviço para a ligação do Planalto Norte com o Vale do Itajaí, de Papanduva a Doutor Pedrinho, passando pelos distritos de Iracema e Moema, em Itaiópolis.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA COM AMPLA REPERCUSSÃO SOCIAL

Dois projetos de Aguiar, transformados em leis em 2014, têm perspectivas de ampla repercussão. A Lei nº 16.339, sancionada em janeiro, institui a Semana Estadual dos Jogos Educativos nas escolas da rede pública e privada, com objetivo de ampliar o interesse para jogos de lógica e socialização.

Já a Lei nº 16.346, sancionada em março, garante prioridade às pessoas com

deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Altas Habilidades para as vagas em escolas públicas próximas de sua residência.

Na linha dos projetos direcionados à Saúde, Aguiar apresentou em 2014 a proposta que obriga a divulgação de campanhas publicitárias para riscos iminentes provocados pelo uso de bebidas alcoólicas e uso do telefone celular no trânsito.

Outro projeto obriga a identificação do responsável técnico na tabela de informação nutricional constante nos rótulos dos produtos alimentícios fabricados no Estado de Santa Catarina. Também segue em tramitação a proposta que prevê ações preventivas e diagnósticos precoces do câncer infantojuvenil.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO TEVE AGENDA INTENSA

Num ano em que Aguiar conquistou o seu quinto mandato parlamentar, o deputado também presidiu a Comissão de Educação da Alesc, que cumpriu intensa pauta de reuniões e audiências públicas. Discutindo assuntos como os Planos Estaduais de Educação, de Esporte e Lazer e da Cultura, além o ensino profissionalizante e a necessidade de novas unidades escolares. Aguiar também foi o relator do Projeto que institui o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis), que trata da continuidade da capacitação dos servidores públicos e da eficiência dos serviços prestados à população.





ANTÔNIO SERAFIM VENZON

PSDB

Idade: **61 anos**

Formação/Profissão: **Médico Urologista**

Base Eleitoral: **Brusque, Vale do Rio**

Tijucas e Vale do Itajaí

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e
2015/2018**



FOCO PARLAMENTAR TEM ATIVIDADES VOLTADAS À EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O deputado estadual Serafim Venzon (PSDB) atuou em diversas frentes em 2014, com destaque na área da Saúde, Educação e Assistência Social. Venzon é autor de importantes Projetos de Lei e foi relator de quase uma centena de outros, todos em benefício da sociedade. Durante o ano, participou ativamente de cinco Comissões da Assembleia Legislativa, com ênfase na da Criança e Adolescente, da qual é presidente.

À frente da Comissão em Defesa da Criança e do Adolescente, Venzon lutou pelos direitos dos jovens catarinenses. Percorreu o Estado estimulando as destinações de parte do imposto de renda para o FIA (Fundo da Infância e Adolescência). Venzon é membro das Comissões de Saúde, da Comissão em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Transportes e Serviços Públicos. É relator da Comissão de Regularização Fundiária, programa que iniciou em Santa Catarina, quando secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. O Plano Estadual criado por Venzon, é o maior programa de assistência social, já chegou a 230 municípios e logo chegará em todas as cidades catarinenses.

Médico e conhecedor dos problemas da Saúde no Brasil, Venzon usou a tribuna diversas vezes para debater a situação do SUS. O parlamentar, inclusive, fez uma indicação à presidente da República, Dilma Rousseff, visando alterar o modelo de gestão do SUS. O texto pede modificações nos critérios de credenciamento, valores repassados às instituições e gestão plena. O parlamentar participou ativamente de audiências para impedir o encerramento das atividades de hospitais filantrópicos pelo Estado, que estão à beira da falência.

O trabalho de Venzon foi aprovado nas urnas. Com 50.232 votos, Venzon foi reeleito para o terceiro mandato, sendo o deputado mais votado pelo PSDB e por todo bloco de oposição ao Governo.

ATUAÇÃO VENZON APRESENTA PROJETOS QUE BENEFICIAM ESTUDANTES.

Atendendo reivindicações de jovens universitários, Serafim Venzon apresentou um Projeto de Lei que regulamenta a venda de meia-entrada pela internet. A Lei permite a compra de entradas para shows, teatro, jogos de futebol e cinema de forma virtual. O direito à meia-entrada já era assegurado em Lei, no entanto não havia

especificação quanto ao comércio on-line. Esta prática dificultava e encarecia a ida dos universitários em eventos em outras cidades do Estado.

Venzon também é o autor do projeto URU (Unidade de Referência Universitária), que visa o financiamento do curso universitário, sem juros ou correção. O projeto permite que o acadêmico pague a própria formação depois de formado. **"O governo está investindo mais de R\$ 6 bilhões em estradas, mas os jovens continuam sem realizar o sonho que poderá mudar as suas vidas"**, afirma Venzon. O projeto tem o apoio dos reitores universitários e está em tramitação na Assembleia Legislativa.

COMPROMISSO PARLAMENTAR ESTIMULA DESTINAÇÃO AO FUNDO DA INFÂNCIA.

Serafim Venzon é um defensor das crianças e adolescentes na Assembleia Legislativa. Percorre o Estado estimulando ONGs, entidades beneficentes, esportivas e sociais a elaborarem projetos que podem ser financiados com recursos do FIA (Fundo da Infância e Adolescência), que existe em todos os municípios. Com o projeto aprovado, as empresas e o contribuinte do imposto de renda, podem destinar os recursos para a execução. O objetivo é investir mais de R\$ 100 milhões na infância e na juventude. **"Precisamos investir e promover as bases da família. Para combater as drogas e criminalidades, precisamos envolver as crianças em projetos no contraturno escolar"**, concluiu o parlamentar.





CARLOS ALBERTO CHIODINI

PMDB

Idade: **32 anos**

Formação/Profissão: **Empresário**

Base Eleitoral: **Jaraguá do Sul e Região**

Mandatos: **2010/2014 e 2015/2019**



COMPROMISSO REELEITO, CHIODINI CONCENTRA O FOCO NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.

Nascido em Jaraguá do Sul, Carlos Alberto Chiodini, aos 32 anos, foi reeleito deputado estadual pelo PMDB com 49.233 mil votos, se mantendo como o parlamentar mais jovem da Assembleia Legislativa e um dos mais atuantes do Parlamento.

Somente neste primeiro mandato, Chiodini protocolou mais de 80 Projetos de Lei. *“E devemos continuar da mesma forma que trabalhamos nestes quatro anos, sempre com seriedade, honestidade, cobrando recursos para a região, fazendo projetos inteligentes e que beneficiem a sociedade. É claro que para um segundo mandato, estamos mais experientes e sem dúvida faremos um trabalho ainda melhor, pensando sempre no crescimento do Vale do Itapocu”*, enfatiza o deputado.

Filiado ao PMDB há quase 15 anos, em 2005 Carlos Chiodini se elegeu presidente do PMDB de Jaraguá do Sul. Posteriormente, foi diretor do Porto de São Francisco do Sul, presidente estadual da JPMDB (Juventude do PMDB), secretário de Comunicação da Prefeitura de Jaraguá do Sul e, aos 26 anos, então suplente de deputado estadual, assumiu por duas vezes o Parlamento catarinense, cumprindo nove meses de mandato.

Em 2010 elegeu-se deputado estadual, com 40.241 votos, sendo o sexto deputado mais votado do partido e 21º dos 40 deputados eleitos. Durante seu mandato, foi presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc, líder da bancada do PMDB, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, vice-presidente da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, além de atuar como membro das Comissões de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, Direitos da Criança e do Adolescente. Atualmente é o secretário Geral do PMDB de Santa Catarina.

INFRAESTRUTURA

Chiodini criou Frente Parlamentar para acompanhar obras de duplicação da BR-280,



reivindicação antiga da população do Norte do Estado, a obra da duplicação da BR-280 terá, já em 2015, o acompanhamento e a cobrança de vereadores, deputados estaduais, federais e senadores por meio da Frente Parlamentar Mista, lançada oficialmente pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em dezembro de 2014, em Guaramirim.

Autor da proposta que criou a Frente, o deputado Carlos Chiodini destaca que a ideia é promover reuniões bimestrais, sendo que a primeira está agendada para o início de fevereiro de 2015, em Jaraguá do Sul. As reivindicações vão para uma Ata, transformando-se assim em documento, e depois são protocoladas no DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), para conhecimento e providências.



“Queremos potencializar a cobrança e levar sugestões de melhorias. Milhares de pessoas já morreram e o setor produtivo sofre com a falta de competitividade, só isso já justificaria a agilidade na conclusão da obra”, acentuou Chiodini, que, com o apoio da Diretoria de Comunicação Social da Assembleia, pretende produzir reportagens mensais sobre o andamento das obras.

SEGURANÇA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E OAB/SC SE UNEM PARA COMBATER VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS.

O presidente do Parlamento, deputado Romildo Titon (PMDB) e o deputado Carlos Chiodini (PMDB), com o presidente da OAB-SC, Tullo Cavalazzi Filho e o presidente da Comissão Estadual de Direito Desportivo da OAB/SC, Alexandre Monguilhot, discutiram a união de esforços entre as instituições, com o intuito de debater a violência nos estádios, tema que se tornou uma preocupação nacional.

O deputado Chiodini já havia protocolado Projeto de Lei que deverá exigir a biometria Facial nos estádios catarinenses com capacidade acima de 10 mil torcedores. A matéria, que já passou na CCJ, conta com o apoio da presidência. Já a OAB/SC, deve colocar em campo uma campanha publicitária com o título de “Quem torce não briga”. As entidades já declararam apoio recíprocos às iniciativas convergentes.



CARLOS STÜPP (Suplente)

PSDB

Idade: **53 anos**

Formação/Profissão: **Empresário**

Base Eleitoral: **Tubarão**



Pela primeira vez, o ex-prefeito de Tubarão Carlos José Stüpp, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O empresário foi o nono suplente da coligação composta pelo PSDB e por outros partidos e ocupou a vaga do titular Doia Guglielmi (PSDB) por 90 dias, entre julho e setembro.

Como ex-presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Carlos Stüpp exerceu o mandato em defesa do setor produtivo e na representação dos interesses de sua base eleitoral, a região de Tubarão.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

Carlos Stüpp foi um dos membros da Comissão Especial criada pela Presidência da Assembleia para apreciar e aprovar as indicações de

Ivan Ranzolin, para o cargo de defensor público-geral; de Sadi Lima, para o cargo de subdefensor público-geral; e de George Zaccarão, para o posto de corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado.

PROJETOS DE LEI

O parlamentar apresentou dois Projetos de Lei em sua passagem pela Assembleia. O primeiro, de número 243/2014, declarou de utilidade pública a Associação Impacto de Tubarão. A entidade sem fins lucrativos tem como atividade principal a promoção da saúde através da prática esportiva.

O projeto foi aprovado por unanimidade pelos deputados em novembro, sancionado pelo governador Raimundo Colombo e

transformado na Lei Estadual nº 16.508, de 5 de dezembro de 2014.

O outro projeto, de número 244/2014, transforma o Comitato Veneto de Santa Catarina, do município de Nova Veneza, também em entidade de utilidade pública. O projeto segue em tramitação.



CIRO MARCIAL ROZA (Suplente)

PSD

Idade: **68 anos**

Formação/Profissão: **Técnico Têxtil**

Base Eleitoral: **Brusque**



No quarto ano de sua terceira passagem pela Assembleia Legislativa, o deputado Ciro Roza deu continuidade ao compromisso parlamentar de desenvolver ações e práticas que beneficiem de forma direta o cidadão catarinense. Em 2014, o parlamentar também teve atuação em duas comissões da Assembleia, Saúde e Direitos Humanos.

RECONHECIMENTO

Ciro Roza também foi o responsável pela Sessão Especial em homenagem ao empresário Dimas Arnoldo da Silva, conhecido por sua atuação nos ramos veicular, hoteleiro e da construção civil. A solenidade foi realizada em maio, a pedido do deputado, em reconhecimento à trajetória

profissional de quase quatro décadas do empresário catarinense.

Para o parlamentar, o desenvolvimento do conglomerado reflete a tenacidade e visão de mercado do próprio Dimas, características que incorpora a todos os seus empreendimentos. *“Certamente não faremos justiça a este homem ou traduziremos o reconhecimento merecido. Ele é a prova de que é preciso gostar do que se faz, ter prazer na arte de trabalhar.”*

SOCIAL

Um dos Projetos de Lei apresentados por Ciro Roza em 2014 declarou como entidade de utilidade pública a Associação de Serviços

Sociais Voluntários de São João do Itaperiú, responsável pelos Bombeiros Voluntários do município. Ciro destacou a importância do trabalho desenvolvido pela associação, que atua no combate a incêndios e outras calamidades públicas, salvamento e socorro em casos de acidentes de trânsito, acidentes domiciliares, além da promoção de estudos e pesquisas interdisciplinares nas áreas de prevenção, combate a incêndio, busca e salvamento, perícia, socorro em emergências médicas pré-hospitalares, dentre outros.

O Projeto, de número 221/2014, foi aprovado por unanimidade pelos deputados em novembro, sancionado pelo governador Raimundo Colombo em dezembro e transformado na Lei Estadual nº 16.504, de 5 de dezembro de 2014.



DANIEL TOZZO (Suplente)

PSDB

Idade: **38 anos**

Formação/Profissão: **Administrador de empresas**

Base Eleitoral: **Chapecó**



Pela terceira vez na legislatura, o suplente Daniel Tozzo assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa. Em julho, ele foi convocado para substituir por 90 dias o titular do mandato, Gelson Merisio (PSD).

Durante o exercício do cargo, o deputado subiu à tribuna para denunciar as dificuldades enfrentadas pelos transportadores por causa da interdição de uma ponte sobre o Rio Uruguai, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no mês de agosto. Da tribuna, Daniel Tozzo também defendeu a duplicação da BR-282, que corta todo o Estado, ligando o Oeste e à Capital. *"Hoje é um limitador do desenvolvimento, impõe um custo operacional elevado e leva mais tempo para transportar os produtos por causa*

do crescente volume de veículos que nela trafegam", afirmou.

LEI

Em sua passagem pelo Parlamento, Daniel Tozzo apresentou o Projeto de Lei nº 226/2014, que declarou de utilidade pública a Poly Associação Empresarial de Ajuda à Criança e ao Adolescente, de Itajaí. A entidade, conhecida como Instituto Grupo Poly, tem por objetivo a promoção da Cultura, da Educação, da Saúde, do Voluntariado, da Assistência Social, Ambiental e Desportiva, bem como o desenvolvimento social e econômico, em projetos voltados ao benefício de crianças e adolescentes de Itajaí.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos deputados em dezembro e sancionada pelo governador Raimundo Colombo, com a Lei Estadual nº 16.558, de 31 de dezembro de 2014.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Daniel Tozzo foi um dos membros da Comissão Especial criada pela presidência da Assembleia para apreciar e aprovar as indicações de Ivan Ranzolin, para o cargo de defensor público-geral; de Sadi Lima, para o cargo de subdefensor público-geral; e de George Zaccarão, para o posto de corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado.





DARCI DE MATOS

PSD

Idade: **53 anos**

Formação/Profissão: **Economista,
Pós-graduado em Administração e
Marketing**

Base Eleitoral: **Joinville e Região Norte**

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e
2015/2018**



BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LUTA CONTINUA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Nos últimos anos o deputado Darci de Matos tem travado uma luta constante para garantir o funcionamento dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina. Graças à mobilização geral foi aprovada uma PEC que dá direito a essa entidade de realizar vistorias técnicas.

Também foi aprovado o Projeto de Lei 065/2013, de autoria do Governo, mais tarde transformado na Lei nº 16.157, que confere ao Corpo de Bombeiros Militares o poder de polícia para interditar estabelecimentos em situação de risco. Graças a uma Emenda do deputado Darci de Matos, este direito também foi permitido aos Bombeiros Voluntários, nos municípios que têm convênios com estas Corporações.

No entanto, a ameaça não foi afastada, pois os Bombeiros Militares ajuizaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei nº 16.157. Darci foi duas vezes a Brasília para discutir este assunto com o ministro Luiz Fux, relator da ação.

O deputado mostrou ao ministro que os voluntários realizam um excelente trabalho em Santa Catarina, há mais de 120 anos, e são exemplo para o Brasil.

À pedido do parlamentar, a Assembleia Legislativa prestou homenagem à

Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina (Abvesc), que completou 20 anos em 2014.

A entidade já teve 40 unidades e hoje congrega 28 Corporações. Durante a solenidade, em Joinville, o deputado elogiou o trabalho da Abvesc e alertou que as Corporações dos Bombeiros Voluntários estão correndo o risco de fechar suas portas. *"Se isto acontecer será lastimável. Ainda existem 170 municípios sem qualquer tipo de serviço contra incêndio. Portanto precisamos oferecer condições para atendê-los e não criar empecilhos onde os Bombeiros Voluntários trabalham"*, frisou.

LEI APROVADO ESTATUTO DA MICROEMPRESA.

Os microempresários geram 60% do emprego no Estado, mas geralmente não recebem benefícios equivalentes aos destinados às grandes empresas. Darci de Matos, ao longo de sua vida pública, sempre defendeu este segmento.

Por causa desse posicionamento foi escolhido presidente da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas na Assembleia Legislativa. E uma de suas conquistas aconteceu em 21 de maio de 2014, quando o governador Raimundo Colombo sancionou o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.



O deputado agilizou os trâmites entre o Executivo, Legislativo e as entidades empresariais.

Essa Lei representou um enorme avanço nas atividades dos microempresários, principalmente na desburocratização dos trâmites diários. O estatuto também reconheceu a categoria do microempreendedor individual. *"Com o novo estatuto, o tempo para legalizar um negócio cai de 90 dias, em média, para menos de 48 horas"*, destacou o deputado.

DESENVOLVIMENTO REGIÃO METROPOLITANA DO NORTE/ NORDESTE.

Já está em tramitação um PLC de Darci de Matos que institui a Região Metropolitana do Norte/Nordeste (RMN). Segundo o parlamentar, a região de Joinville clama pela solução integrada de problemas como abastecimento de água e energia, coleta de resíduos sólidos, saneamento básico e mobilidade urbana. *"Com a criação do novo ente federado, será possível o acesso a recursos de caráter metropolitano"*. Darci também luta para que as 11 regiões metropolitanas do Estado sejam implementadas rapidamente. A Lei que cria a região da Grande Florianópolis foi sancionada este ano, e ele acredita que a RMN seja a próxima.



DIRCE HEIDERSCHIEDT

PMDB

Idade: **57 anos**

Formação/Profissão: **Assistente Social**
Base Eleitoral: **Grande Florianópolis - Palhoça**

Mandatos: **2011/2015 e 2015/2018**



COMPROMISSO **DEPUTADA DIRCE FAZ COM O CORAÇÃO.**

Reeleita com 35.997 mil votos, a deputada Dirce Heiderscheidt é uma mulher que faz a diferença e, com coragem e determinação, defende a adoção de políticas públicas voltadas para a área social, em especial na defesa dos idosos, das mulheres, das crianças, dos adolescentes e da pessoa com deficiência.

Casada há 37 anos com o ex-prefeito de Palhoça e atual diretor presidente da COHAB-SC, Ronério Heiderscheidt, em sua trajetória na vida pública, Dirce sempre fez com o coração.

Em 2004, junto ao prefeito Ronério, atuou na Secretaria da Assistência Social e iniciou uma significativa mudança em Palhoça, através da criação da Escola Profissional, da Inclusão Digital, do Centro de Convivência do Idoso e do Natal Reluz, um dos eventos natalinos de maior expressão do Estado. Foi também idealizadora do projeto Faculdade da Maturidade.

Como deputada estadual e coordenadora da Bancada Feminina na Alesc, criou as Leis que instituem o Outubro Rosa e o Novembro Azul. Também aprovou a Lei que regulamentou o Disque 180, essencial para

as denúncias de violência contra a mulher.

Assumiu ainda a coordenação do Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa e por duas vezes representou o nosso Estado em eventos internacionais.

Participou ativamente da Campanha "Laços de Amor", levando a importância da adoção por toda Santa Catarina. Dirce tem paixão pelo que faz e quer fazer mais. Está pleiteando, como coordenadora da Bancada Feminina, a criação de uma Secretaria Estadual para a Mulher e a criação da Casa da Mulher Brasileira em Florianópolis.

MULHER **A ONDA ROSA EM SANTA CATARINA.**

O que já era importante, agora ganhou ainda mais força. A onda rosa que invade efetivamente Santa Catarina no mês de outubro, marcada por movimentos em todo o mundo em prol da saúde da mulher, agora virou Lei Estadual.

Autora do Projeto de Lei nº 16.028, de 21 de junho de 2013, que tornou o Outubro Rosa em Lei em Santa Catarina, a deputada Dirce Heiderscheidt afirma que ficou feliz em constatar o engajamento da sociedade catarinense neste movimento que une o mundo em torno da saúde da mulher.



Para a deputada Dirce, "*Era preciso não apenas o alerta, mas a certeza de que as mulheres poderiam, nos seus municípios, ter acesso aos exames, às informações e à garantia do seu direito à saúde com qualidade e dignidade.*"

BANCADA FEMININA

Uma das grandes lutas da deputada Dirce Heiderscheidt, como coordenadora da Bancada Feminina, juntamente com as demais deputadas que a integram, foi a institucionalização desse grupo, dando forma e tornando-a formalmente reconhecida no Regimento Interno da Alesc, por meio do Projeto de Resolução aceito e encaminhado pelo presidente do Parlamento catarinense, Romildo Titon.

O feito é inédito, e Santa Catarina tornou-se o primeiro estado do país a institucionalizar uma Bancada Feminina no seu Poder Legislativo.

"*É um avanço importante, um marco na história das Assembleias Legislativas do país*", afirmou a parlamentar, acreditando que este espaço será o fórum autônomo para a defesa das políticas públicas voltadas para a mulher catarinense.

OLHAR **OS IDOSOS SÃO PRIORIDADE.**

De acordo com o IBGE, a expectativa de vida média do brasileiro é hoje de 73 anos. O número de habitantes nessa faixa etária saltará de 21 milhões para 30 milhões em 2020. Como coordenadora do Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa da Alesc, a deputada Dirce tem se destacado como defensora dos direitos do idoso no Estado.

É autora da Lei que instituiu o dia 15 de setembro como o "Dia Estadual em Defesa da Pessoa Idosa", e coordenou o Seminário Nacional sobre os Desafios do Envelhecimento na Sociedade Brasileira. Também representou Santa Catarina em Istambul, no Seminário Iniciativa Internacional sobre o Envelhecimento.



DIRCEU DRESCH

PT

Idade: **50 anos**

Formação/Profissão: **Agricultor**

Base Eleitoral: **Oeste**

Mandatos: **2007/2011 e 2011/2015**



MANDATO DIRCEU DRESCH CONQUISTA TERCEIRO MANDATO COM TRABALHO DE RESULTADO.

O ano de 2014 fecha mais um ciclo de um trabalho parlamentar que recebe o reconhecimento da sociedade catarinense, que reelegeu o deputado Dirceu Dresch (PT) para o seu terceiro mandato parlamentar com 33.220 votos em 258 municípios.

Fazer política para garantir mais qualidade de vida às pessoas, assegurando direitos e políticas públicas que garantam a inclusão social, além da fiscalização do bom uso do dinheiro público, continuaram sendo o foco de várias ações do mandato durante o ano.

Além disso, o tema da sustentabilidade também foi uma bandeira do parlamentar, que coordenou a realização da 5ª edição do Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável – Sustentar 2014, que reuniu especialistas e teve a participação de mais de 600 pessoas.

Indicações e cobranças apresentadas pelo parlamentar resultaram em ações concretas para o desenvolvimento dos pequenos municípios catarinenses, e de setores estratégicos que mais precisam de atenção do Poder Público, como é o caso da agricultura familiar e das microempresas.

Articulação do parlamentar, junto com as entidades representativas do campo, garantiu que todos os 269 municípios catarinenses com menos de



50 mil habitantes recebessem do Governo Federal máquinas pesadas para manutenção das estradas do interior.

Com um gabinete voltado para auxiliar prefeitos e vereadores, Dresch também viabilizou o repasse de recursos para obras, ônibus escolares e acesso às políticas públicas e Programas do Governo Federal em áreas como Saúde e Educação.

Membro do Fórum Estadual Permanente da Micro e Pequena Empresa, o deputado destaca a aprovação do Fundo Garantidor de Crédito para microempreendedores. A medida garante crédito para profissionais autônomos e microempreendedores individuais que poderão acessar até R\$ 20 mil.

PRODUÇÃO MANDATO REPRESENTA A AGRICULTURA FAMILIAR.

Manter viva a luta pelo fortalecimento da agricultura familiar é o foco do mandato do deputado Dirceu Dresch. Em 2014 foram vários os desafios superados e conquistas viabilizadas, como a aprovação do Projeto de Lei de sua autoria isentando de ICMS os produtos da agricultura familiar destinados aos programas governamentais.

A implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que efetiva na prática as normas previstas no novo Código Florestal também foi um grande avanço neste ano.

Outra grande vitória para o setor foi a efetivação da compra de produtos da

agricultura familiar para alimentação escolar pela Secretaria de Estado da Educação, que assinou contrato com 18 cooperativas de agricultores. Ao todo, serão adquiridos R\$ 8 milhões em produtos.

INFRAESTRUTURA DO SONHO À REALIDADE: FERROVIA DA INTEGRAÇÃO É LICITADA.

Presidente da Frente Parlamentar Catarinense das Ferrovias, o deputado Dirceu Dresch credencia a assinatura do contrato e a ordem de serviço para execução do projeto da Ferrovia da Integração como a grande conquista do ano para Santa Catarina. A obra ferroviária ligará o Extremo-Oeste aos portos do litoral catarinense.

“Sem dúvida, é um marco para Santa Catarina. A definição da empresa que fará o projeto mostra que a obra é prioridade para o governo federal. Serão 860 kms de ferrovia, que vão colocar Santa Catarina e o Oeste Catarinense, no trilho do desenvolvimento”, ressalta o deputado.

A retomada das obras de duplicação do trecho urbano da rodovia BR-282 em Xanxerê, a federalização do trecho da rodovia SC-163, entre São Miguel do Oeste e Itapiranga e os investimentos da Celesc para ampliar o fornecimento de energia elétrica no Planalto Norte também são ações destacadas pelo parlamentar no ano de 2014.



DÓIA GUGLIELMI

PSDB

Idade: **53 anos**

Formação/Profissão: **Processos Gerenciais**

Base Eleitoral: **Sul**

Mandatos: **2011/2015**



MANDATO LIDERANÇA DA BANCADA ESTADUAL 2014 E COMPROMISSOS COM A AGRICULTURA.

Durante o ano de 2014 o deputado estadual Dóia Guglielmi continuou desempenhando o papel de líder da bancada do seu partido na Alesc. O trabalho do deputado mereceu destaque principalmente pela sua reconhecida habilidade na articulação dos encaminhamentos e gestões para atendimento aos pleitos dos deputados tucanos junto à Mesa Diretora da Assembleia e nas tratativas com as demais bancadas.

Além disso, o deputado Dóia Guglielmi tem se mostrado sempre atento e atuante na busca pela aprovação de projetos e viabilização de obras para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Nestes quatro anos de mandato, o deputado Dóia priorizou os esforços voltados à mobilização por recursos e investimentos públicos direcionados às regiões Sul e da Serra Catarinense, sempre lutando pelas conquistas pontuais necessárias ao desenvolvimento social e econômico destas regiões.

Buscou, também, contribuir para a aproximação do cidadão catarinense ao Poder Legislativo, sempre enfocando o bem comum da população e a sua participação nas decisões do interesse coletivo dos cidadãos e do Estado.

Por ser jovem, dinâmico, empreendedor e ter conhecida capacidade de relacionamento e liderança, Dóia Guglielmi tem se destacado entre os deputados estaduais, como um dos mais atuantes na promoção do diálogo e da parceria entre o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa.

A agricultura, pauta permanente e de grande interesse do deputado, também teve destaque. Dóia reputa a agricultura familiar como de extrema importância para o desenvolvimento da região Sul do Estado e buscou viabilizar projetos que trarão melhores condições de trabalho e renda aos produtores, com impactos positivos na sua qualidade de vida e de sua família, e luta junto ao governo estadual para garantir que sejam aprovados projetos que beneficiem a categoria.



BANDEIRA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL.

O deputado Dóia Guglielmi tem um compromisso forte com a melhoria e desenvolvimento da região Sul de Santa Catarina. Sua base envolve mais de 50 municípios, que o deputado percorre com frequência, buscando ouvir a demanda dos cidadãos e saber quais as reais necessidades de cada comunidade.

Entre tantas iniciativas e atividades, destaca-se o forte trabalho realizado junto aos clubes de mães e grupos de idosos, onde o deputado procura frequentemente colher indicações das suas demandas e prioridades, traduzindo-as em forma de reivindicações e pleitos dirigidos aos órgãos e instituições competentes.

A atuação parlamentar do deputado Dóia Guglielmi se destaca ainda pela proposição de indicações para área da Educação e Infraestrutura, além do significativo apoio aos pequenos e médios agricultores, aos programas de amparo e proteção às mulheres

e idosos, ressaltando a necessidade da implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas que visem combater as condições de desigualdade que esses grupos ainda enfrentam.

Atendendo apelo das Cooperativas de Eletrificação, o deputado também vem encampando a sua luta junto aos órgãos competentes para a manutenção e sobrevivência, pois, além do importante trabalho de distribuição de energia em áreas que a Celesc não alcança, essas entidades cumprem um relevante papel social e comunitário.

Membro das Comissões de Agricultura e Política Rural, de Pesca e Aquicultura, além da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, o deputado Dóia destaca, entre os Projetos de Lei e indicações encaminhados e apreciados no âmbito dessas Comissões, o que requereu a inclusão das Associações de Pais e Amigos do Autista no repasse de recursos através do Fundo Social, principalmente pelo seu alcance e mérito social.



EDISON ADRIÃO ANDRINO DE OLIVEIRA

PMDB

Idade: **68 anos**

Formação/Profissão: **Advogado**

Base Eleitoral: **Grande Florianópolis**

Mandatos: **1983/1985, 2007/2011 e
2011/2015**



MANDATO

Com 48 anos de vida pública, o deputado Edison Andrino possui uma vitoriosa trajetória política, que iniciou a partir da militância estudantil, sendo um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Santa Catarina no ano de 1966, que posteriormente tornou-se o PMDB, partido do qual faz parte até hoje.

É advogado, foi vereador por duas legislaturas, e o primeiro prefeito eleito de Florianópolis após a ditadura militar, deputado federal por quatro mandatos e está no seu terceiro mandato como deputado estadual.

Neste ano, o deputado realizou uma Audiência Pública sobre a regularização dos trapiches e estruturas náuticas, referentes à Portaria Ministerial nº 404/2012; foi membro da CPI que investigou a compra do prédio da sede do Ministério Público Estadual; atuou na Comissão Estadual da Verdade; participou ativamente nas audiências e reuniões sobre a demolição de casas na Lagoa da Conceição; manifestou-se na tribuna sobre diversos assuntos; e, por meio de Proposições, apresentou vários Requerimentos, Indicações e Projetos de Lei.

Encaminhou inúmeras sugestões ao presidente da Comissão Especial de Terrenos de Marinha da Câmara dos Deputados, em contribuição ao texto do Projeto de Lei nº 5.627/2013, do Governo Federal, que regulamenta a cobrança de taxas de ocupação de terrenos de Marinha.

Além disso, o deputado Edison Andrino é muito envolvido nas questões ambientais, integrante das Comissões de Turismo e Meio Ambiente, da Comissão de Pesca e Aquicultura, da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, e da Comissão de Legislação Participativa.

HISTÓRIA CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DO EX- GOVERNADOR JORGE LACERDA.

No dia 20/10/2014 realizou-se uma sessão solene em homenagem ao centenário do ex-governador Jorge Lacerda, um dos políticos de Santa Catarina de maior destaque no cenário nacional. Trata-se do ex-deputado federal e ex-governador Jorge Lacerda, que morreu em um acidente aéreo, em 1958, no momento em que se projetava como um dos homens públicos mais promissores de sua geração.

Para marcar o centenário houve uma série de eventos, além de exposição contando a



trajetória de vida de Lacerda, o lançamento de um livro e de um documentário.

A iniciativa das homenagens partiu do deputado Edison Andrino (PMDB). Em outubro de 2013, a presidência da Alesc criou uma Comissão Especial, formada por servidores da Casa, jornalistas e parentes do homenageado, responsável pela organização dos eventos que marcam o centenário.

De acordo com Andrino, a comemoração é importante para resgatar o legado de uma figura destacada da história catarinense. **"O centenário**

de nascimento de Jorge Lacerda é um fato importante. Como político e intelectual, ele fez história em Santa Catarina e no Brasil. Precisamos divulgar essa história para as futuras gerações", disse o deputado.

LEGISLAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A PORTARIA 404/2012 DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU.

Neste ano, o deputado realizou uma Audiência Pública sobre a regularização dos trapiches e estruturas náuticas, referentes à Portaria Ministerial 404/2012 da SPU, que estabelece

normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União.

Como resultado desta audiência formou-se um grupo de estudos, dirigido pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc, com membros das entidades e instituições citadas acima, visando desburocratizar as normas na esfera municipal e estadual, bem como diminuindo o valor destes procedimentos.



GELSON LUIZ MERISIO

PSD

Idade: **48 anos**

Formação/Profissão: **Administrador**
Base Eleitoral: **Oeste e Extremo-Oeste**
Mandatos: **2005/2006, 2007/2011,**
2011/2015 e 2015/2018



COMPROMISSO PRÓXIMO DO CIDADÃO E COM FOCO NA TRANSPARÊNCIA.

Sempre presente nos municípios e dedicado a garantir que seu trabalho melhore diretamente a vida das pessoas. Este é Gelson Merisio, que encerra o seu terceiro mandato de deputado estadual com importantes resultados, destacando-se a ampliação da transparência nas ações públicas e legislativas.

Gelson Merisio trabalha sempre próximo de prefeitos para atender as demandas dos catarinenses. *“Mudar efetivamente a vida das pessoas, garantir recursos e investimentos é apenas a primeira etapa. Por isso, acompanhamos passo a passo a execução das obras e das ações do Estado, para que elas realmente atendam à população”.*

Foi desta forma que transformou a realidade do bairro Santa Maria, de Chapecó, que convivia com o medo de ter como vizinho um presídio. Merisio aderiu à causa. Assegurou recursos, acompanhou a construção do novo presídio e a desativação total da antiga unidade. Em



fevereiro, o Governo do Estado doou o terreno para a construção da nova sede do Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick, de educação especial inclusiva.

Seu compromisso com a Educação de qualidade pôs fim à indicação política na escolha dos diretores escolares. A partir

de 2015, os colégios públicos terão seus gestores eleitos pelos estudantes, professores e pais, estes com voto de peso dois. O deputado propôs a ideia e o governador Raimundo Colombo assinou o Decreto.

Quando presidente da Assembleia Legislativa, entre 2010 a 2013, implantou o Portal da Transparência e investigou irregularidades históricas da Casa, trazendo soluções como o ponto eletrônico para todos os servidores. E Merisio já definiu a continuação da expansão desse processo de abertura e visibilidade das ações públicas e legislativas como a grande meta do seu próximo mandato, conquistado pela confiança de 119.280 catarinenses.

ATUAÇÃO PROPOSTAS SIMPLES, GRANDES IMPACTOS.

“Um deputado percebe que seu trabalho começa a ter resultado quando melhora a história de alguém”. É nisso que acredita Gelson Merisio. Por isso, observa e analisa o cotidiano dos catarinenses, e os ouve com atenção. É desse exercício que surgem temas de sua ação parlamentar.



impacto: o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) deve divulgar com 72 horas de antecedência a data e o horário em que o trânsito será afetado e, sempre que houver, rotas alternativas.

O consumo e os riscos do excesso de cloreto de sódio, o sal de cozinha, também mobilizou o deputado, que está propondo que lanchonetes e restaurantes sejam proibidos de oferecerem o tempero nas mesas e balcões. Esta é uma das orientações do Ministério da Saúde. O sal só poderá ser fornecido a pedido do cliente.

SAÚDE MAIS ACESSO ÀS VACINAS.

Agora é Lei: as farmácias catarinenses estão autorizadas a vender e aplicar vacinas. A nova regra passou a valer em setembro e também autoriza as farmácias magistrais a manipularem medicamentos e cosméticos que dispensam receita médica. As farmácias estão presentes em todos os 295 municípios de Santa Catarina, com mais de 3 mil unidades e 9 mil farmacêuticos.

Esta capilaridade criará mais acesso às vacinas - aumentando a eficiência das políticas públicas de imunização - e a medicamentos e cosméticos que dispensam receita médica. Esta lei beneficiará muitos catarinenses, principalmente das pequenas cidades do interior.



GILMAR KNAESEL

PSDB

Idade: **58 anos**

Formação/Profissão: **Administrador de Empresas com pós-graduação em Recursos Humanos**

Base Eleitoral: **Médio Vale do Itajaí**
Mandatos: **1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011 e 2011/2015**

ORÇAMENTO REGIONALIZADO

ORÇAMENTO REGIONALIZADO É A FERRAMENTA MAIS IMPORTANTE DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.

Em 2014, o deputado estadual Gilmar Knaesel (PSDB) presidiu a Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina – Alesc, e a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado. Neste ano, a Comissão promoveu 13 audiências públicas do Orçamento Regionalizado (OR) para elencar as demandas de cada região a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual do Governo do Estado para 2015.

Promovidas anualmente pela Assembleia Legislativa, as reuniões envolvem deputados, Governo do Estado e representantes das comunidades. Para o exercício de 2015, foram escolhidas 108 prioridades, envolvendo principalmente obras de Infraestrutura, mas também Saúde e Educação, entre outras.

As audiências foram concentradas nas regionais de Rio do Sul, Blumenau, Joinville, Itajaí, Criciúma, Tubarão, Florianópolis, São Miguel do Oeste, Chapecó, Concórdia, Videira, Canoinhas e Lages. Cerca de mil pessoas participaram dos encontros para debater as necessidades de suas regiões.

Como presidente da Comissão, Knaesel reforça a importância das audiências. *“Todas as emendas aprovadas foram incluídas no Orçamento de 2015, esse foi o compromisso assumido. O Orçamento Regionalizado é a ferramenta mais importante da democracia participativa, essa é segunda lei mais importante do Estado”.*

Responsável pela implantação do Orçamento Regionalizado e grande defensor do modelo que proporciona



a aproximação entre a população e os Poderes Executivo e Legislativo, o parlamentar analisa *“esse processo envolve uma mudança cultural que leva tempo para ser compreendida e aceita, mas já apresenta grandes resultados”.*

HOMENAGEM

O deputado Gilmar Knaesel foi um dos homenageados na Sessão Solene em comemoração aos 15 anos de fundação da TV da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O parlamentar, presidente da Alesc à época em que a TV foi criada, relembrou fatos marcantes desde o surgimento da ideia, passando pela sua inauguração em outubro de 1999, até os dias atuais, em que é transmitida em sinal aberto e digital.

Em seu pronunciamento, Knaesel relembrou o desafio que foi colocar a emissora no ar com poucos recursos financeiros. *“Iniciamos modestamente, mas com o desejo de evoluir e de cada vez informar melhor o cidadão catarinense, que passou a acompanhar e opinar sobre o trabalho de seus representantes.”*

“Antes de entregar o cargo ao meu sucessor em 2001, tivemos o privilégio de levar o sinal via satélite a doze cidades do Estado, além de Florianópolis e São José”, lembra o deputado. Em 2003, outros municípios passaram a integrar a rede, completando os 18 que até hoje recebem as transmissões.

DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS ELEITORAIS

A divergência no resultado das pesquisas no primeiro turno das eleições 2014 motivou os deputados Gilmar Knaesel (PSDB) e Joares Ponticelli (PP) a protocolar Projeto de Lei, com intenção de proibir a publicação de pesquisas eleitorais em veículos de comunicação de Santa Catarina, tendo em vista o grande poder de influência dessas pesquisas de opinião no decorrer de um pleito eleitoral.

Para Knaesel, *“as pesquisas devem servir para orientar os candidatos e os partidos e não para influenciar na decisão dos eleitores, já que uma faixa do eleitorado acompanha o voto do candidato que aparece na liderança”,* analisa.





ISMAEL DOS SANTOS

PSD

Idade: **48 anos**

Formação/Profissão: **Administração de empresas, letras, especialista em comunicação, mestre e doutor em literatura.**

Base Eleitoral: **Vale do Itajaí - Blumenau**
Mandatos: **2008/2010, 2011/2015 e 2015/2019**



ISMAEL LIDERA O MAIOR PROGRAMA CONTRA AS DROGAS DA HISTÓRIA DE SANTA CATARINA **O PROGRAMA REVIVER É ESPERANÇA PARA FAMÍLIAS QUE LUTAM CONTRA A DEPENDÊNCIA**

O deputado Ismael dos Santos, presidente da Comissão de Combate e Prevenção às Drogas da Alesc, lidera a criação do maior programa de atenção a dependentes químicos da história de Santa Catarina, o Reviver, que oferece acolhimento para dependentes químicos em comunidades terapêuticas, com mil vagas para tratamento em regime de internação voluntária.

Até então, o Governo do Estado não destinava nenhum investimento para o tratamento da dependência química, responsável, segundo estudos, por parcela majoritária dos índices de violência. Ismael lembra que o convênio que possibilitará atender às famílias catarinenses que enfrentam o problema das drogas, nasceu das demandas apresentadas ao Parlamento pela sociedade durante as audiências em todas as regiões do estado. Segundo o parlamentar, foram três anos de batalhas para vencer obstáculos, técnicos, ideológicos e burocráticos. “Pela primeira vez o Poder Público se faz parceiro do terceiro setor e da comunidade científica, na busca por oferecer uma resposta aos apelos de centenas de mães que lutam diariamente para livrar os seus filhos do aprisionamento das drogas.

Vamos parar de enxugar gelo,” declarou o parlamentar.

Em cerimônia no Parlamento, ao lembrar de amigos que perderam a vida por causa das drogas, o governador Raimundo Colombo ressaltou a importância do Programa Reviver. “O problema com as drogas é uma das maiores desgraças da sociedade nos dias de hoje. Por isso, temos que lutar juntos, buscar alternativas com estudos e fortalecer as ações daqueles que estão na ponta da linha pesquisando.”

O Reviver é resultado da parceria entre a Alesc e as Secretarias da Saúde, Assistência Social, Cidadania e Justiça, Educação e Segurança Pública, sob a coordenação da FAPESC e FAPEU. O repasse mensal para as comunidades é de R\$ 1.000,00 por adulto e R\$ 1.500,00 para atendimento de cada menor de 18 anos, num investimento anual de até 12 milhões de reais.

MANDATO PRÓXIMO DOS CATARINENSES

Estar próximo dos catarinenses foi uma prioridade do mandato do deputado Ismael dos Santos. Além do contato intenso através do gabinete virtual, possibilitado pelas redes sociais, que fizeram de Ismael o parlamentar com maior número de seguidores nas redes sociais, a interação pessoal foi possível através da presença direta nos municípios. Foram mais de 400 mil quilômetros durante

o mandato. “Ouvir as demandas dos mais de 200 municípios que visitamos, e conversar diariamente com catarinenses através das ferramentas virtuais é mais que uma obrigação enquanto parlamentar, é uma oportunidade para ouvir os anseios e representar com eficiência cada cidadão,” declarou o parlamentar.

NOVOS DIREITOS PARA OS CONSUMIDORES. UMA VITÓRIA PARA OS CATARINENSES

A Lei de autoria do deputado Ismael dos Santos, determina aos fornecedores informar os clientes sobre a ausência de assistência técnica autorizada na localidade. Segundo o autor do projeto, “o consumidor passará



a receber, por escrito, no ato da compra do celular, ou da geladeira ou de um televisor, por exemplo, a informação da inexistência de assistência técnica na cidade. Sabedor dessa particularidade ele pode decidir assumir ou não esse risco,” declarou o parlamentar. Com a Lei nº 16398/14 sancionada pelo governador, o consumidor catarinense dispõe desta nova ferramenta na proteção dos seus direitos.



JAILSON LIMA DA SILVA

PT

Idade: **56 anos**

Formação/Profissão: **Médico**

Reumatologista e Médico do Trabalho

Base Eleitoral: **Rio do Sul**

e Alto Vale do Itajaí

Mandatos: **2007/2011 e 2011/2015**



CPI DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Com a aprovação da Proposta de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, de autoria do Deputado Jailson Lima e outros, foi aprovado o Ato da Presidência nº 019-DL2014 de 20/05/2014, para investigar a compra, por parte do Ministério Público de Santa Catarina, de um terreno com prédio a ser construído no valor de R\$ 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões) com dispensa de licitação. A CPI, que teve início em maio, encerrou os trabalhos com a entrega do relatório final. Cópias desse documento foram entregues ao próprio MPSC, ao Conselho Nacional do Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.

Jailson Lima, em seus argumentos, disse que foram feridos os princípios constitucionais da administração pública. Na leitura do voto, justificou as possíveis irregularidades no contrato, citando cada um dos princípios.

O relator da CPI ainda pediu abertura de processo administrativo contra os servidores do Ministério Público envolvidos na compra do prédio. Pediu, também, o indiciamento criminal do dono da construtora que vendeu o empreendimento ao MP e dos envolvidos na avaliação do imóvel, processo que

também teria envolvido irregularidades, segundo a relatoria da CPI.

APROVAÇÃO DE PROJETOS

Aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Resolução nº 002.3/2014 que dispõe sobre a implantação de audiodescrição nas sessões especiais do legislativo catarinense. O recurso de acessibilidade amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos de qualquer natureza, gravados ou ao vivo, por meio de informação sonora, transformando o visual em verbal.

No ano de 2014 o Deputado Jailson Lima apresentou as seguintes proposições:

- 09 (nove) Projetos de Lei
- 06 (seis) Indicações dirigidas ao Executivo Estadual, diversas solicitações aos municípios, tais como: aumento de efetivo para a segurança pública, recuperação ou asfalto em rodovias catarinenses e

recuperação de escolas

- 05 (cinco) Pedidos de Informação ao Executivo Estadual e as empresas de economia mista.

- 12 (doze) Requerimentos parabenizando e enviando condolências aos diversos setores públicos, entidades privadas e cidadãos catarinense

- 127 (cento e vinte e sete) ofícios expedidos

CENTRO DE ONCOLOGIA NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Com grande luta do deputado Jailson Lima, inclusive com a contribuição de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) destinados pelo Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, foi efetivado o processo de implantação do Centro de Oncologia no município de Rio do Sul, amenizando o sofrimento dos pacientes que precisam realizar longas viagens para realizar o tratamento contra o câncer.





JEAN KUHLMANN

PSD

Idade: **39 anos**

Formação/Profissão: **Administrador, com especialização em Administração Pública**

Base Eleitoral: **Vale do Itajaí**

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



MANDATO **DIÁLOGO COMO INSTRUMENTO PARA A AÇÃO PARLAMENTAR.**

Foi um ano de muito diálogo, de atenção às necessidades da população e dos municípios catarinenses. Em sua atuação parlamentar, o deputado estadual Jean Kuhlmann priorizou o contato com o povo blumenauense e de todo o Vale do Itajaí.

Dessa constante interação surgiram iniciativas importantes, como o Projeto que institui a Semana Estadual de Conscientização do Planejamento Familiar, tornado Lei em 2014. A ideia é informar e conscientizar a população acerca do controle da natalidade e divulgar métodos de contracepção eficazes e seguros disponibilizados, gratuitamente, pela rede pública de saúde do Estado.

O contato com gestores municipais e entidades sem fins lucrativos também resultou no projeto que cria o Fundo de Proteção e Bem-Estar Animal de Santa Catarina. O objetivo da matéria é garantir que as ações que visem a saúde dos chamados animais de rua sejam implementadas como política pública de governo.

Outra proposta importante é o Projeto de Lei nº 0144.5/2014, que institui em Santa Catarina o mês "Maio Amarelo", dedicado às ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito.

Como presidente da Comissão de Proteção Civil da Assembleia Legislativa, Jean Kuhlmann continuou o trabalho de apoio aos moradores dos residenciais Minha Casa Minha Vida e PAR em Santa Catarina. Várias



visitas foram realizadas em todo o Estado durante o ano. O objetivo foi conhecer a situação de cada condomínio, e solucionar problemas que trazem, inclusive, risco para os moradores.

Após Audiência Pública Estadual realizada em 2013, foram acordadas ações como vistoria gratuita do Corpo de Bombeiros Militar para emissão de Laudo Técnico de Segurança, e o apoio do CREA/SC na fiscalização de novos empreendimentos.

EDUCAÇÃO **INVESTIMENTOS PARA BLUMENAU.**

Em Blumenau, investimentos em Educação foram prioritários para Jean Kuhlmann em 2014. Moradores do Bairro Itoupavazinha receberão, em breve, a primeira unidade de ensino médio da região. Hoje, alunos que cursam o ensino médio precisam ir a outros bairros para estudar, mas isso vai mudar. Cobrança do deputado junto ao Governo do Estado, a nova escola já tem terreno garantido e a ordem de serviço assinada.

Outra mobilização do parlamentar apresentará seus resultados no início de 2015. O Governo do Estado deve entregar aos alunos da Escola Carlos Techentin, no Passo Manso, uma unidade totalmente nova. Serão 20 salas de aula, dois laboratórios, biblioteca e auditório para garantir ensino de

qualidade em um ambiente adequado. O investimento soma R\$ 7,5 milhões.

Na condição de presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Setor Têxtil e Calçadista de Santa Catarina, Jean também teve papel importante na aproximação dos empresários do setor com as Secretarias de Segurança Pública e da Fazenda do Estado. O diálogo resultou na criação de uma Delegacia especializada no Combate à Pirataria em Santa Catarina.

HOMENAGEM **O ALUNO CELEBRA 50 ANOS DA FURB.**

Por proposição de Jean Kuhlmann, a Assembleia Legislativa catarinense realizou, em maio, Sessão Solene para celebrar os 50 anos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, a FURB. A cerimônia aconteceu no auditório Willy Sievert, do Teatro Carlos Gomes.

Foi um momento importante não apenas para a instituição, fundamental para o desenvolvimento do Vale do Itajaí, como para o próprio parlamentar, que estudou na Etevi (Ensino Médio) e concluiu a graduação e a especialização na Universidade.

Professores e colaboradores da instituição foram homenageados pelo Legislativo Catarinense. O reitor João Natel Pollonio Machado também foi condecorado com uma placa alusiva aos 50 anos.





JOARES CARLOS PONTICELLI

PP

Idade: **49 anos**

Formação/Profissão: **Professor**

Base Eleitoral: **Tubarão**

Mandatos: **1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



ATUAÇÃO **APRENDIZADO DE 16 ANOS NA CASA DO POVO.**

“O Legislativo é o poder que melhor representa a cidadania e o que possui as funções mais importantes na democracia”.

A conclusão é do deputado estadual Joares Ponticelli, ao avaliar os trabalhos na Assembleia Legislativa catarinense e os 16 anos de mandato. *“Nesta Casa aprendi com experientes deputados e dedicados servidores que o Legislativo é a base da democracia”*, afirmou o deputado.

Nas últimas quatro legislaturas, Ponticelli foi líder do Governo e da oposição, integrou as comissões internas, representou o Estado na UNALE, dirigiu a Escola do Legislativo e ainda presidiu a Casa, quando chegou a ocupar interinamente a chefia do Governo do Estado.

Depois de ter concorrido como candidato à vice-governador nas últimas eleições, tendo sua chapa obtido mais de 1 milhão de votos, o parlamentar, que está se despedindo da Assembleia Legislativa, exerceu os mandatos com dignidade, retribuindo com muito trabalho as votações crescentes que recebeu

do eleitor catarinense.

Como vice-presidente da Assembleia, Ponticelli foi chamado a presidir novamente o Poder, devido à licença do titular. Reforçou os projetos iniciados em 2013, com destaque para os programas Alesc Inclusiva e Antonieta de Barros, que oferecem oportunidades para deficientes e adolescentes de comunidades carentes.

Um dos destaques do período em que voltou a comandar o Legislativo foi a implantação do Projeto Parlamento Digital, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. A iniciativa foi pioneira no Brasil, ao permitir a interatividade com a população, através de modernas ferramentas digitais que possibilitam mais participação do cidadão, maior eficácia no diálogo com a população e mais transparência no parlamento catarinense.

HISTÓRIA **PONTICELLI PROMOVE HOMENAGENS ESPECIAIS.**

Incentivador da Cultura, o deputado Joares Ponticelli foi autor dos requerimentos que ensejaram a realização de sessões especiais

de homenagens e também abriu portas para projetos que resultaram no resgate histórico da vida de grandes personalidades e instituições catarinenses.

Artistas como Willy Zumblick, Malinverni Filho e Juarez Machado tiveram sua arte elevada pelo parlamento catarinense. Notáveis políticos catarinenses como Jorge Lacerda, Lauro Müller e Aderbal Ramos foram homenageados, assim como também receberam o reconhecimento as entidades e os movimentos sociais.

O papel da imprensa foi reconhecido com a Lei que declarou de utilidade pública estadual a Associação dos Jornais do Interior. Os cinquenta anos da Unisul foram comemorados e uma bela sessão marcou os 70 anos do início das operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos de batalha da Europa.

Encerrando o ano de 2014, o deputado Joares Ponticelli indicou a Fundação Hermon para receber a Comenda do Legislativo, pela contribuição da Maçonaria em favor da cidadania em Santa Catarina.

AGRADECIMENTOS

O comprometimento da equipe de trabalho, em especial dos servidores da Casa e do gabinete parlamentar, é destacado pelo deputado Joares Ponticelli, que agradece os colaboradores que executaram tarefas, criaram e sugeriram ideias para o exercício dos mandatos.

“A Assembleia Legislativa possui um corpo funcional altamente gabaritado e comprometido. O trabalho do parlamentar só alcança resultados pelo esforço dos servidores, sejam efetivos, comissionados, terceirizados ou estagiários, aos quais agradecemos pelo apoio e atenção”, sublinhou.

Ponticelli lembra que incentivou, em sua gestão como presidente da Assembleia, o Programa Antonieta de Barros (PAB), inspirado nas políticas afirmativas, para a inclusão social de jovens socialmente desfavorecidos, e também o programa Alesc Inclusiva, que ofereceu vagas de estágio para estudantes deficientes.





JOSÉ MILTON SCHEFFER

PP

Idade: **55 anos**

Formação/Profissão: **Engenheiro
Agrônomo**

Base Eleitoral: **Sul**

Mandatos: **2011/2015**



MANDATO FOCADO NAS PESSOAS SAÚDE, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL MARCARAM 2014.

No modelo atual de financiamento público da Saúde, o repasse de verbas às unidades hospitalares tem sido insuficiente para bancar as despesas decorrentes dos serviços oferecidos. O déficit é ainda maior nos hospitais filantrópicos, que respondem por 80% dos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS em Santa Catarina.

Conhecedor desta realidade, o deputado estadual José Milton Scheffer, também conhecido como deputado Zé Milton, que preside a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, apresentou neste ano o Projeto de Lei nº 591.2/2013, que isenta os hospitais filantrópicos do pagamento do ICMS nas contas de serviços públicos, como água e energia elétrica, entre outras.

Para o deputado, a proposta representa muito mais que um pedido de isenção de caráter assistencial e benéfico para hospitais em dificuldades financeiras. ***“A tabela SUS, em muitos casos, não atinge o valor do serviço-consulta, exame ou procedimento realizado, dessa forma, o projeto irá beneficiar a Saúde em vários municípios”***, destaca o deputado Zé Milton.

Além disso, a proposta visa buscar a manutenção do atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, ajudar na resolutividade das atividades dos hospitais, proporcionando, com a proibição da cobrança do ICMS sobre as contas dos serviços públicos, a possibilidade do segmento hospitalar investir tais recursos em outras áreas da Saúde, de acordo com as reais e efetivas necessidades desse setor tão dramaticamente carente em nosso estado.

FORTELECIMENTO DOS MUNICÍPIOS

A defesa dos interesses dos municípios também pautou as ações do deputado Zé Milton, que em 2014 somou esforços com prefeitos, vereadores e lideranças locais e setoriais para conquistar recursos destinados às obras de interesse municipal e comunitário, tais como, ampliação de postos de saúde, pavimentação de ruas e avenidas, revitalização e construção de praças e



áreas de lazer, de ginásios de esportes e reconstrução de escolas.

“O sistema atual de distribuição de renda não favorece os governos municipais. Como parlamentar, precisamos assegurar aos municípios recursos financeiros suficientes para a execução dos serviços sob sua responsabilidade. Então, para amenizarmos esta injusta distribuição, dedicamos parte de nossas ações na obtenção de recursos para a realização de obras necessárias para o desenvolvimento socioeconômico de nossas cidades”, defende o deputado Zé Milton.



RIZICULTURA UM ANO POSITIVO PARA O SETOR.

Atuando como coordenador da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, o deputado Zé Milton contabilizou uma grande conquista para o setor em 2014, com a garantia do aumento do preço mínimo do arroz para o produtor.

A política do preço mínimo é uma referência para a entrada do governo no mercado, comprando o produto para os estoques reguladores, em casos de queda no valor de mercado. Dessa forma, o Estado cumpre um papel estratégico em apoio à atividade produtiva, assegurando condições mínimas de competitividade ao setor e garantindo oportunidades de emprego e renda aos rizicultores catarinenses.

A partir das negociações encaminhadas e lideradas pela Câmara Setorial, foi assegurado o reajuste de 5,62% no preço mínimo do arroz, que estava sem reajuste desde 2009, passando de R\$ 25,80 para R\$ 27,25. ***“Com este aumento garantimos ao produtor valor compatível ao custo de produção, caso haja uma oferta maior do arroz”***, frisou o parlamentar.



JOSÉ NEI ASCARI

PSD

Idade: **47 anos**

Formação/Profissão: **Advogado**

Base Eleitoral: **Sul, Grande Florianópolis e Planalto Serrano**

Mandatos: **2011/2015 e 2015/2018**



MANDATO ALÉM DE PARTICIPAR DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DA CCJ, O DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI REFORÇOU ATUAÇÃO JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Em um ano marcado pelo processo eleitoral e que confirmou a sua reeleição para um segundo mandato na Assembleia Legislativa, o deputado estadual José Nei Ascari manteve sua atuação nos segmentos que marcaram seu trabalho na atual legislatura. Além de participar da Comissão de Agricultura, onde é membro titular e tem apoiado as ações políticas para beneficiar o setor, Ascari também seguiu com os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça, participando de debates e atuando como relator em projetos de lei importantes para a sociedade catarinense.

Neste ano, a atuação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência também marcou o mandato do deputado estadual José Nei Ascari. Mantido na presidência pelos demais parlamentares que a integram, Ascari atuou como animador do segmento, apoiando eventos e ações que ajudam na inclusão das pessoas com deficiência e também na capacitação dos profissionais que atuam no setor. Ao lado de entidades como a Federação das APAES e a Associação dos Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial, Ascari ajudou a garantir benefícios para



os profissionais e a realização de concurso público para melhorar o atendimento nas escolas especiais.

Por meio da Comissão, também foram realizados seminários, audiências e cursos de capacitação que atenderam muitos profissionais deste segmento, tanto na Capital como pelo interior de Santa Catarina. Em 2014, por exemplo, um ciclo de seminários pelo Estado levou especialistas com atuação nacional e internacional na área do autismo para debater o tema com profissionais e familiares, em uma ação conjunta com a Associação Catarinense de Autismo. O mesmo aconteceu com atividades relacionadas às pessoas com Síndrome de Down, os cegos e os surdos, atingindo um público estimado em quase oito mil pessoas em todo o estado.



ACESSIBILIDADE MANDATO FOCADO NA MELHORIA DE VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Buscar alternativas para contribuir com o avanço no atendimento das pessoas com deficiência também foi uma das prioridades do deputado José Nei Ascari na Assembleia Legislativa.

E uma das grandes conquistas do segmento em 2014 foi o repasse de recursos públicos, fundamentais para garantir melhor atendimento às pessoas com deficiência. No caso das APAES, uma ação liderada pelo deputado José Nei Ascari, com apoio da Federação das APAES, sensibilizou o Governo do Estado a promover uma mudança na Lei do Fundo Social que aumentou significativamente o valor repassado mensalmente para as APAES catarinenses.

Para outras entidades, como a Associação Catarinense de Autismo e Associação Catarinense para Integração dos Cegos, a realização de parceria com a Celesc e o programa Bônus Eficiente também possibilitou o repasse de recursos para auxiliar as atividades realizadas pelas duas instituições de referência em Santa Catarina.

SOCIEDADE TRABALHO MARCADO PELO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Para o deputado estadual José Nei Ascari, o ano de 2014 também foi de confirmação das parcerias entre o seu mandato, as administrações municipais e entidades organizadas que atuam em diversos segmentos.

Desta forma, conquistas importantes foram possíveis para atender a comunidade com obras e serviços. No momento em que concluiu o último ano do seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa, Ascari marcou este período atuando como um elo importante entre estes segmentos interiorizados e o Poder Público, ora defendendo pleitos priorizados pela comunidade, ora também representando o governo e levando benefícios para o cidadão.



KENNEDY NUNES

PSD

Idade: **44 anos**

Formação/Profissão: **Jornalista**

Base Eleitoral: **Joinville**

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



CIDADANIA ATRAVÉS DO CONTATO COM AS PESSOAS, KENNEDY DIRECIONA SUAS AÇÕES COMO LEGISLADOR.

2014 foi um ano especial. Último ano de um mandato dedicado aos catarinenses. Alguns reflexos desse trabalho estão nas leis propostas pelo deputado Kennedy, como a Lei da Gestante, que dá o direito ao atendimento em hospitais particulares àquelas gestantes de risco que não conseguem atendimento na rede pública num raio de 200 Km da sua moradia.

Outra lei importante, garante ao proprietário de um veículo com seguro, em caso de sinistro, escolher a oficina de sua preferência para o conserto, proibindo que as seguradoras especifiquem a oficina.

Além das leis, Kennedy direcionou, através de emendas, verbas do Fundo Social para várias cidades, num total de R\$ 7.024.985,48, utilizados pelas Secretarias de Segurança Pública, Saúde, Turismo e Infraestrutura. Outra emenda do deputado destinou R\$ 1 milhão para o Hospital Regional de Joinville, utilizados para a compra de aparelhos. Kennedy também apoiou o projeto do Centro de Equoterapia que será instalado no Complexo da Cavalaria da Polícia Militar em Joinville.

As Regiões Metropolitanas também foram apoiadas pelo deputado Kennedy, que defende os grandes benefícios das cidades envolvidas, como questões de transporte



público, coleta de lixo, verbas públicas, desenvolvimento integrado etc. Kennedy também defendeu a representatividade das 10 regiões turísticas do Estado no Conselho Estadual de Turismo.

Uma grande conquista para o mandato, foi a possibilidade da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares admitirem um número maior de mulheres em seu quadro, o que antes estava limitado em 6%. Essa luta permitiu a admissão de mais mulheres que já atuam em todo o Estado.

Enfim, esse mandato se encerra com a certeza de dever cumprido. Com o olhar sempre atento às necessidades dos catarinenses e a busca incessante de melhorar o dia-a-dia do cidadão, com os ouvidos atentos à voz do povo que representa.

LIXO ZERO RESÍDUOS SÓLIDOS E O CORRETO DESTINO.

Em viagens para conhecer a realidade da destinação dos resíduos sólidos em países que têm como foco o Lixo Zero, o deputado Kennedy teve a oportunidade de conhecer, na Escandinávia (Europa) e na Califórnia (EUA), sistemas eficientes de tratamento e destinação dos resíduos sólidos.

Modelos que permitem, por exemplo, o reaproveitamento de todas as partes desses resíduos, evitando a poluição e o impacto ambiental causados pelos aterros sanitários. Além disso, grande parte do que é

descartado pode ser reaproveitado, gerando lucro, inclusive, com oportunidades de trabalho e renda.

Ciente de que esta visão precisa ser trazida para nosso país, mesmo sabendo que essas conquistas serão demoradas, Kennedy entende que os benefícios da implantação de uma política correta e eficiente na destinação dos resíduos sólidos evitará um colapso no sistema atual de aterros, além de diminuir a longo prazo, drasticamente, o impacto ambiental que nosso país e nosso Estado ainda causam ao planeta, beneficiando diretamente as futuras gerações.

EMENDAS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO- AMBIENTE.

Depois de conhecer realidades totalmente diferentes e muito mais eficientes, Kennedy propõe mais de 180 emendas ao Código do Meio Ambiente, na tentativa de iniciar uma nova era no que se refere ao tratamento do lixo em Santa Catarina, tornando o Estado precursor nessa área no Brasil.

Este é o início de uma mudança que terá que acontecer invariavelmente, já que o sistema de aterro sanitário está sobrecarregado. O governo federal impôs datas para o início do fim dos aterros nos municípios. Por isso, a partir de 2015, o deputado irá encabeçar as audiências públicas para discutir esse assunto com a sociedade.



LUCIANE MARIA CARMINATTI

PT

Idade: **44 anos**

Formação/Profissão: **Professora**

Base Eleitoral: **Oeste**

Mandatos: **2011/2015 e 2015/2018**



MANDATO A VOZ DA EDUCAÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

Quatro anos de muito trabalho e de muitas conquistas. É dessa forma que a deputada Luciane Carminatti avalia o mandato que encerra em 2014. A professora Luciane tem sido a voz da Educação na Assembleia Legislativa e luta incessantemente pela melhoria da Educação e mais oportunidades aos catarinenses.

Neste ano, apresentou Projeto de Lei (PL.187.5/2013) que destina todo o recurso do pré-sal de Santa Catarina para o aumento de salário dos professores. Também reivindicou a descompactação da tabela salarial, 1/3 de hora-atividade e formação continuada.

Luciane buscou junto ao Ministério da Educação mais recursos para a construção e ampliação de creches, cobrou investimentos do Governo do Estado para a construção e reforma das unidades escolares em todas as regiões.

Como defensora das bolsas de estudo na Assembleia Legislativa, Luciane mobilizou estudantes para impedir a redução das bolsas dos Artigos 170 e 171. Apoiou a expansão dos institutos federais em todas as regiões e trabalhou pelo fortalecimento da Udesc e das universidades comunitárias, como forma de ampliar o acesso ao ensino superior.

UFFS E MEDICINA PÚBLICA E GRATUITA NO OESTE

Na luta pela implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no Oeste, desde 2005, a parlamentar trabalha para consolidar a instituição em Chapecó, mas também busca a expansão para outras regiões: Concórdia, São Miguel do Oeste, Caçador e Planalto Norte. É a única deputada que coordena um grupo de trabalho para a implantação do curso de Medicina na UFFS em Chapecó. Articulou R\$ 500 mil para o projeto que transforma o Hospital Regional do Oeste (HRO) em hospital ensino e, assim, auxiliar na formação dos 40 alunos que iniciam as aulas em 2015.

MAIS DIREITOS E AUTONOMIA ÀS MULHERES

A defesa das mulheres catarinenses também sempre foi pauta da deputada Luciane. Entre os projetos, propôs a criação da Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa (PRS 9/2013). O órgão receberá e encaminhará denúncias de violência e discriminação, promoverá pesquisas e fiscalizará a execução de programas que visem a igualdade de gênero.

A deputada cobrou iniciativas do Governo do Estado, entre elas a criação da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres. Luciane defende que Santa Catarina precisa avançar para assegurar os direitos da mulher, com oportunidades de formação, trabalho e renda para garantir autonomia e vida digna às catarinenses.



Luciane conquistou ainda R\$ 705 mil para a compra do aparelho de braquiterapia que trata o câncer de colo de útero e que será instalado no Hospital Regional do Oeste. A deputada indicou recursos para aquisição de mamógrafos em 10 municípios catarinenses.

MAIS QUALIDADE DE VIDA AOS CATARINENSES

Segurança: A deputada Luciane cobrou a contratação de novos policiais e a modernização dos sistemas de combate ao crime e ao tráfico de drogas. Reivindicou a instalação de Batalhões em São Lourenço do Oeste, Xanxerê e na Grande Efapi, em Chapecó.

Agricultura: Solicitou ao Estado a compra de produtos da agricultura familiar e camponesa para a alimentação escolar. Em 2015, 22% da merenda será entregue por esses agricultores.

Justiça gratuita: Lutou pela implantação da Defensoria Pública em SC para garantir acesso gratuito à Justiça às famílias que mais precisam.

Inclusão e direitos: Luta pela ampliação do orçamento da assistência social de SC, iniciando em 1% da Receita Líquida (RLD), a partir de 2015.

Rodovias: Reivindicou investimentos para recuperação das rodovias estaduais, à exemplo da SC-283, que liga Seara à Itapiranga.



MANOEL MOTA

PMDB

Idade: **73 anos**

Formação/Profissão: **Caminhoneiro**

Base Eleitoral: **Sul Catarinense**

Mandatos: **1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011 e 2011/2015**



ATUAÇÃO

2014: ANO DE TRABALHO CONSOLIDADO E DE RESULTADOS.

O deputado estadual Manoel Mota tem o compromisso de mostrar resultados e buscar o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a construção de uma sociedade sustentável, discutindo e propondo soluções que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Eleito 3º secretário da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2014 foi um ano marcado pela concretização de várias lutas. Em sua sexta legislatura consecutiva, o parlamentar construiu sua história sempre em defesa do Sul do Estado.

Entre as conquistas para o Sul está a entrega da ordem de serviço para a conclusão da rodovia SC-290, em Praia Grande, divisa de SC/RS, conhecida por Serra do Faxinal. Obra esta que trará muitos benefícios para Praia Grande. O deputado destaca ainda a importância da obra que liga o estado vizinho e trará muitos turistas à região. **"O turismo é a indústria sem fumaça e a obra vai impulsionar o crescimento no setor"**.

INFRAESTRUTURA

FÓRUM PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR AS OBRAS NAS SERRAS DO FAXINAL E DA ROCINHA.

Com o sinal verde para a Serra do Faxinal e a Serra da Rocinha, o deputado Manoel Mota requereu, e foi aprovado em sessão ordinária na Assembleia Legislativa, a criação do Fórum Parlamentar para acompanhar as obras de pavimentação de duas importantes obras no Vale do Araranguá.

Segundo o deputado, a ideia é acompanhar de perto e fiscalizar a execução destas duas obras tão esperadas. **"A região vai ganhar muito em desenvolvimento e qualidade de vida com estas obras"**. Nos próximos dias os deputados que fazem parte da Comissão irão se reunir para definir quais ações serão desenvolvidas pelo fórum.

A partir das obras pavimentadas das rodovias SC-450 (Serra do Faxinal) e SC- 285 (Serra da Rocinha) haverá aumento do fluxo de turistas gaúchos no extremo sul catarinense, bem como será uma alternativa para escoar o grande fluxo de veículos no período de festas e férias.



O caminho é um atrativo turístico por cortar o Parque Nacional Aparados da Serra, numa extensão de 38 Km, ainda não pavimentados, sendo 22 deles no estado gaúcho, com início no município de Cambará do Sul, e apenas 8 km em Santa Catarina.

A pavimentação da Serra da Rocinha faz parte de um projeto maior, que liga o litoral catarinense até a região de São Borja, no estado gaúcho, na divisa com a Argentina.



Em seu trajeto, a rodovia passa pelas cidades de Vacaria, Passo Fundo e Carazinho, tornando-se relevante corredor econômico e, ao ser interligada à BR-101 passa a ter um peso turístico importantíssimo para o Estado e no que diz respeito às questões econômicas, a obra concluída vai se tornar ótima estrutura para escoar a riqueza regional, sobretudo a produção agrícola do Norte e Noroeste gaúcho, ao oferecer um trajeto mais curto e barato ao Porto de Imbituba.

POLICLÍNICA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA POLICLÍNICA EM ARARANGUÁ.

O deputado estadual Manoel Mota foi um dos que lutou para que a primeira policlínica fosse instalada na cidade de Araranguá. Mota lembra que com a conclusão da policlínica muitas consultas e exames serão agilizados. **"Será um grande avanço no atendimento à saúde da população do extremo sul"**.

A Policlínica atenderá gratuitamente diferentes especialidades médicas como urologia, cardiologia, entre outras, que hoje não estão disponíveis para a população do Vale. Ela contará com equipamentos modernos para realização de exames, permitindo que as pessoas já saiam com diagnóstico definido e não será mais necessário o deslocamento até Criciúma, Tubarão ou Florianópolis para o atendimento.



MARCOS LUIZ VIEIRA

PSDB

Idade: **61 anos**

Formação/Profissão: **Advogado**

Base Eleitoral: **Grande Florianópolis e Grande Oeste**

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



FOCO **MARCOS VIEIRA PRIORIZA OS MUNICÍPIOS E AS PESSOAS.**

O deputado estadual Marcos Vieira (PSDB), reeleito para o seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa, e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi relator de importantes projetos para o estado.



A defesa da estadualização e o projeto de engenharia da SC-350, que liga Abelardo Luz até Ponte Serrada (BR-282), a federalização da SC-163, no trecho Itapiranga até São Miguel do Oeste, que passou a ser BR, e a defesa da nova rodovia da Fronteira, entre Itapiranga e Dionísio Cerqueira, a revitalização completa da SC-283 entre Concórdia e Mondaiá, a duplicação da Via Expressa, na Capital, e de um novo corredor rodoviário, além do asfaltamento dos 26 quilômetros da SC-281, entre Angelina e São Pedro de Alcântara, por exemplo, estão entre algumas das prioridades do mandato.

Na área da Saúde liberou recursos para hospitais como o de Água Doce que terá a sua reforma concretizada graças aos R\$ 140 mil repassados. Uma das instituições mais importantes do Brasil a APAE, também conta com recursos de Vieira, como as APAEs de Pinhalzinho, de Arroio Trinta, de Santo Amaro da Imperatriz, de Vargem Bonita e de Anita Garibaldi, que receberam subvenções e convênios para melhorias de estrutura, ou aquisição de veículos.

Vieira defende o que chama do fim da ditadura financeira. Desde a Constituição de 1988, criou-se uma pirâmide perversa. *“Na base temos os municípios que ficam com 13% de tudo o que se arrecada. No meio temos os Estados que ficam com 17% e, no topo, a União com 70%. É muito pouco para os prefeitos resolverem os problemas”.*

ATUAÇÃO **ATENÇÃO ESPECIAL À AGRICULTURA FAMILIAR E À JUSTIÇA TRIBUTÁRIA.**

A situação trabalhista dos agricultores é motivo de atenção do deputado Marcos Vieira desde 2011. Encontros com representantes do Governo Federal e audiências públicas determinaram que se fossem realizados nove grandes encontros nacionais para debater a NR-31, que regula as questões contratuais nas propriedades rurais, com isso, os proprietários de pequenas áreas rurais podem começar a ganhar mais segurança, sem serem ameaçados pela fiscalização da Polícia Federal.

Outra ação de fundamental importância para os pequenos e médios municípios é a que trata da Justiça Tributária. O Projeto de Lei nº 448/2013, que foi aprovado pela CCJ, aborda a questão do retorno do ICMS para os municípios que tenham empresas exportadoras.



Atualmente, o ICMS do que é produzido e exportado fica com o município de onde é feito o embarque final para outro país e não onde foi produzido o material, gerando um prejuízo que pode chegar a R\$ 900 mil mensais para uma cidade de médio porte.

AGENDA **DOS PEQUENOS AOS MÉDIOS MUNICÍPIOS.**

Seja na pequena cidade de Irani, com oito mil habitantes, ou Xanxerê com 45 mil, Marcos Vieira tem se dedicado a repassar recursos para atividades que melhorem a qualidade de vida da população.

Irani recebeu recursos para a melhoria em estradas rurais, assim como o município de Ponte Serrada, que foi beneficiado com o programa SC Rural e pode investir R\$ 1,2 milhões para recuperar 23 km de estradas.

Já em Xanxerê, os beneficiados foram 102 famílias que terão casa própria graças ao empenho do deputado em reverter uma área da COHAB para o município.

Na linha de atenção às pessoas, os grupos de Terceira Idade de Santo Amaro da Imperatriz ganharam um ônibus de transporte, o que vai beneficiar cerca de 300 pessoas, também graças à liberação de recursos para a aquisição do veículo.



MAURICIO ESKUDLARK

PSD

Idade: **54 anos**

Formação/Profissão: **Delegado Aposentado / Advogado**

Base Eleitoral: **Oeste e Vale do Itajaí**
Mandatos: **2003/2007 e 2011/2015**
(Assumiu como suplente, efetivado como deputado em 2013)



MANDATO **FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA, AÇÃO SOCIAL E MUNICIPALISMO.**

Amparado por vasta experiência político-administrativa e na área de Segurança Pública, o deputado Mauricio Eskudlark desenvolveu, ao longo de 2014, diversas ações, projetos e indicações nos setores de Infraestrutura, Ação Social, Meio Ambiente e Apoio Comunitário aos municípios.

Na presidência da Comissão de Segurança Pública, o deputado continuou a impulsionar o debate e o encaminhamento de soluções por meio de reuniões ordinárias e de audiências públicas municipais acerca do crescimento dos índices de criminalidade e a busca de ações conjuntas com o governo e prefeituras.

Eskudlark também foi relator e estimulou a aprovação do projeto de lei do governo que autoriza o Estado a delegar os serviços de remoção e depósito de veículos automotores envolvidos em infrações de trânsito, acabando com os pátios oficiais superlotados e a deterioração destes bens.

O parlamentar entrou ainda com Projeto de Lei Complementar (PLC) 6/20140, que prevê a redistribuição de cargos na Segurança Pública e altera o estatuto da Polícia Civil, agilizando a carreira nos cargos de agente, escrivão e psicólogo de polícia.

Em julho foi aprovado Projeto de Lei de autoria de Eskudlark que denomina a Diretoria de Investigações Criminais (Deic) de "Delegado Renato José Hengdes", recentemente falecido e que foi diretor deste departamento.

LEI DO ABASTECIMENTO

Já virou lei estadual, desde o início de 2014, o projeto apresentado pelo deputado Eskudlark que proíbe o abastecimento de combustíveis além do limite da trava automática das bombas. O objetivo é a proteção do meio ambiente e segurança de motoristas e frentistas, pois impede que os gases saiam do tanque do carro.

AGENDA **DEFESA DE INICIATIVAS QUE ESTIMULAM A ECONOMIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Projeto de Mauricio Eskudlark em tramitação, permite que os grupos escoteiros



catarinenses, declarados de utilidade pública, possam captar recursos junto às empresas de suas cidades, que obterão descontos proporcionais no ICMS.

Ao longo do ano, o deputado também prestou homenagem a empresas e entidades que estimulam a economia e as ações sociais no Estado. Foi o caso da Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina (Sicoob Central), por exemplo.

Na mesma linha, por indicação de Eskudlark, o engenheiro Paulo Sturmer, diretor da Construtora Macodesc, de São Miguel do Oeste, recebeu a Comenda do Mérito Legislativo Catarinense.

DESENVOLVIMENTO **INTEGRAÇÃO REGIONAL E FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS.**

Diversas entidades comunitárias, de assistência social, esportivas, culturais, de educação especial, entre outros, além de prefeituras, têm sido atendidas com apoio, intermediação de convênios e recursos e projetos de utilidade pública, ao longo do mandato do deputado Mauricio Eskudlark.

Destaca-se, nesse contexto, a liberação de recursos do governo mediante convênio com a Prefeitura de Bandeirante, para a instalação de internet e telefonia móvel em todas as comunidades do interior.

Defesa de pleitos do setor de Agricultura e de Infraestrutura, como melhorias para as rodovias catarinenses e a federalização de trechos das SCs 163 e 283, também foram objeto de ações do parlamentar junto aos governos estadual e federal.





MAURO DE NADAL

PMDB

Idade: **43 anos**

Formação/Profissão: **Advogado**

Base Eleitoral: **Extremo-Oeste e Oeste**

Mandatos: **2011/2015**



FOCO MANDATO DIRECIONADO PARA REIVINDICAÇÕES DA SOCIEDADE.

A atividade parlamentar desenvolvida em 2014 ficou mais concentrada no primeiro semestre, em razão do período eleitoral. Mas nem por isso o ritmo foi menos acelerado, na busca por atender e encaminhar as demandas das comunidades que o deputado Mauro de Nadal representa, especialmente das regiões Extremo-Oeste e Oeste de Santa Catarina.

Entre as preocupações trazidas ao Parlamento, destacam-se a distribuição mais justa de recursos entre União, Estados e Municípios, através de um novo Pacto Federativo, assunto que o deputado por seguidas vezes manifestou-se no Plenário da Casa; as enchentes, que no final de junho atingiram municípios banhados pelo Rio Uruguai, e a constante reivindicação pela reforma e reabertura da Ponte na BR-158, que liga Palmitos ao Rio Grande do Sul.

O deputado Mauro de Nadal destaca a importância econômica da ligação da ponte para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Segundo o deputado, trata-se de um corredor para escoar a produção de alimentos dessas importantes regiões brasileiras. O deputado vai continuar cobrando do DNIT de Cruz Alta (RS), responsável pela

ponte, agilidade na entrega das obras e a reabertura também para veículos pesados que transportam as cargas e abastecem a agroindústria da região.

Segundo Mauro de Nadal a busca por melhorias das condições da Saúde para a região motivou o apoio à construção de Policlínicas, como a de São Miguel do Oeste, com uma área de 2,5 mil metros quadrados e investimentos de R\$ 8,3 milhões pelo Governo do Estado.

Na área da Educação, o deputado manteve a sua atuação centrada na liberação de recursos para as Casas Familiares Rurais, com a realização de um convênio na ordem de R\$ 641 mil, dando garantias de continuidade ao ensino dos filhos de agricultores.

MATÉRIAS APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI.

Nesta legislatura, o deputado Mauro de Nadal apresentou diversos projetos de lei e indicações aos governos estadual e federal. Em destaque, entre os Projetos de Lei que tramitam na Assembleia Legislativa, estão os PLs 277.6/14 e o 167.1/14.

A primeira proposta dispõe sobre o procedimento para retirada de animais mortos das propriedades rurais e sua adequada destinação no estado. Segundo



o deputado Mauro de Nadal, o projeto estabelece que, dependendo da causa da morte, os animais poderão ser destinados para transformação em farinha de carne, gordura animal e fertilizantes.

O PL 167.1/14 é direcionado à área da Educação. Tem por objetivo oportunizar aos ex-alunos da rede pública voltarem a frequentar turmas gratuitas de pré-vestibular. Segundo o deputado, esta é mais uma oportunidade para que os jovens voltem a se preparar melhor para enfrentar o vestibular, e assim, poderem continuar os estudos no ensino superior.

ATUAÇÃO PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE TRABALHO.

Pelo segundo ano consecutivo, o deputado Mauro de Nadal foi indicado para presidir uma comissão permanente – em 2013 foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Neste ano de 2014, o deputado coordenou as atividades da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Até o fechamento deste relatório, foram realizadas 16 reuniões ordinárias e oito reuniões extraordinárias, onde foram avaliados 91 Projetos de Lei, 193 Ofícios, quatro Projetos de Lei Complementar e duas Medidas Provisórias.





MOACIR SOPELSA

PMDB

Idade: **67 anos**

Formação/Profissão: **Produtor Rural**

Base Eleitoral: **Meio-Oeste**

Mandatos: **1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



ATUAÇÃO MANDATO MARCADO PELA IDENTIDADE REGIONAL.

Como sempre fez no desempenho das atividades parlamentares, em 2014 o deputado Moacir Sopelsa direcionou sua atuação em defesa dos interesses catarinenses, em especial para as regiões com atuação mais efetiva do seu mandato. Com o ativo gabinete parlamentar de número 35 atendendo demandas de administrações e legisladores municipais, lideranças empresariais e comunitárias, Sopelsa também abre espaço para delegações escolares e grupos de idosos em visita à Capital. O chimarrão e o apoio de sua equipe de colaboradores são marcas de um trabalho reconhecido, que este ano resultou em mais uma reeleição, para o quinto mandato consecutivo na Assembleia Legislativa.

Ativo articulador, Sopelsa mobilizou peemedebistas para uma sessão memorável em homenagem aos 48 anos do partido mais longevo na atual quadra política brasileira. Ele mesmo, na ocasião, prestou homenagens aos ex-deputados Luiz Suzin Marini e Cid Pedroso (in memoriam). Luizinho, que chegou a presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) abriu espaço para Sopelsa na política, desde Concórdia, onde ambos foram prefeitos. Cid também foi desembargador no Tribunal de Justiça e deixou sua marca na história do PMDB.

Entre outras homenagens expressivas, vale registrar duas sessões externas da Assembleia em Concórdia, pela passagem

dos 80 anos de emancipação do município e pelos 30 anos de atividade da Sicoob / Crediauc como importante cooperativa de fomento ao desenvolvimento do Alto Uruguai Catarinense.

O deputado também defendeu interesses locais para garantir investimentos na Saúde, especialmente em hospitais de Concórdia, Joaçaba, Xanxerê, Seara e Ponte Serrada, e para obras de Infraestrutura, como as rodovias estaduais entre Jaborá e Ouro, o trecho entre Jaborá e a BR-153, o contorno rodoviário de Concórdia e de Seara.

LEITE ADULTERAÇÃO DE LEITE PREJUDICA PRODUTOR HONESTO.

Prisões de adulteradores de leite, em ações coordenadas pelo Gaeco e com a participação dos órgãos de inspeção estadual e federal, repercutiram na Assembleia Legislativa.

O deputado Moacir Sopelsa provocou uma reunião da Comissão de Agricultura para apurar a extensão dos prejuízos na cadeia do leite, pois o crime cometido por algumas pessoas causou a redução do consumo, inclusive de derivados, prejudicando a imensa maioria dos produtores, que são honestos, investem em instalações, na sanidade e no melhoramento genético dos seus rebanhos para entregar leite de qualidade.



A indústria também precisou reduzir margens para tentar recuperar a confiança do consumidor. Mas o preço do leite caiu e o produtor amargou o prejuízo, sem ter culpa.

Motivo suficiente para o deputado Sopelsa cobrar mais rigor no combate ao crime praticado por gente inescrupulosa que, com o afã de ganhar mais, compromete a saúde das pessoas. **“Tem que prender quem faz isso”**, diz o deputado.

LIDERANÇA É DESAFIO EM ANO ELEITORAL

A experiência do deputado Moacir Sopelsa foi posta à prova num ano eleitoral, quando foi escolhido líder do PMDB, função inédita em sua vida parlamentar.

No exercício da liderança, teve participação direta nos entendimentos para definir as coligações proporcionais, que resultaram na renovação da maior bancada com representação na Assembleia Legislativa, que – à exemplo de 2010 – elegeu dez deputados para a próxima legislatura.

O deputado Sopelsa também organizou ações coletivas dos deputados peemedebistas no Plenário, conduzindo a bancada em apoio ao governo nas votações importantes, como a da Lei Orçamentária Anual.





NARCIZO PARISOTTO DEM

Idade: **68 anos**

Formação/Profissão: **Pastor Evangélico**

Base Eleitoral: **Oeste e Meio-Oeste**

Mandatos: **1995/1999, 1999/2003,
2003/2007, 2007/2011, 2011/2015,
2015-2019**



COMPROMISSO EM DEFESA DA FAMÍLIA CATARINENSE, PARISOTTO CONCLUI MAIS UM MANDATO.

O deputado Narcizo Parisotto concluiu neste ano mais um mandato na Assembleia Legislativa. Reeito em outubro para sua sexta legislatura consecutiva, o parlamentar manterá os mesmos objetivos para o novo mandato: propor e apoiar ações de governo voltadas ao bem-estar do cidadão, auxiliando prefeitos e vereadores do Estado, além da defesa da família catarinense.

Parisotto foi membro de quatro comissões permanentes da Assembleia em 2014: a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), considerada uma das mais importantes; a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, Comissão de Prevenção e Combate às Drogas e a Comissão de Agricultura e Política Rural.

A longa experiência e o trabalho desenvolvido por ele renderam-lhe uma homenagem do Parlamento catarinense. Parisotto recebeu, em agosto, o Título de Mérito Legislativo Catarinense, durante a Sessão Especial em homenagem aos 180 anos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

PREOCUPAÇÃO COM A INFÂNCIA

Narcizo Parisotto apresentou em 2014 um Projeto de Lei voltado à prevenção de acidentes com crianças. O PL 66/2014 instituiu a Semana de Conscientização Sobre Acidentes Domésticos com Crianças no Estado de Santa Catarina, ocorrendo sempre na semana do dia 12 de agosto. A proposta foi aprovada por unanimidade e sancionada pelo governador Raimundo Colombo. Resultou na Lei Estadual nº 16.423, de 26 de junho de 2014.

Entre os objetivos da Semana de Conscientização, estão o estímulo ao cuidado com o uso e o armazenamento de medicamentos e substâncias químicas que possam gerar risco à saúde; cuidados com equipamentos elétricos; cuidados com a locomoção de crianças em apartamentos; cuidados no uso de elevadores, piscinas, no trato com animais de estimação e com a presença de crianças em cozinhas.

Ao apresentar o projeto de lei, Parisotto



lembrou que muitas vezes os acidentes domésticos causam mortes ou lesões irreversíveis, deixando sequelas físicas e psicológicas não apenas nas vítimas, mas em toda a família. *“As quedas, queimaduras e ingestão de produtos tóxicos estão entre os acidentes domésticos mais comuns envolvendo crianças. Estudos mostram que as crianças não têm um completo domínio de noções como distância, velocidade, tempo, espaço, ao mesmo tempo em que sentem necessidade de descobrir o mundo ao seu redor e gastar toda sua energia. Isso predispõe crianças a acidentes, sobretudo quedas, o que*

exige cuidados preventivos por parte dos adultos”, argumentou o deputado.

HOMENAGEM À IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR

Em fevereiro, o deputado Narcizo Parisotto foi o responsável pela sessão especial organizada pela Assembleia Legislativa para homenagear os 62 anos de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil.

As dependências do Plenário Osni Regis ficaram lotadas de seguidores da Igreja do Evangelho Quadrangular. Parisotto destacou os trabalhos sociais promovidos pela entidade em Santa Catarina, onde estão instalados 702 templos. *“Fazemos um trabalho de recuperação, reinserção e valorização do ser humano”,* resumiu o deputado.

Entre as principais ações sociais da igreja está a recuperação de dependentes químicos. *“Acolhemos pessoas com vícios em drogas que já estão desistindo de viver. O Evangelho tem o grande poder de valorização destas pessoas”,* explicou Parisotto. Depois do tratamento, a igreja procura oferecer oportunidade de emprego aos ex-dependentes por meio de diversas parcerias com a iniciativa privada.

O presidente nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, Mario de Oliveira, prestigiou a homenagem. Prefeitos de várias cidades, entre eles, Cesar Souza Junior (Florianópolis) e Udo Döhler (Joinville), também compareceram.





NEODI SARETTA

PT

Idade: **50 anos**

Formação/Profissão: **Advogado**

Base Eleitoral: **Oeste e Meio-Oeste**

Mandatos: **1995/1999, 1999/2000 e 2011/2015**



CONSUMIDOR DIREITO DO CONSUMIDOR ESTÁ ENTRE AS BANDEIRAS DEFENDIDAS POR SARETTA.

A atuação do deputado estadual Neodi Saretta tem sido forte, representando toda a população de Santa Catarina. Somente no atual mandato, ele apresentou mais de 50 Projetos de Lei, dos quais 13 foram aprovados e transformados em Lei. Saretta também é autor de quatro Projetos de Emenda Constitucional e já percorreu mais de 200 mil quilômetros em atividades pelo estado.

O ano de 2014, foi marcado pela continuidade desse trabalho. Os direitos dos consumidores catarinenses foram lembrados através da apresentação de dois importantes projetos. O primeiro deles, o PL/0030.7/2014, busca extinguir a tarifa de água. Atualmente, mesmo que não haja consumo de água, o morador em Santa Catarina precisa pagar a tarifa mínima. A CASAN, por exemplo, cobra R\$29,92 pela utilização de até 10 m³ durante um mês. O projeto portanto, prevê que o consumidor residencial ou industrial pague efetivamente pelo que consumiu. Saretta enfatiza que a proposta visa corrigir uma injustiça econômica, visando o pagamento somente do que for efetivamente consumido, além de incentivar o uso consciente e racional dos recursos hídricos. Ao pagar exatamente pelo que utilizou de água, o consumidor terá estímulo para economizar.

Já o PL/0054.4/2014, torna obrigatória

a inserção de protocolos referentes às reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina. Saretta justifica o projeto como um meio de proteção aos direitos do consumidor catarinense. **“O projeto tem o intuito de fazer com que essas empresas prestadoras desses serviços, confirmem ao consumidor que a reclamação, solicitação de serviços e pedidos de informações foram recebidas, encontram-se registradas em seu sistema, e que de fato, foram verificadas com a devida atenção”**, destaca Saretta, que ainda enfatiza o fato de que este projeto, não acarretaria nenhum custo para o Estado e, nem mesmo, custo adicional para as empresas.

SAÚDE MAIS SAÚDE PARA TODOS.

Na área da Saúde, o deputado destaca a importância de que especialidades médicas estejam disponíveis também no interior do Estado. Com isso em mente, Saretta apresentou o Projeto de Lei nº 69/2014, que busca a criação do Programa Saúde Itinerante.

O projeto busca por meio de atendimentos itinerantes de saúde, com ações coletivas e integradas, atender as localidades carentes de especialidades médicas, recursos laboratoriais e ambulatoriais.

A ideia é de que estes atendimentos itinerantes de saúde, compreendam além de exames clínicos, laboratoriais e procedimentos ambulatoriais, a orientação à população quanto a procedimentos e cuidados relativos às especialidades podendo, bem como, a difusão de informações e orientação quanto aos cuidados preventivos relativos à saúde da mulher, do homem, da criança e do adolescente.

Saretta explica que este projeto pode melhorar a qualidade de vida dos cidadãos catarinenses, carentes de acesso à saúde de qualidade.



SEGURANÇA

Segurança é outro grande tema abordado constantemente por Saretta, que cobra através de proposições e pronunciamentos em Plenário, melhorias nas delegacias, ampliação no efetivo policial entre outras questões voltadas para a segurança da população.

Conforme Saretta, o clima de insegurança é evidente em todas as regiões catarinenses e o aumento do efetivo policial, tanto militar quanto civil, se faz necessário.

“Na década de 1980, Santa Catarina contava com uma população de 3,2 milhões de pessoas e 11 mil policiais. Hoje temos 6,8 milhões de habitantes e o número de policiais se manteve praticamente o mesmo. Precisamos e merecemos um Estado seguro”, argumenta Saretta.





NILSO BERLANDA
(Suplente)
DEM

Idade: **52 anos**
Formação/Profissão: **Empresário**
Base Eleitoral: **Curitibanos**



DEFESA DO SETOR PRODUTIVO CATORINENSE

Nilso Berlanda reassumiu o mandato de deputado pelo Partido Democratas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, comprometido com a defesa do setor produtivo catorinense.

"A economia do Estado está entre as mais vigorosas do país, um mérito compartilhado por empresários, trabalhadores e produtores rurais. Mas são necessários muitos ajustes para torná-la ainda mais competitiva

e preservar as conquistas de gerações anteriores", considera.

Nilso é natural de Nova Itaberaba, à época distrito de Chapecó - e fundador de uma das maiores redes de varejo do estado.

Em 1991, com apenas um carro, uma linha telefônica e um terreno, abriu a primeira loja de móveis e eletrodomésticos em Curitibanos, no Planalto Central do Estado. Hoje a Berlanda tem 202 unidades em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, gerando mais de 2 mil empregos diretos.

O apoio às empresas de micro e pequeno porte, o esforço por obras de infraestrutura - como a duplicação das BRs 470 e 280 - estão entre as prioridades do deputado Demócrata. *"Santa Catarina ainda tem regiões que sofrem com a desigualdade econômica e necessitam de investimentos urgentes para conter o êxodo rural e promover o crescimento", alerta Berlanda.*



NILSON GONÇALVES

PSDB

Idade: **64 anos**

Formação/Profissão: **Advogado e**

Comunicador de Rádio e TV

Base Eleitoral: **Joinville e**

Região Norte

Mandatos: **1999/2003, 2003/2007,**

2007/2011 e 2011/2015



A FAVOR DO CATARINENSE INCANSÁVEL NAS REIVINDICAÇÕES PARA O NORTE DO ESTADO.

Ocupando o cargo de deputado estadual por 16 anos ininterruptos, Nilson Gonçalves sempre trabalhou em prol do catarinense. O parlamentar não mediu esforços para atender as demandas reivindicadas pela população, tendo como foco principal a região Norte do Estado.

O deputado apresentou mais de 200 Projetos de Lei na Assembleia Legislativa, um total de 374 Indicações, 1.383 Requerimentos, 33 Pedidos de Informação e 113 Moções. Das muitas conquistas, o parlamentar destaca a Delegacia de Polícia Móvel para a 2ª DRP de Joinville, a aquisição de duas ambulâncias para os Bombeiros Voluntários do Norte do Estado e o repasse de recursos para diversos municípios.

Só em 2014, foram mais de R\$ 2 milhões repassados às prefeituras por meio de convênios. Os municípios beneficiados foram Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul, Schroeder, São João do Itaperiú, Araquari, Barra Velha, Garuva, Itapoá e Balneário Barra do Sul.

A Casa Amarela, nome carinhoso dado ao escritório regional do deputado em Joinville, sempre esteve com as portas abertas para a comunidade. No local, inúmeras famílias receberam atendimento nas mais diversas áreas.

Destaques para as oficinas profissionalizantes, foram mais de 300, com oferta de cursos de panificação, manicure, artesanato e culinária. **“Mais de 3 mil pessoas tiveram a oportunidade de aprender um novo ofício**

dentro da nossa Casa Amarela. Isso me enche de orgulho. Um espaço feito de gente que pensa no outro. É a divisão dos saberes para uma comunidade melhor”, enaltece Nilson.

Além dos workshops, o espaço ofereceu em 2014, orientações sobre aposentadoria, atendimento jurídico, apoio às gestantes carentes e encaminhamentos à assistência médica, social e habitacional.

ENERGIA PROPOSTA PROÍBE O CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA EM RESIDÊNCIA QUE TENHA PESSOA DOENTE.

Preocupado com a preservação da vida e a saúde dos catarinenses, o deputado Nilson Gonçalves apresentou o Projeto de Lei nº 0082.8/2014, que proíbe a concessionária de energia elétrica de efetuar o corte de fornecimento em residência que tenha, entre seus membros, pessoa doente que faz uso de equipamentos elétricos.

Para o parlamentar, é preciso compreender a fragilidade do cidadão que necessita do uso continuado de tais equipamentos. **“Verifica-se a existência de muitos casos em que as concessionárias de energia interromperam o serviço e colocaram em risco a vida do doente. É preciso**

preservar a vida da população”, destaca o deputado.

Caso a matéria seja aprovada, poderão usufruir do benefício as famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, e que cumpram os requisitos necessários e que comprovem a dependência do uso continuado dos equipamentos elétricos.

PREVENÇÃO DEPUTADO APOIA A INCLUSÃO DE DISCIPLINA DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS NAS ESCOLAS.

Como luta incessante, o deputado Nilson Gonçalves cita a prevenção ao uso de drogas nas escolas. O parlamentar defende a inclusão de conteúdo relacionado à prevenção e ao combate ao uso de drogas na rede de ensino público e particular.

“O trabalho para o enfrentamento às drogas é a prevenção, principalmente aos seres em formação, aqueles que não tiveram contato com as drogas e perfazem o dia-a-dia das escolas catarinenses”, afirma o deputado.

Nilson ainda lembra que são inúmeras as tentativas do Parlamento na formulação de projetos acerca do tema, mas, infelizmente, muitos deles sem sucesso.





PAULO FRANÇA (Suplente)

PMDB

Idade: **62 anos**

Formação/Profissão: **Engenheiro Civil**
Base Eleitoral: **Vale do Itajaí**



MANDATO COM FOCO NA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

COMPROMISSO EM VIABILIZAR E DAR CELERIDADE AOS PROJETOS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO PLANEJADO DE SANTA CATARINA

Paulo França, quarto suplente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, assumiu em 27 de maio uma cadeira na Assembleia Legislativa, onde substituiu Romildo Titon e Valdir Cobalchini durante cinco meses de atuação. Em 2010 foi candidato a deputado estadual e conquistou 25.337 votos.

Durante o mandato, Paulo França integrou as Comissões de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de Legislação Participativa e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. E em substituições em outras

comissões, contribuiu com ações de interesse dos catarinenses como a formalização da Região Metropolitana de Florianópolis.

Submeteu projetos de lei para a denominação do ginásio de esportes da EEB Ivo D'Aquino, como "Centro Poliesportivo Adolfo Soares" e do ginásio de esportes da EEB Frei Godofredo, como "Centro Poliesportivo Ludwig Xavier Schramm, ambos no município de Gaspar, homenageando cidadãos importantes na Educação do município. O deputado propôs ainda a realização de sessão solene, em Blumenau, no dia 25 de março de 2015 para a comemoração dos 50 anos da APAE.

Em parceria com órgãos estaduais e municipais, trabalhou para alavancar obras importantes como a implantação da nova SC-

108 em Blumenau; revitalização da SC-414, em Luís Alves; pavimentação do Morro do Serafim, em Gaspar; construção da terceira ponte de Indaial; projeto de reurbanização da SC-416, em Pomerode e estadualização para elaboração de projeto da SC-420, em Gaspar.

Trabalhou também para a desapropriação do terreno para construção do Complexo Penitenciário de Blumenau; desapropriação do imóvel da antiga Lancaster para abrigar o 10º Batalhão de Polícia Militar; desapropriação de imóvel para sediar a Delegacia de Polícia de Gaspar e acompanhamento dos convênios do Fundam no Vale. Além de audiências em Brasília para tratar da liberação de recursos do PAC aos municípios e a prospecção de financiamentos junto ao CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina).



PADRE PEDRO BALDISSERA

PT

Idade: **57 anos**

Formação/Profissão: **Filósofo, Teólogo e Pedagogo. Padre Católico**

Base Eleitoral: **Oeste e Extremo-Oeste**
Mandatos: **2003/2007, 2007/2011 e 2011/2014**



ATUAÇÃO **POLÍTICAS INTEGRADAS DIRIGIDAS ÀS REGIÕES** **E RESPEITO AOS RECURSOS PÚBLICOS.**

Projetos e ações do mandato do deputado Padre Pedro Baldissera têm como foco a defesa da vida, seja na Agricultura Familiar e Camponesa, Infraestrutura, Educação, Saúde e respeito aos recursos públicos.

Neste ano, a primeira vitória aconteceu com a aprovação da PEC 05/2013, apresentada por Padre Pedro. A mudança garante maior participação da sociedade civil nos conselhos estaduais (75% das cadeiras), o que na prática significa maior fiscalização e direcionamento da sociedade sobre a utilização dos recursos públicos.

Depois de assumir interinamente a presidência da Assembleia Legislativa, Padre Pedro intensificou as articulações para a aprovação de projetos, principalmente de infraestrutura e dirigidos à agricultura familiar e camponesa. O primeiro é o Projeto de Lei nº 561/2013, que cria uma política específica dirigida à bacia leiteira da mesorregião do Oeste, responsável por 70% da produção catarinense.

Uma medida positiva ao longo do ano é a revisão da terceirização da alimentação escolar. O mandato foi contrário à medida e apresentou projeto prevendo o mínimo de 50% dos recursos para compra da alimentação escolar diretamente dos agricultores familiares das regiões. Em dezembro o Estado confirmou, inicialmente, 18 cooperativas fornecendo 22% dos alimentos consumidos, e o fim da terceirização.

Outra questão importante foi a federalização da SC-163, que liga São Miguel do Oeste à Itapiranga. *“É uma questão que envolve o*

desenvolvimento de toda a região Oeste do Estado, porque reduz custos e garante segurança a mais de 20 municípios”, explica Padre Pedro. A federalização já foi aprovada e o processo concluído a partir de um inventário entregue pelo Deinfra ao DNIT. A expectativa é que um lote de obras já seja licitado no primeiro semestre de 2015.

COBRANÇA **30 MIL ASSINATURAS CONTRA O SALÁRIO** **VITALÍCIO DOS EX-GOVERNADORES.**

Padre Pedro entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto, mais de 30 mil assinaturas contrárias ao salário vitalício pago aos ex-governadores de Santa Catarina. O parlamentar tem ações na Justiça e na Assembleia contra o benefício de R\$ 28 mil, que considera inconstitucional.

Desde 2006, Padre Pedro luta na Justiça e na Assembleia Legislativa pelo fim do benefício, que consome mais de R\$ 3,5 milhões por ano dos cofres públicos catarinenses. *“É um abuso porque além de inconstitucional é uma injustiça com todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, que lutam uma vida inteira para se aposentar”*, afirmou o parlamentar.



PROJETOS APROVADOS E NOVOS **DESAFIOS**

Um dos mais amplos projetos de Padre Pedro aprovados neste ano foi o 302/2012, que prevê a identificação do fator RH e do grupo sanguíneo dos recém-nascidos nas maternidades públicas, privadas e hospitalares. Muitos adultos somente são submetidos ao teste quando ocorrem acidentes, o que atrasa o atendimento. O projeto foi transformado na Lei nº 16.487/2014, publicada no Diário Oficial de 24 de novembro.

Diversas outras matérias estão na pauta, como a contrapartida do Estado para a habitação rural, a luta pela criação de uma política específica para a agroecologia, o incentivo à agricultura urbana, o apoio aos setores leiteiro, apícola e à economia solidária.

Além disso, Padre Pedro propõe ampliar o debate acerca do acesso público e gratuito à internet. *“Vamos também prosseguir nos debates por gestão hídrica nas regiões e lutar pela expansão e qualificação do ensino superior, em especial, os campi da UFFS, sem esquecer da recuperação necessária do Plano de Carreira do Magistério e de estruturação para o ensino público estadual”*, afirmou.



RENATO LUIZ HINNIG

PMBD

Idade: **61 anos**

Formação/Profissão: **Administrador de Empresas**

Base Eleitoral: **Grande Florianópolis**

Mandatos: **2007/2011 e 2011/2015**



BIOGRAFIA

Deputado estadual por dois mandatos consecutivos, Renato Hinnig despede-se do Parlamento com a certeza de dever cumprido. Mais de 30 projetos de sua autoria tornaram-se importantes leis estaduais. Com o seu apoio setores prioritários da economia catarinense obtiveram conquistas significativas junto ao Poder Executivo, beneficiando a população com mais emprego e renda. Hinnig também teve atuação destacada à frente da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, quando realizou mais de 800 obras, com investimento superior a R\$ 665 milhões. Mas, a principal conquista do deputado foi a efetivação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), lei sancionada em 2014 pelo Governo do Estado e que foi proposta e defendida por Hinnig.

A RMF garante a um milhão de catarinenses a possibilidade de soluções para problemas de interesse comum, com acesso a recursos federais. Nove municípios passam a compor a região. "A região metropolitana vai facilitar financiamentos e acesso a políticas nacionais que os municípios não teriam de forma isolada. Problemas como os de mobilidade urbana e saneamento, por exemplo, passarão a ter soluções efetivas", destaca.

O deputado também foi responsável pelo debate do tema Mobilidade Urbana, na ALESC. O parlamentar acompanhou de perto as tratativas para a contratação de um estudo do Governo do Estado junto ao BNDES para realizar um plano



de mobilidade urbana, com informações precisas sobre a problemática na Grande Florianópolis; participou das tratativas das obras do Contorno Viário da Grande Florianópolis; e propôs discussões junto aos segmentos envolvidos para a criação de um sistema cicloviário estadual, projeto de lei de sua autoria.

REGIÃO METROPOLITANA

Foram mais de dois anos de discussões, debate e construção do projeto que efetivou a Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Nesse tempo, o deputado Renato incentivou a participação da sociedade civil, por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Regional e Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (Comdes); e propôs a realização de reuniões, evento e audiência pública sobre o tema. Também intermediou a relação dos municípios envolvidos e de entidades sociais e empresariais com o Governo do Estado. Como resultado, o projeto que legaliza a região foi sancionado pelo governo, incluindo nove municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo

Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Governador Celso Ramos. A SDR da Grande Florianópolis será o órgão de supervisão das políticas públicas da região de forma articulada com a Secretaria de Estado do Planejamento, a qual está vinculada a RMF.

CONTRA O AUMENTO DO IPTU

O deputado Renato foi o único a se posicionar contra o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em Florianópolis, no início de 2014.

Hinnig, que foi procurado pelas entidades que entraram com uma ação na justiça contra o município, afirmou na época que o desenvolvimento econômico da cidade estaria ameaçado, atingindo diretamente empresários e trabalhadores da Capital.

Com a posição do deputado o debate ganhou força no Parlamento e as entidades empresariais venceram a ação contra a prefeitura, que manteve os valores, garantindo o equilíbrio comercial na cidade.



RENO LUIZ CARAMORI

PP

Idade: **68 anos**

Formação/Profissão: **Técnico em Contabilidade / Técnico em Supervisão de Segurança no Trabalho / Empresário**

Base Eleitoral: **Caçador e Região**

Mandatos: **1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011 e 2011/2015**



COMPROMISSO UMA VIDA DEDICADA AOS INTERESSES DOS CATARINENSES.

Atuação diversificada contempla luta pela regularização dos Bombeiros Voluntários, em apoio ao cooperativismo, em defesa das pequenas e micro empresas e da agricultura familiar em Santa Catarina. Apontado como grande incentivador da vitivinicultura no estado.

Reno Caramori completa, em janeiro de 2015, um longo ciclo de serviços públicos prestados aos catarinenses. Como deputado, Reno priorizou questões que, no seu entendimento, concorreram para promover melhor qualidade de vida aos cidadãos e desenvolvimento do Estado. Como um dos dois únicos parlamentares com seis legislaturas consecutivas ainda no exercício, recebeu em 2014 o título do Mérito Legislativo Catarinense, em solenidade que marcou a comemoração dos 180 anos do parlamento estadual.

Reno participou de praticamente todas as Comissões Permanentes, presidiu várias delas, entre estas a de Justiça, de Finanças, de Agricultura, com destaque para a de Transportes e Desenvolvimento Urbano, da qual esteve por maior número de mandatos à frente. Indicou e presidiu várias audiências públicas e pronunciou-se sobre assuntos relevantes no Plenário. Atuou com destaque na defesa do setor cooperativista, que sempre considerou peça imprescindível para impulsionar a economia estadual. Atualmente, é vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo Catarinense.

Simpatizante e defensor dos serviços dos Bombeiros, destacou-se na luta pela

regularização e regulamentação das instituições de Bombeiros Voluntários em Santa Catarina, desde o seu primeiro mandato como prefeito de Caçador. Lamenta que a situação dos Bombeiros Voluntários em Santa Catarina siga indefinida, apesar de todos os esforços envidados pela regulamentação durante mais de 20 anos.

MELHORIAS MANDATO FOCADO NAS REIVINDICAÇÕES DOS CATARINENSES.

A larga experiência como parlamentar contribuiu significativamente para que o deputado Reno Caramori atuasse em defesa de reivindicações não só de sua região, mas também nos assuntos considerados chave para impulsionar a economia catarinense. Entre esses, além da destinação de recursos a várias instituições, através de convênios e subvenções, Reno destacou-se na luta pela melhoria das estradas catarinenses, das BRs 280, 116, 153, 470 e da BR-101, que trouxe morte e tristeza para muitas famílias, além de se tornar uma das principais barreiras para o desenvolvimento econômico estadual.

Membro atuante do MTG/SC – Reno criou a lei que incorporou as atividades do Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina ao calendário oficial de eventos do Estado. Participou ativamente de leilões e deu destaque em Plenário ao excelente trabalho de desenvolvimento genético conseguido pelos pecuaristas e criadores



catarinenses.

DEFESA CIVIL CARAMORI AJUDA A VIABILIZAR SISTEMA ANTI-GRANIZO.

Reno Caramori intermediou com o Governo do Estado a instalação do sistema anti-granizo para a proteção das comunidades urbanas e das áreas cultivadas pelos produtores rurais do Vale do Rio do Peixe, em todos os municípios das SDRs, de Caçador e Videira, onde o granizo é a principal preocupação.

Reno conseguiu junto ao governador Raimundo Colombo R\$ 1 milhão para o custeio de despesas com a operação dos geradores e processos dos insumos.

Participou ainda da elaboração do projeto das pequenas e microempresas, atuou desde o início no projeto do Código Ambiental, defendendo a pequena propriedade, com respeito ao meio ambiente. Por outro lado, marcou posição junto aos órgãos governamentais na questão do saneamento básico, enfatizando a importância do tratamento de esgoto, contra a poluição dos mananciais.



ROMILDO TITON

PMDB

Idade: **60 anos**

Formação/Profissão: **Produtor Rural**
Base Eleitoral: **Meio-Oeste**

Mandatos: **1995/1999, 1999/2003,
2003/2007, 2007/2011, 2011/2015
e 2015-2018**



PRESIDÊNCIA DA ALESC PARLAMENTO ALINHADO ÀS CAUSAS PRIORITÁRIAS DA SOCIEDADE.

Como presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado Romildo Titon liderou discussões fundamentais para o desenvolvimento do Estado e apoiou a aprovação de matérias importantes para a população catarinense. Ele também apoiou ações em benefício ao Meio-Oeste, sua base eleitoral. Em 2014, Titon participou da solenidade de assinatura, em Chapecó, da ordem de serviço para a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e o projeto básico de engenharia do Corredor Ferroviário de ligação do Oeste catarinense e o porto de Itajaí. *“É uma obra fundamental para o Estado, o Oeste e Meio-Oeste, regiões que são referência no agronegócio. A Ferrovia da Integração irá valorizar este importante meio de transporte e melhorar o processo de escoamento da nossa produção”*, destacou Titon.

O deputado ainda apoiou a criação da Frente Parlamentar Mista pela Duplicação da BR-280, iniciativa criada pelo deputado estadual Carlos Chiodini (PMDB). O objetivo é dar celeridade, acompanhar e fiscalizar a contratação e execução das obras de duplicação. A ideia é incluir também o trecho urbano da BR-280, entre Guaramirim e Jaraguá do Sul, extensão de 9 km, que deve ser duplicada pelo governo estadual.

À frente do comando da Assembleia Legislativa, Titon também permitiu que a Casa fosse a primeira do Brasil a ter sua bancada feminina institucionalizada. Com isso, o grupo das deputadas conquistou ainda mais força na defesa de bandeiras como o fortalecimento da participação feminina na política, o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher e a igualdade no mundo do trabalho.

AGENDA TITON CUMPRE AGENDAS NO MEIO-OESTE.

Padrinho dos Bombeiros, o deputado Romildo Titon (PMDB) também participou de eventos no Meio-Oeste, sua base eleitoral. Em Campos Novos e Videira, por exemplo,



ele esteve em cerimônias de entrega de equipamentos para os Bombeiros.

As corporações receberam dois caminhões, um para cada município, do modelo Auto Bomba Tanque e Resgate, tecnologia de ponta no combate a incêndio e no socorro de vítimas de acidentes. Os veículos, que custaram R\$ 450 mil cada, foram adquiridos com recursos do programa Pacto por SC, do Governo do Estado. Em Videira, também foram entregues viaturas para municípios da região.

No dia 12 de outubro, Dia de Nossa Senhora Aparecida, milhares de fiéis acompanham no município de Campos Novos, Meio-Oeste Catarinense, a 37ª Romaria em devoção à Padroeira do Brasil. Devoto da Santa, o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Romildo Titon (PMDB), participou da caminhada de fé, como faz todos os anos. Segundo o parlamentar, a romaria representa a todos os catarinenses uma oportunidade de renovar a esperança através da fé depositada em Nossa Senhora Aparecida.

GESTÃO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEVOLVE R\$ 30 MILHÕES AO ESTADO.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina devolveu, ao final de 2014, aproximadamente R\$ 30 milhões aos cofres do Estado. O montante é referente

à economia feita pelo Parlamento estadual neste ano, o que equivale a 18% do orçamento do Poder Legislativo catarinense.

O anúncio da devolução foi feito pelo presidente da Assembleia, deputado Romildo Titon. Ele reuniu-se com o governador Raimundo Colombo (PSD), na Casa d'Agrônoma, a residência oficial do chefe do Executivo, e fez o comunicado sobre a devolução.

“Cortamos alguns gastos, fizemos economia e vamos fazer a devolução desse valor”, afirmou Titon. “Comunicamos ao governador sobre a devolução, pedimos a ele que direcione esses recursos para a área da Saúde e ele concordou com o nosso pedido”.





SANDRO SILVA (Suplente)

PPS

Idade: **38 anos**

Formação/Profissão: **Professor**

Base Eleitoral: **Norte**



DURANTE 2014, O DEPUTADO SANDRO SILVA (PPS) DESTACOU-SE PELOS PROJETOS NAS ÁREAS DE DIREITO DO CONSUMIDOR E SEGURANÇA PÚBLICA.

O Projeto de Lei nº 280/2012, do deputado Sandro Silva, obriga as empresas de telefonia móvel a disponibilizar ao consumidor, no município no qual é comercializada a respectiva linha, quando solicitado pelo interessado, prospecto contendo informações sobre a sua área de cobertura. Como justificativa do projeto, o deputado destaca que o prévio conhecimento do consumidor acerca da área de cobertura e da qualidade do sinal terá significativa

influência na escolha entre as operadoras.

Membro da Comissão de Segurança Pública, Silva também apresentou, entre os projetos de sua autoria, o PL 14/2014, que obriga as empresas de transporte rodoviário a encaminharem lista com os nomes dos passageiros às Delegacias de Polícia do Estado antes de qualquer viagem de torcedores para eventos futebolísticos em Santa Catarina.

Já o PL 18/2014 estabelece que as torcidas organizadas do Estado deverão manter certidão negativa criminal de cada integrante junto ao cadastro atualizado de seus

associados ou membros. A proposição será encaminhada para a análise da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Sandro Silva (PPS) também é autor do do Projeto de Lei (PL) nº 604/2013, que institui o Dia Estadual pela Paz no Futebol, a ser comemorado no dia 8 de dezembro. A data, disse, para marca o confronto ocorrido na Arena Joinville entre as torcidas do Vasco e do Atlético-PR. *“Esperamos, agora, que as autoridades e profissionais ligados ao futebol utilizem esse dia para trabalhar na conscientização a não violência nos nossos estádios”.*



SARGENTO AMAURI SOARES

PSOL

Idade: **48 anos**

Formação/Profissão: **Bacharel em Ciências Sociais / Sociologia Política / Policial Militar**

Base Eleitoral: **Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, servidores da segurança e funcionários públicos**
Mandatos: **2007/2011 e 2011/2015**



ATUAÇÃO

DEPUTADO DEFENDE MAIS TRANSPARÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS.

O deputado Sargento Amauri Soares (PSOL) ao longo de seus dois mandatos parlamentares apresentou diversos Projetos de Lei para defender a correta aplicação dos recursos públicos. Entre eles, o Projeto de Lei que considera irregular as contas de prefeitos e governador que não cumprem o mínimo constitucional em Educação. Em outra proposta, declara de utilidade pública todo invento industrial e criação científica produzida com dinheiro público.

Mas a principal proposição foi o Projeto de Lei Complementar chamado Conselheiro Cidadão. A iniciativa regulamenta o processo de escolha e aprovação dos sete Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), tornando a escolha democrática e possibilitando a participação de qualquer cidadão habilitado.

O Projeto de Lei Complementar nº 16/2014 adota critérios para a escolha de conselheiros que tenham ficha limpa, formação em área jurídica, contábil, econômica, financeira ou administrativa, além de exercício de, pelo menos dez anos, em atividade profissional em alguma dessas áreas. Ou seja, a proposta fixa critérios objetivos de avaliação e arguição.

“Hoje, os governos que têm maioria de votos das bancadas partidárias no Legislativo indicam quais conselheiros irão fiscalizar as contas do próprio governo, conforme os seus interesses, inclusive eleitorais. O velho compadrio prevalece”, observa Sargento Soares.

Entre as novidades do Projeto, está a criação de uma comissão especial para analisar as candidaturas ao cargo de conselheiro. O PLC também propõe um dispositivo que permite à Assembleia Legislativa sugerir ao Judiciário a perda do cargo de conselheiro em casos de prática de crime de responsabilidade e insuficiência de desempenho.

MAGISTÉRIO

PROFESSORES TÊM DIREITO À MEIA-ENTRADA.

Desde agosto deste ano os professores do ensino básico no exercício da profissão em



Santa Catarina têm o direito ao pagamento de meia-entrada em eventos culturais e de lazer. A Lei nº 16.448/2014 é de autoria do deputado Sargento Amauri Soares (PSOL) e, depois de 42 meses em tramitação, foi sancionada pelo governador no dia 8 de agosto de 2014.

O parlamentar vê na proposta uma grande conquista da classe do magistério, que muitas vezes não tinha acesso ao consumo de cultura, devido ao fator financeiro.

O texto estabelece que *“o efetivo exercício de função de magistério será*

comprovado, no ato de aquisição do ingresso, mediante apresentação da cédula de identidade e do contra-cheque relativo à última remuneração”.

Além da criação da meia-entrada para professores, o deputado Sargento Amauri Soares defende justiça salarial, através do pagamento do piso nacional do magistério, sem achatamento de salários, e a qualificação profissional.

POLÍCIA MILITAR FEMININA

O deputado Sargento Soares apresentou Projeto de Lei que cria o Dia Estadual da Policial Militar Feminina, a ser comemorado anualmente em 10 de fevereiro. O objetivo do Projeto de Lei nº 209/2014 é homenagear e reconhecer as policiais femininas que dedicam sua vida profissional à ajudar a sociedade.

“É um avanço para a Segurança Pública e para a sociedade ter um contingente de policial feminina porque a sociedade é universal, não é só masculina, e a maior parte é de mulheres”, destaca o parlamentar. A data foi escolhida porque o dia 10 de fevereiro de 1983 foi criado o primeiro Pelotão da Polícia Militar Feminina no Estado.





SILVIO DREVECK

PP

Idade: **61 anos**

Formação/Profissão: **Administrador**
Base Eleitoral: **Planalto Norte**

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



ATUAÇÃO **LUTA PARA QUE A UNIÃO REVISE A** **DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PARA CORRIGIR** **DESEQUILÍBRIOS.**

Neste ano de eleições, o vice-líder do Partido Progressista, deputado Silvio Dreveck, continuou sua defesa em favor dos municípios. Em seus pronunciamentos na tribuna da Assembleia Legislativa, Dreveck



fez apelos para que seja feita, urgentemente, a revisão na distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios.

Para o deputado, nas últimas duas décadas houve um aumento na responsabilidade dos municípios brasileiros no gerenciamento de serviços públicos como Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e Educação.

Do ponto de vista funcional, a municipalização proporciona maior eficácia aos serviços, já que as autoridades municipais estão mais próximas da comunidade e entendem melhor as necessidades locais.

Por outro lado, Dreveck afirmou que não houve uma contrapartida financeira na mesma proporção por parte do Governo Federal. *“O que se vê agora é um desequilíbrio entre a quantidade de serviços municipalizados e o repasse necessário para que os municípios façam frente às suas tarefas”,* argumentou Dreveck.

O deputado destacou que a concentração de recursos no âmbito federal foi motivada por fatores que acontecem desde a criação dos fundos de estabilização, que se transformaram em impostos e não foram compartilhados com os estados e municípios. Também citou as desonerações e a redução nos impostos (IPI) de produtos da linha branca e automobilísticos como agravantes,

já que estas medidas acarretaram em cortes dos repasses para os municípios. *“É preciso, urgentemente, dar celeridade no debate para a criação de um pacto federativo no qual os municípios possam ter uma receita compatível com seus investimentos e despesas. Através da ação conjunta de nossas autoridades federais, do Executivo e do Legislativo será possível criar uma situação mais evoluída para o país”,* defendeu Dreveck.

SAÚDE **DREVECK SOLICITA EMPENHO NO REAJUSTE DA** **TABELA SUS.**

Outro apelo recorrente nos pronunciamentos de Silvio Dreveck na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2014 foi a falta de reajuste da tabela SUS. A tabela Sistema Único de Saúde, que é utilizada para pagamentos de exames, internamentos, cirurgias, diárias e outros serviços, não é reajustada há mais de 12 anos. A defasagem deste período é acima de 170%.

Dreveck, que já foi secretário da Saúde em São Bento do Sul, afirmou que um dos grandes problemas da área é a falta de recursos para o custeio do dia a dia.

“O problema da Saúde no país não irá ser resolvido apenas com construção de hospitais ou postos de saúde, já que não há recursos suficientes para mantê-los. Quem acaba pagando a conta são os municípios que se veem obrigados a investir mais do que suportam na área, acima dos 15% estabelecidos por lei. Uma situação insustentável”, argumentou o deputado.

Por sugestão de Silvio Dreveck, a bancada do PP encaminhou uma Moção dirigida à Presidência da República, ao Ministério da Saúde e ao Fórum Parlamentar Catarinense solicitando a urgente reposição dos valores da tabela SUS.

DIREITO DO CONSUMIDOR **TRABALHO PARA MELHORAR A TELEFONIA** **CATARINENSE.**

Ao término da CPI da Telefonia Móvel de SC, presidida por Silvio Dreveck, a operadora TIM assumiu o compromisso de instalar 600 novas antenas até dezembro de 2015, garantindo sinal de telefonia em todos os municípios catarinenses e internet gratuita nas escolas rurais.

Para possibilitar o cumprimento da meta, é preciso dar agilidade no licenciamento ambiental das antenas. Silvio Dreveck realizou diversas audiências com o presidente da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), que se comprometeu em disponibilizar uma equipe dedicada às instalações de antenas. Também está sendo estudada a alteração do processo de licenciamento a fim de reduzir a burocracia.





VALDIR COBALCHINI

PMDB

Idade: **51 anos**

Formação/Profissão: **Advogado**

Base Eleitoral: **Caçador e Meio-Oeste**

Mandatos: **2007/2011, 2011/2015 e 2015/ 2018**



INFRAESTRUTURA DEPUTADO LIDEROU A IMPLANTAÇÃO DO PACTO POR SANTA CATARINA NAS RODOVIAS DO ESTADO.

O deputado Valdir Cobalchini encerrou neste ano seu trabalho de secretário de Estado da Infraestrutura, onde liderou no setor a implantação do Pacto por Santa Catarina. Foram mais de R\$ 2,6 bilhões de investimentos em projetos e obras de implantação de novas rodovias, duplicação, recuperação e restauração de pontes e viadutos.

Obras como a duplicação da SC-401, trecho entre o trevo de Jurerê e Canasvieiras, saíram do papel beneficiando a população do Norte da Ilha de Santa Catarina. Ainda na Capital, iniciaram as obras de duplicação da SC-403 e a construção da terceira faixa da SC-401. **"Foi o maior pacote de obras já implantado em único período de Governo"**, destaca o deputado.

Nesse período, de janeiro de 2010 a abril de 2014, foram realizadas obras em todas as regiões do Estado, como a duplicação do acesso à Chapecó, no Oeste do Estado, e o início da construção da Via Rápida, em Criciúma. No Meio-Oeste, base do deputado Cobalchini, mais de R\$ 200 milhões estão sendo investidos em recuperação de rodovias, além da recuperação da nova travessia de Caçador, com a construção de dois elevados.

Como secretário de Infraestrutura, o deputado destaca a implantação do programa de redução de pontos críticos nas rodovias do Estado. A partir de um estudo elaborado pela Polícia Militar e pelo Deinfra, os novos projetos de implantação ou recuperação de rodovias passaram a apontar os locais com maior número de acidentes com vítimas e a fazer obras cirúrgicas nesses pontos.

Outro trabalho destacado por Cobalchini nesse período foi a utilização de reeducandos do sistema prisional no trabalho de limpeza e roçada das margens das rodovias. Através de um convênio com a Secretaria de Justiça e Cidadania, apenados de oito regiões do Estado realizam esse trabalho.

Também foi desenvolvido o programa de apoio aos municípios, com a liberação de recursos através de convênios que são investidos em manutenção e conservação de estradas do interior, além de pavimentação de vias urbanas.

DESENVOLVIMENTO SC COM 100% DOS MUNICÍPIOS COM ASFALTO.

Na Secretaria de Infraestrutura, o deputado Valdir Cobalchini concluiu o programa do Governo do Estado de ter pelo menos um acesso asfaltado em cada um dos 295 municípios. Durante a sua gestão foram concluídos os acessos à Mirim Doce, Macieira,



Anitápolis, Entre Rios, Abdon Batista, Paial e Chapadão do Lajeado.

Esse desafio, de acordo com Valdir Cobalchini, começou com o ex-governador Luiz Henrique e foi concluído no atual Governo. **"Foi um grande programa, iniciado lá no ano de 2003, quando tínhamos mais de 50 municípios sem acesso asfaltado, e que colocou Santa Catarina como um dos únicos Estados do país a ter todos os seus municípios com pelo menos uma rodovia pavimentada"**, explica o deputado.

MEIO AMBIENTE PROJETO VISA DESBUROCRATIZAR LICENÇAS.

Projeto de Lei do deputado Valdir Cobalchini (PMDB) que flexibiliza o licenciamento ambiental para obras públicas e de interesse público já foi aprovado nas comissões de Constituição de Justiça e de Meio Ambiente. Está agora na Comissão de Transportes para depois seguir ao Plenário da Alesc.

O projeto prevê, entre outros pontos, que obras como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que demandarem extração de pedras, unidade de britagem, usina de asfalto e supressão de vegetação, sejam avaliadas em um único estudo e não separadamente como ocorre hoje.

Trabalhos de revitalização, recuperação e restauração de rodovias e extração de cascalho (este último restrito aos municípios), serão dispensados do licenciamento ambiental, necessitando para a regularização, uma Autorização Ambiental (AUA) expedida pela Fatma ou Fundação Municipal habilitada.





VALMIR COMIN

PP

Idade: **53 anos**

Formação/Profissão: **Técnico em Edificações**

Base Eleitoral: **Sul do Estado**

Mandatos: **1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 e 2015/2018**



COMPROMISSO ATUAÇÃO FOCADA NA MELHORIA DE VIDA DOS CATARINENSES.

Buscar melhorias constantes para contribuir diretamente na qualidade de vida dos catarinenses têm sido a tônica dos mandatos do deputado estadual, Valmir Comin. Em 2014, quando completou o último ano do quarto mandato consecutivo, registrou uma série de fatores positivos para Santa Catarina.

Líder da bancada do Partido Progressista, com base eleitoral no Sul do Estado, e na função de presidente da Frente Parlamentar do Carvão, Comin integrou a comitiva internacional do governador Raimundo Colombo e do presidente da Assembleia Legislativa, Joares Ponticelli, que teve como missão abrir portas para uma multinacional de beneficiamento do carvão, a Transgás.

Ele explica que a chegada desta empresa simboliza o amplo crescimento econômico da região. ***“A Transgás produz fertilizantes e desta matéria prima outros produtos poderão ser lançados, com preço melhor e com maior competitividade no mercado”.***

Eleito para defender os interesses da população, Comin iniciou o ano celebrando a aprovação do projeto de regularização fundiária do bairro Imperatriz, em Criciúma. Neste local, as pessoas conviviam com o problema há quase 20 anos. Além desta conquista, concretizou por intermediar junto ao Governo, a pavimentação asfáltica de rodovias que eram aguardadas por moradores de Cocal do Sul e Forquilha por



mais de três décadas.

Na região de Araranguá, em um Parque Industrial que necessitava de infraestrutura, o deputado buscou apoio de toda a bancada do Sul e 33 empresas foram diretamente beneficiadas com a pavimentação. Comin foi parceiro na construção do Hospital de Olhos em Palhoça. Em sua trajetória, procurou enfatizar questões de profundo alcance social, especialmente as que são relacionadas à área da Saúde.

LEI COMIN DEFENDE INCLUSÃO PROFISSIONAL PÓS-ABRIGO.

Entre as principais iniciativas de maior amplitude social do deputado Valmir Comin está o Projeto de Lei nº 65/2014, que dispõe sobre a Criação do Programa Inclusão Profissional Pós-Abriço, em Santa Catarina.

A proposta legislativa visa a capacitação profissional de adolescentes que vivem em abrigos por todo o Estado, para que os mesmos tenham a oportunidade de aprender uma profissão a partir dos 14 anos. Com isso, ao completarem os 18, quando por Lei são obrigados a deixar as instituições, terão um futuro diferente, de oportunidades. Para o parlamentar, trata-se de um investimento preventivo.

Conforme dados da Associação dos Magistrados Catarinenses, nos próximos anos, cerca de 600 jovens ao atingirem a

maioridade, deixarão os abrigos no Estado. Comin busca evitar que esta saída ocorra de qualquer jeito. Sua intenção é fazer com que todos tenham a oportunidade de buscar uma forma digna para viver, tendo consciência de programar o próprio futuro para que não caiam nas ruas.

AGENDA COMIN REIVINDICA CRIAÇÃO DE CENTRO DE EQUOTERAPIA NA APAE.

Valmir Comin atua sempre de forma intensa em defesa de temas que contribuem com a melhoria na qualidade de vida das pessoas. O projeto da construção de um Centro de Equoterapia para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Cocal do Sul, é um deles.

Por meio de recursos viabilizados pelo parlamentar, o grupo deu início à execução do projeto. Para o espaço começar a ser construído, falta pouco. A licenças necessárias estão em fase final de liberação. Ele explica que ***“além da melhora do condicionamento físico, tem a auto-estima que será mudada daqueles que utilizarem o serviço”.***



VOLNEI MORASTONI

PT

Idade: **64 anos**

Formação/Profissão: **Médico Pediatra**
Base Eleitoral: **Itajaí**

Mandatos: **1995/1999, 1999/2003,**
2003/2004, 2007/2011 e
2011/2015



ATUAÇÃO COM O MANDATO FOCADO NA SAÚDE, CELEBRA OS AVANÇOS EM 2014.

À frente da Comissão de Saúde, o deputado Volnei Morastoni (PT), intensificou o seu trabalho em 2014 para o fortalecimento das Redes de Atenção no Estado, especialmente para instalação da Rede de Atenção Psicossocial. Também esteve em tratativas junto à Secretaria Estadual de Saúde (SES) para trazer mais recursos aos hospitais e na implantação do Comitê Estadual para Controle Social da Tuberculose.

Liderou audiências públicas para tratar sobre a implantação de novos cursos de Medicina no Estado, sendo no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale (UNIDAVI), em Rio do Sul e na Universidade da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó. Comandou a audiência pública para tratar da situação do Hospital Regional de Araranguá, com entraves com a Organização Social que administra a instituição. Mais uma vez, a preocupação com o comércio e consumo de suplementos nutricionais e anabolizantes esteve em pauta, com a proposta de criar um Projeto de Lei para a regulação do comércio dessas substâncias.

Visitou, com os membros da Comissão, o Centro Catarinense de Reabilitação, com demandas represadas na confecção de



órteses e próteses e se comprometeram em lutar pela descentralização dos atendimentos de reabilitação física e intelectual no Estado.

Entre os projetos aprovados em 2014 com sua participação, estão: a Lei Complementar nº 624, de 21/01/14, para o Reenquadramento do Salário Mínimo Regional dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde, aumentando o piso dos trabalhadores. E o Projeto de Lei nº 86/2014, que regulamenta o funcionamento das farmácias, principalmente, referente à aplicação de vacinas. Ainda esteve em tratativas o Projeto de Lei que institui a Política Estadual para as Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC/SC), encaminhado para a SES.

Participou do 1º Seminário de Atenção à Saúde da População Negra, do Seminário Preparatório para as Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e da 1ª Semana de Vigilância Sanitária em Santa Catarina.

AGENDA SETE SUBCOMISSÕES SÃO INSTALADAS NA COMISSÃO DE SAÚDE.

Entre 2013 e 2014, sete subcomissões foram criadas na Comissão de Saúde, para tratar de forma específica cada tema, na busca de propostas que apresentem melhorias para a saúde dos catarinenses. Foram elas: Práticas Integrativas e Complementares; Saúde da População Negra; Suplementação Nutricional para Pacientes

Oncológicos; Academias; Compostos Orgânicos Voláteis; Saúde da Mulher e Atenção Psicossocial, sendo as duas últimas em 2014.

Com objetivo de fazer um diagnóstico da situação da saúde da mulher e contribuir para a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher em Santa Catarina, foi criada a Subcomissão de Saúde da Mulher. A Subcomissão de Atenção Psicossocial visa acompanhar a implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Estado, contemplando, além da Saúde, a Assistência Social e a Educação, para suprir a demanda.

SAÚDE SANTA CATARINA NAS DISCUSSÕES DAS DCNT NO BRASIL.

Morastoni é o representante de Santa Catarina nas discussões nacionais e internacionais sobre as Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT, desde 2011. Em 2014, participou em Brasília, do IV Fórum de Monitoramento do Plano de Enfrentamento das DCNT no Brasil (Câncer - Diabetes - Doenças Cardiovasculares e Respiratórias Crônicas).

O Fórum visa discutir e monitorar intervenções integradas de saúde pública para vigilância das DCNT, e suas repercussões na tendência de morbimortalidade no Brasil, com foco nas ações voltadas à Educação, Promoção e Prevenção em Saúde.

